



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA EM RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECURSOS NATURAIS

**A GOVERNANÇA REGIONAL EM TURISMO NO MUNICÍPIO
DO CONDE – PB: UMA ANÁLISE DO SEU PROCESSO DE
IMPLANTAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PARA A
SUSTENTABILIDADE**

DANILO DE OLIVEIRA ALEIXO

DANILO DE OLIVEIRA ALEIXO

**A GOVERNANÇA REGIONAL EM TURISMO NO
MUNICÍPIO DO CONDE – PB: UMA ANÁLISE DO SEU PROCESSO
DE IMPLANTAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PARA A
SUSTENTABILIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido.

Área de concentração: Sociedade e Recursos Naturais.

Linha de pesquisa: Sustentabilidade e Competitividade.

**CAMPINA GRANDE – PB
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A384g

2009 Aleixo, Danilo de Oliveira

A governança regional em turismo no Município do Conde-PB: uma análise do seu processo de implantação e contribuições para sustentabilidade / Danilo de Oliveira Aleixo. — Campina Grande, 2009.

148 f.

Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido.

1. Governança Regional em Turismo 2. Sustentabilidade 3. Competitividade I. Título.

CDU – 379.85:65 (043)

DANILO DE OLIVEIRA ALEIXO

**A GOVERNANÇA REGIONAL EM TURISMO NO
MUNICÍPIO DO CONDE – PB: UMA ANÁLISE DO SEU PROCESSO
DE IMPLANTAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES PARA A
SUSTENTABILIDADE**

Aprovada em: 27 de março 2009

BANCA EXAMINADORA



Gesinaldo Ataíde Cândido, Dr.
Centro de Humanidades – CH
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG



Carla Pasa Gómez, Dr.^a
Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGA
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE



Egídio Luiz Furlanetto, Dr.
Centro de Tecnologia – CCT
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

A todos os atores sociais que, de forma direta e indireta, lutam para construir um país, uma região, uma localidade mais harmônica, mais humana e mais sustentável.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Dionísio** e **Lindaura**, pela paciência com minhas inquietudes, pela educação proporcionada, pelo sorriso e felicidade demonstrada a cada conquista de meus ideais e pelo incondicional e eterno amor.

Aos meus irmãos, **Dionísio** (Gêmeo) e **Delano**, pelo respeito e compreensão diante das adversidades profissionais e culturais, principalmente em relação à minha carreira, que nem sempre seguiu a lógica, e por isso é tão apaixonante.

Aos meus **tios** e **tias**, **primos** e **primas**, **amigos** e **amigas**, que sempre me transferiram boas palavras, entusiasmo e calor humano.

À minha querida e amada esposa, **Alessandra**, pelo amor, pelo cuidado, pela compreensão e pela real contribuição em todos os meus projetos de vida e profissionais.

Ao meu sogro, **Professor José Gomes** (Doutor em Recursos Naturais), pelo exemplo de filho, de pai, de avô e compromisso com a academia.

À minha sogra, **Márcia Amélia**, pelo exemplo de mãe, de luta e dedicação profissional.

Aos **cunhados** e **cunhadas**, **sobrinhos** e **sobrinhas**, por compartilharem todas essas etapas com bastante apoio e alegria.

Ao **Professor Gesinaldo Ataíde Cândido**, pelo exemplo de profissional comprometido e sábio, pela confiança, pelo desafio deste trabalho.

Às **Professoras Walesca Silveira** e **Gêuda Anazile**, pelas orientações anteriores a esta etapa e pela torcida e apoio aos meus ideais.

A todos os meus **colegas do GEGIT**, por dividirem em equipe as angústias, as cobranças, as tristezas, as alegrias, as conquistas e as vitórias.

Ao **Professor Pedro Vieira**, pelo exemplo de seriedade e compromisso à frente do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

Aos **professores**, **funcionários** e **colegas** do **Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais**, pela experiência de compartilharem e multiplicarem conhecimentos muitas vezes divergentes.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** – CAPES, pelo apoio financeiro da pesquisa.

A todos os atores sociais envolvidos no Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional em Turismo no Município do Conde – PB, em especial: **Zé Nilton**, **Bilú**, **José Damaceno**, **George**, **Seu Chagas**, **Rogério**, **Carmem Porto**, **Saulo Barreto**, **Júlio Macuxi** e **Paulo Campos**, que se uniram em prol dos questionamentos e colaboraram diretamente na disponibilização de dados.

A todas as pessoas, que de forma direta e indireta, até mesmo sem saber, contribuíram para realização de mais um sonho, de mais uma vitória, de mais uma etapa, de muitas que ainda estão por vir.



Reconquiste seu direito de sentir o amigo sol, a querida brisa, a irmã água e a mãe terra por inteiro. Beije flores, abrace árvores, fale com os animais. Portanto, se vista de Paz.

Julíndio Macuxi

RESUMO

A governança na gestão pública brasileira torna-se importante, visto que poderá contribuir para o melhor desempenho das organizações e conseqüentemente para uma sociedade mais justa, responsável e transparente. Neste trabalho é enfatizado o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional no Município do Conde - PB. O objetivo geral consiste em analisar as formas de adoção do processo de Governança Regional, no que se referem as suas contribuições para a geração do Desenvolvimento Local Sustentável a partir das atividades turísticas desenvolvidas no Município. O método de estudo de caso foi utilizado por ser considerado o mais adequado. O estudo delimitou analisar as três primeiras etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil que compreendem: Sensibilização, Mobilização e o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional. Os temas e dimensões do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, utilizados na metodologia da pesquisa ressaltam as etapas de Sensibilização, Mobilização e o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional. A aplicação desta metodologia permitiu conhecer como estão sendo implementadas às práticas e processos, bem como conhecer as explicações acerca de suas reais dificuldades e particularidades. As conclusões apontaram que o município apresenta grande potencial turístico e tem grande potencial para se transformar num dos maiores destinos a nível regional, federal e internacional. Para tal fim recomenda-se que: sejam realizados eventos de forma mais freqüente para retomar as discussões acerca do Processo de Institucionalização da Instância Regional em Turismo; seja fortalecido o comprometimento com os diversos atores que já estão envolvidos no processo e buscar novos atores e parceiros institucionais; sejam desenvolvidas estratégias permanentes sempre tomando como base o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil através de práticas e princípios de forma transparente, democrática e participativa; sejam realizadas as etapas de planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais, apresentando sempre seus resultados e necessidades de ajustes; e por fim que seja apresentada de forma transparente a utilização dos recursos financeiros, sempre buscando otimizar o seu uso em benefício exclusivamente do Programa.

Palavras-chave: Governança Regional em Turismo; Sustentabilidade; Competitividade.

ABSTRACT

The governance in the Brazilian public administration becomes important, because it can contribute to the best acting of the organizations and consequently for a society fairer, responsible and transparent. In this work the Process of Operationalization of the Instance of Regional Governance is emphasized in the Municipal district of Conde - PB. The general objective consists of analyzing the forms of adoption of the process of Regional Governance, in what they refer their contributions for the generation of the Maintainable Local Development starting from the tourist activities developed in the Municipal district. The method of case study was used by the most appropriate to be considered. The study delimited to analyze the first three stages of the Program of Regionalization of the Tourism - Itineraries of Brazil that understand: Sensitization, Mobilization and the Process of Operationalization of the Instance of Regional Governance. The themes and dimensions of the Process of Operationalization of the Instance of Regional Governance, used in the methodology of the research emphasize the stages of Sensitization, Mobilization and the Process of Operationalization of the Instance of Regional Governance. The application of this methodology allowed to know how they are being implemented to the practices and processes, as well as to know the explanations concerning their Real difficulty and particularities. The conclusions pointed that the municipal district presents great tourist potential and has great potential to transform in an of the largest destinies at level regional, federal and international. For such an end it is recommended that: events in a more frequent way be accomplished to retake the discussions concerning the Process of Operationalization of the Regional Instance in Tourism; the compromising be strengthened with the several actors that are already involved in the process and to look for new actors and institutional partners; permanent strategies be always developed taking as base the Program of Regionalization of the Tourism - Itineraries of Brazil through practices and beginnings in way transparent, democratic and participative; the planning stages be accomplished, attendance, monitory and evaluation of the operational strategies, always presenting their results and needs of adjustments; and finally that is presented in a transparent way the use of the financial resources, always looking for to optimize use exclusively in benefit of the Program.

Keywords: Regional Governance in Tourism; Sustainability; Competitiveness.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Interesse em promoção de eventos	84
Gráfico 2. Interesse em identificar lideranças envolvidas	85
Gráfico 3. Interesse em apresentar casos de sucesso	86
Gráfico 4. Interesse em apresentar as vantagens e os benefícios	87
Gráfico 5. Interesse em difundir informações	88
Gráfico 6. Interesse em desenvolver estratégias permanentes	90
Gráfico 7. Interesse em identificar e analisar os processos	91
Gráfico 8. Interesse em identificar e analisar os processos já existentes	92
Gráfico 9. Interesse em organizar e coordenar os atores sociais	94
Gráfico 10. Interesse em avaliar e endossar projetos	95
Gráfico 11. Interesse em mobilizar parceiros regionais	96
Gráfico 12. Interesse em trabalhar o planejamento e a gestão	97
Gráfico 13. Interesse em integrar as ações	98
Gráfico 14. Interesse em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais.....	100
Gráfico 15. Interesse em captar recursos e otimizar seu uso.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil dos entrevistados.....	82
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Elementos da governança governamental.....	42
Figura 2. Roteiro Turístico da Paraíba	60
Figura 3. Modelo de Escala de Likert	67
Figura 4. Brasão e Bandeira Oficial do município do Conde.....	74
Figura 5. Visão espacial do município do Conde – PB, em relação aos principais destinos turísticos.....	76
Figura 6. Barra de Gramame	138
Figura 7. Praia do Amor	138
Figura 8. Jacumã.....	139
Figura 9. Carapibus	139
Figura 10. Tabatinga.....	140
Figura 11. Coqueirinho.....	140
Figura 12. Tambaba.....	141
Figura 13. Barra do Graú.....	141
Figura 14. Mapa do município do Conde – PB	81
Figura 15. Visita à comunidade Quilombola Ipiranga (Família de D. Maria) – Conde – PB	142
Figura 16. Visita à Aldeia Flor D’Água – Conde – PB.....	142
Figura 17. Entrevista com o ator social Júlio Macuxi – Aldeia Flor D’Água.....	143
Figura 18. Entrevista com o ator social Sr. Chagas – Associação dos Produtores Rurais do Conde – PB.....	143
Figura 19. Entrevista com o ator social Bilú – A Arca do Bilú.....	144
Figura 20. Restaurante A Arca do Bilú	144
Figura 21. Entrevista com o ator social José Damasceno – Pousada Zekas.....	145
Figura 22. Entrevista com o ator social George – Cooperbuggy.....	145
Figura 23. Entrevista com os atores sociais Saulo Barreto (esq.) e Paulo Campos (dir.) – Consulado do Conde – PB	146
Figura 24. Entrevista com o ator social Rogério – Secretaria de Cultura do Conde – PB	146
Figura 25. Entrevista com a atriz social Carmen Porto – Secretaria de Educação do Conde – PB.....	147
Figura 26. Cartaz de reunião – Plano Diretor do Conde – PB	147
Figura 27. José Nilton – Secretaria da Sociedade Naturista de Tambaba – Conde – PB.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparação de perspectivas: Antiga Administração Pública, Nova Gestão Pública e Novo Serviço Público	49
Quadro 2. Dimensões e variáveis da pesquisa.....	68
Quadro 3. Técnicas de coleta e análise dos dados e os tipos de material coletado	71
Quadro 4. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa de Sensibilização	102
Quadro 5. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa de Mobilização	104
Quadro 6. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa de Institucionalização da Instância de Governança Regional	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. Área de Proteção Ambiental (APA);
2. Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD);
3. Comitê do Setor Público da Federação Internacional de Contadores (IFAC);
4. Comunidade Européia (CE);
5. Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92);
6. Conselho de Turismo do Estado da Paraíba (CONDETUR);
7. Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)
8. Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR);
9. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);
10. Fundo Monetário Internacional (FMI);
11. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
12. Imposto sobre Serviço (ISS);
13. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH);
14. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
15. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
16. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA);
17. Instituto Britânico de Finanças e Contabilidade (CIFPA);
18. International Institute for Sustainable Development (IISD);
19. International Organization for Sustainable Development (IOSD);
20. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
21. Ministério do Turismo (MTUR);
22. New Public Management (NPM);
23. Nova Gestão Pública (NGP);
24. Organização Mundial de Turismo (OMT);
25. Organização Mundial do Comércio (OMC);
26. Organizações Não-Governamentais (ONGs);
27. Produto Interno Bruto (PIB);
28. Produto Nacional Bruto (PNB);
29. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
30. Secretaria de Desenvolvimento do Estado da Paraíba (SETDE);
31. Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
32. Sistema Único de Saúde (SUS);
33. Sociedade Naturista de Tambaba (SONATA);
34. Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA);
35. World Business Council for Sustainable Development (WBCSD);
36. World Commission Development and Environment (WCDE);
37. World Travel and Tourism Council (WTTC);
38. World Wide Found for Nature (WWF).

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	16
1.1 Definição do Problema	17
1.2 Justificativa	20
1.3 Objetivos	22
1.3.1 Objetivo geral	22
1.3.2 Objetivos específicos.....	22
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 Turismo	25
2.1.1 Turismo e desenvolvimento local	25
2.1.2 Desenvolvimento sustentável	26
2.1.3 O turismo sustentável – uma visão atual	28
2.1.4 A competitividade do turismo	31
2.2 Governança	33
2.2.1 O surgimento da expressão “governance”	33
2.2.2 A amplitude da expressão governança e seu uso de forma geral	34
2.2.3 Governabilidade e governança	35
2.2.4 Aspectos gerais da governança na gestão pública.....	38
2.2.4.1 Histórico	38
2.2.4.2 Conceitos e definições	39
2.2.5 A governança e a Nova Gestão Pública no contexto internacional.....	43
2.2.5.1 A Nova Gestão Pública	43
2.2.5.2 Diferenças entre a Governança na Gestão Pública e a Nova Governança.....	45
2.2.6 Governança na gestão pública brasileira	46
2.2.7 Governança e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil	50
2.2.8 Governança e o Programa de Regionalização do Turismo na Paraíba.....	58
CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1 Caracterização do Estudo	63
3.2 Método da Pesquisa	64

3.3 População e Sujeitos da Pesquisa	65
3.4 Os Dados da Pesquisa	65
3.5 Instrumentos de Coleta de Dados	66
3.6 Definição das Variáveis de Investigação	67
3.7 Ordenamento, Tratamento e Análise dos Dados	69
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ..	72
4.1 Caracterização da Área de Estudo	73
4.1.1 Origem histórica	73
4.1.2 Formação administrativa	74
4.1.3 Alterações toponímicas distritais.....	74
4.1.4 Brasão e Bandeira (Prefeitura Municipal do Conde/Plano Diretor 2008).....	74
4.1.5 Fluxo de Turistas na Paraíba e a localização da Paraíba, João Pessoa e o município do Conde no mapa do Brasil	75
4.1.6 Dados gerais sobre o município do Conde	77
4.1.6.1 Localização e acesso.....	77
4.1.6.2 Aspectos socioeconômicos	77
4.1.6.3 Aspectos fisiográficos	78
4.1.7 Águas superficiais	78
4.1.8 Praias	79
4.2 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	82
4.3 Processo de Implementação das Etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil	83
4.3.1 Primeira Etapa – em relação ao processo de sensibilização.....	84
4.3.2 Segunda Etapa – em relação ao processo de mobilização.....	90
4.3.3 Terceira Etapa – em relação ao processo de institucionalização da instância de governança regional	93
4.4 Síntese do Diagnóstico acerca das análises das etapas de Sensibilização, Mobilização e Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional	102
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	108
5.1 Conclusões	109
5.2 Recomendações	111
REFERÊNCIAS	112

ANEXOS	120
Anexo 1 – Formulário do Questionário de Pesquisa	121
Anexo 2 – Código de Ética Naturista	130
Anexo 3 – Plano Diretor do Município do Conde - PB	138
Anexo 4 – Fotos Atores Sociais Envolvidos	142

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Nenhum país salvará o mundo, mas eu suspeito que, isoladamente, é o Brasil que tem o maior potencial para contribuição para tanto, porque é um país acostumado a promover mudanças sociais – as mais necessárias agora, bem mais que as tecnologias.

Henry Mintzberg

1.1 Definição do Problema

O ambiente mundial sinaliza novos enfoques sociais, culturais, tecnológicos, ecológicos, econômicos e institucionais para a atividade, que surgem como consequência dos seguintes fatores: difusão de sistemas de informatização; desregulamentação das tarifas aéreas; financiamentos das viagens turísticas; impactos negativos do turismo nas comunidades receptoras; câmbio dos movimentos turísticos voltados para usufruir do sol; pressões ambientais; competição tecnológica; mudanças nas preferências dos turistas e alteração na distribuição do tempo livre, nos padrões laborais e nos rendimentos das pessoas.

A competitividade e rentabilidade das empresas turísticas estarão baseadas na economia de escala, nos sistemas de lucro, na segmentação dos mercados e na fidelidade dos clientes. Além disso, o turismo impessoal e de massa deverá ceder lugar ao *high-tech, high-touch* preconizado por Naisbit (1999).

O Brasil, apesar do grande potencial turístico – praias entre as melhores do mundo, sol quase o ano inteiro, principalmente, no Nordeste, fauna e flora exuberantes, folclore riquíssimo e um povo tradicionalmente hospitaleiro –, participa apenas de uma parcela no mercado turístico mundial e, lentamente, estimula o mercado interno, do qual é preciso melhorar a infra-estrutura geral e específica. As perspectivas de evolução da demanda animam os empresários a investir na qualidade e capacitação dos diversos atores envolvidos, na construção de alojamentos, equipamentos de lazer, estradas, nos transportes e no treinamento da mão-de-obra especializada.

A oferta de crédito tem uma grande importância na geração de investimentos produtivos com capacidade de gerar crescimento econômico no setor. Schumpeter (1997) afirma que o crédito é um elemento fundamental do desenvolvimento econômico, e salienta que os fatores capazes de promover o desenvolvimento econômico de uma região ou localidade, que são: a adoção de inovações, a utilização do crédito e a ação do empresário inovador. É por meio do crédito que o empresário, que não obteve acumulação passada, terá a oportunidade de executar a inovação.

As inovações produzem um efeito multiplicador em toda a economia, criando novas oportunidades de investimento e novas oportunidades de inovação. O turismo pode promover esta inovação, em função do tamanho espaço de crescimento ainda existente e das necessidades de desenvolvimento da economia, sendo, porém, necessária a viabilização financeira destas “inovações”.

Segundo Oliveira *et al.* (2007), a chave para o turismo se “internacionalizar”, sem implodir o espaço da comunidade local, está na concepção e implantação de políticas de desenvolvimento turístico que vão além do reducionismo econômico, dando nova dimensão à palavra “desenvolvimento”. Cresce, assim, a adesão à prática do chamado “desenvolvimento regional”, não apenas na atividade turística, mas em diferentes instâncias produtivas e políticas do país. Pelo novo modelo desenvolvimentista, as relações fundamentais entre os diversos atores sociais pertencentes a um espaço territorial estão calcadas no tripé pessoas-recursos-tecnologias.

Neste tocante, vale destacar que Cândido *et al.* (2005) condiciona o desenvolvimento de um território ao seu potencial endógeno, ou seja, à possibilidade de se converter um território em um ambiente propício para o desenvolvimento, baseado em três fatores fundamentais: capital físico, capital humano e conhecimento. Entretanto, não faz nenhum sentido à busca e/ou acúmulo de capital físico, de conhecimento, sem contemplar o social, à complementaridade e à cooperação.

No que diz respeito ao desenvolvimento da atividade do turismo, é difícil imaginar o Estado assumindo isoladamente o papel âncora de todo processo de desenvolvimento regional, uma vez que a parceria entre o público e o privado mostra-se essencial. Lado a lado com o conceito de “desenvolvimento regional” cresce em todo o mundo a tendência da administração pública pela descentralização. Neste sentido, políticas públicas são descentralizadas e uma maior participação popular precisa ser intensificada não apenas no processo de homologação e planejamento de decisões, mas também na gestão e fiscalização de recursos e no fortalecimento de governos locais.

É neste contexto que a “governança” se apresenta e ganha ares de essencialidade para as políticas de desenvolvimento regional do turismo. Na literatura recente de administração pública, essa tendência por um novo Estado traduz-se no termo “governança”, uma vez que representa a capacidade de governar de forma sistêmica, com foco centrado na ação e implementação de políticas públicas, buscando atingir metas e objetivos coletivos (MOTA *et al.*, 2002).

Segundo Kisller (2006), governança é um novo processo de geração de reformas administrativas e de Estado, que apresenta-se como objeto primordial sua consecução de forma conjunta, democrática, transparente e compartilhada. Em outras palavras, um modelo de gestão aonde os principais atores envolvidos decidem a melhor forma de ação, de forma participativa e cooperada. Neste contexto, surge então o termo “governabilidade”, que complementa o conceito de governança e representa a capacidade política de governar.

Atualmente, a economia mundial aponta, no plano econômico, para a globalização e à competição internacional. A esfera política prega descentralização, visto que as regiões, na busca por se tornarem competitivas, necessitam de uma maior flexibilidade e autonomia para organizar seus próprios arranjos produtivos (BENI, 2005).

O Brasil, a partir da promulgação da Constituição de 1988, iniciou o seu processo de descentralização através das reformas político-administrativas, buscando cada vez mais a elaboração e implementação de políticas públicas de formas mais democráticas e participativas. É neste sentido que se inicia a discussão acerca da “governança”, que vai ganhando força e começa a ser aplicada ao setor público, levando o Estado a um novo modelo de gestão. Todo esse processo evolutivo começa a ser aplicado a vários tipos de atividades, inclusive o turismo com o conceito de “governança regional” aplicada à atividade turística, através do Plano de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

É de se esperar que, no Brasil, o turismo como atividade econômica venha gerar desenvolvimento regional, principalmente em regiões com grande potencial turístico, e que essas políticas de desenvolvimento sejam elaboradas de forma mais participativa e democrática, não deixando de contemplar a valorização dos recursos naturais e minimização dos impactos sócio-ambientais.

É neste contexto que o Município do Conde – PB, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, deu início em 2007, ao do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, pois a implementação de suas diretrizes apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento local de forma sustentável.

O objeto de estudo consiste na análise das três primeiras etapas do processo: Sensibilização, Mobilização e Institucionalização da Instância de Governança Regional, tendo como foco o Município do Conde – PB, situado no litoral sul, formado por praias como Barra do Gramame; Jacumã; Praia do Amor; Carapibus; Tabatinga; Coqueirinho; Tambaba e Barra de Graú. Além de praias, o município também apresenta um grande potencial turístico no que diz respeito a outras modalidades de turismo, tais como o turismo temático, que compreende: ecoturismo, turismo rural, turismo de contemplação, turismo de aventura, agroturismo, turismo de eventos, dentre outras. Portanto, é importante destacar que essas modalidades de turismo temático já começam a ser exploradas, pois existem alguns roteiros que já exploram as áreas de naturismo, comunidades quilombolas, assentamento rural, engenho de cana-de-açúcar, cachoeiras, matas nativas, dentre outras. Portanto, o município apresenta grande

potencial turístico, que se bem trabalhados poderão desenvolver a atividade de forma rentável e sustentável.

Vale salientar que, quanto mais adequado for o processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional no Município do Conde - PB, melhores os resultados a serem obtidos nas políticas públicas e ações para geração do desenvolvimento sustentável. Para tanto, os princípios e práticas de governança são elementos-chave para a criação e implantação do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional no Município do Conde – PB, visto que, se bem conduzidos, poderão proporcionar ao município e à Paraíba um lugar de destaque no cenário regional, nacional e internacional. Portanto, o trabalho proposto pretende dar resposta ao seguinte problema:

Como a adoção do processo de Governança Regional contribui para o Desenvolvimento Local Sustentável em espaços geográficos com efetiva vocação para as atividades turísticas?

1.2 Justificativa

O interesse pelo tema surgiu em função do atual estágio de desenvolvimento das políticas públicas por parte do Ministério do Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2004, e que já está sendo posto em prática no estado da Paraíba, no Município do Conde, litoral sul Paraibano. Há de destacar que nas últimas décadas, em especial nos últimos anos, tem ocorrido uma verdadeira explosão das atividades relacionadas com o turismo, o lazer e a ecologia. Em períodos regulares de férias e feriados prolongados tem havido, no mundo inteiro, uma verdadeira evasão dos grandes centros urbanos, acarretando estradas congestionadas, meios de hospedagem com elevados índices de ocupação, aeroportos congestionados, companhias aéreas com longas listas de espera e outros.

O fenômeno do turismo está, cada vez mais, presente no cotidiano do mundo globalizado, quer seja através da mídia especializada ou não, quer seja através dos relacionamentos pessoais dos indivíduos. O desejo e a necessidade do homem por lazer, por cultura, por sair de sua rotina, por viajar estão sempre sendo despertados e estimulados. Hoje, o turismo é um fenômeno real, global e desejado e para muitos países ele é, de longe, a maior fonte de renda e o setor mais forte no financiamento da economia nacional (NAISBITT, 1999).

O turismo implica em um deslocamento em direção a locais onde são oferecidos produtos e serviços que serão consumidos. É uma atividade que também pode apresentar impactos tanto positivos como negativos. Assim sendo, os atores responsáveis pelo setor necessitam ter ciência desta situação para minimizar seus riscos e maximizar suas oportunidades. Os efeitos positivos da atividade turística podem proporcionar o desenvolvimento de determinada localidade ou região e, da mesma forma, os efeitos negativos podem causar sérios prejuízos na comunidade receptora.

A progressiva importância econômica e social do turismo tornou-se uma realidade percebida em todo o mundo. Entretanto, nem sempre ela é vista dentro de uma ótica desenvolvimentista e dos princípios éticos por todos que são afetados direta ou indiretamente por ele. É neste sentido que a escolha do *locus* de estudo se justifica, pois o município do Conde – PB possui grande potencial turístico no estado da Paraíba, apresentando praias com belezas naturais, uma vasta riqueza cultural, como as comunidades quilombolas, assentamentos rurais, comunidades naturistas, dentre outras. Portanto, o estudo realizado no município do Conde –PB traz inúmeras contribuições, já que desde 2007 está passando por um processo de desenvolvimento turístico aonde iniciou-se o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, algo essencial para o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

Em nível de Brasil, realizou-se um estudo acerca do roteiro turístico da Estrada Real em Minas Gerais, com foco na criação das Instâncias de Governanças Regionais, já foram realizados, só que com outro enfoque, pois apenas explorava o entendimento na visão dos atores sociais da expressão “governança regional”, seus óbices operacionais e expectativas de fortalecimento.

Em nível internacional, o caso estudado foi o da Nova Zelândia que, por ser um país que tinha como principal atividade a agricultura e principal parceiro comercial a Inglaterra, se viu sem saída a partir do momento em que a parceria comercial acerca da atividade acabou. Como ser um país com diversidade de belezas naturais, o governo contratou estudos para verificar que atividade seria mais viável para o país. Através desses estudos, o turismo foi apontado como a grande potencialidade. Dando seqüência, contratou-se equipes multidisciplinares com vasta experiência em nível mundial e elaboraram um Plano de Desenvolvimento Turístico para o país. Cumprindo todas as etapas do plano com bastante êxito, inclusive a de criação da Instância de Governança Regional, o país hoje desponta como um dos principais roteiros turísticos nas modalidades de esportes radicais e de aventura, ecoturismo e de contemplação e, hoje, possui como principal atividade econômica o turismo.

Vale salientar que a forma de desenvolvimento da atividade foi de forma planejada e sustentável, respeitando o meio ambiente, valorizando e preservando a cultura local e, conseqüentemente, gerando empregos e renda para a população local e para o país (PALLOT, 1998).

O estudo aqui realizado dá sua contribuição para a academia, bem como para a localidade, pois avança no que diz respeito a análise das três primeiras etapas e suas variáveis do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, criado pelo Ministério do Turismo em 2004, aplicado ao município do Conde – PB, no momento em que esse fenômeno social e econômico está ocorrendo. Essa análise torna-se importante, pois dá base para identificar e analisar possíveis falhas ocorridas no processo, bem como sugerir possíveis ajustes para que se dê continuidade ao processo e este venha a ser uma alternativa para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável, tanto para a localidade, bem como para a região.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral desse estudo consiste em analisar as formas de adoção do processo de Governança Regional, no que se referem as suas contribuições para a geração do Desenvolvimento Local Sustentável, a partir das atividades turísticas desenvolvidas no município do Conde – PB.

1.3.2 Objetivos específicos

- Descrever as formas de adoção do processo de Governança Regional entre os diversos atores envolvidos;
- Conhecer o posicionamento dos atores envolvidos quanto às formas de adoção do processo de Governança Regional da atividade turística no município do Conde – PB;
- Acompanhar como ocorre o processo de implantação das estratégias para organizar e coordenar os diversos atores, avaliar e endossar os projetos elaborados por esses atores, mobilizar os parceiros regionais, o planejamento e a gestão dos produtos e serviços turísticos,

a integração das ações intra-regionais e interinstitucionais e a realização do planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação para captar recursos das atividades turísticas no município do Conde – PB.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma política do turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte supremo: assegurar a satisfação a nível ótimo das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais, no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone.

Jost Krippendorf

Este Capítulo apresenta os principais aportes teóricos relacionados ao tema proposto da dissertação. Na primeira seção, são abordados os tópicos pertinentes relacionados ao turismo, explorando: turismo e desenvolvimento local; desenvolvimento sustentável; turismo sustentável – uma visão atual e a competitividade do turismo. Na segunda seção, são abordados os tópicos pertinentes em relação à governança, explorando: o surgimento da expressão *governance*; a amplitude da expressão governança e seu uso geral; governabilidade e governança; aspectos gerais da governança pública; governança e a Nova Gestão Pública no contexto internacional; governança na gestão pública brasileira; governança e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, e, por fim, a governança e o programa de regionalização do turismo na Paraíba.

2.1 Turismo

2.1.1 Turismo e desenvolvimento local

O turismo é uma atividade que propicia o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental. Zouain *et al.* (2005) afirmam que a essência do desenvolvimento do turismo é uma parceria entre os diversos interessados nesta atividade. Isto porque a opção pelo desenvolvimento econômico por meio do turismo é complexa, pois, além de ser uma atividade multi-setorial, traz impactos ambientais, econômicos e sociais, necessitando de políticas públicas eficazes para que possa ser sustentável em longo prazo.

Segundo Coriolano (2003, p. 64), o desenvolvimento local é

[...] o desenvolvimento endógeno, de dentro para fora, de baixo para cima, é o desenvolvimento social, o desenvolvimento do homem, das condições humanas, são as buscas de alternativas para criar novos cenários e priorizar outros atores sociais, como trabalhadores, as mulheres, os jovens, os vizinhos, os residentes, os excluídos, os nativos, as comunidades.

Portanto, o desenvolvimento local é um processo interno de mudança que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. Ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais que são a mesma base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local.

Segundo Berton *et al.* (2005), o desenvolvimento local com base na atividade turística envolve a sociedade, o ambiente e a economia, que interagem e se reforçam mutuamente num contexto em que a diversidade social e cultural e a diferenciação produtiva sejam utilizadas como recursos potenciais para transformações com vistas ao desenvolvimento.

Nos últimos anos, tem-se discutido o conceito de desenvolvimento local, entendido como o processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (FRANCO, 2000). Uma concepção adequada de desenvolvimento, segundo Sen (2000), deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades desfrutadas.

Para Franco (2000), o novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto de maneira bastante simplificada: o desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todos os indivíduos com redução de desigualdades e inclusão social (desenvolvimento social), considerando tanto aqueles que estão vivos quanto os que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

Em função desta conjuntura, faz-se necessário abordar a questão do desenvolvimento de forma sustentável, em virtude de ambos se fundamentarem principalmente no setor de atividade turística.

2.1.2 Desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez por Robert Allen, no artigo *How to Save the World* (1980). Allen *et al.* (1988, p. 19) o define como sendo “o desenvolvimento requerido para obter a satisfação duradoura das necessidades humanas e o crescimento (melhoria) da qualidade de vida”. Porém, a noção de desenvolvimento sustentável só foi introduzida mesmo em 1987, com o relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), e foi amplamente adotado no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada Brasil, no Rio de Janeiro em 1992.

Segundo Sachs (1993), o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissoluvelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das

utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

A construção do desenvolvimento sustentável, como paradigma societário e desafio a todos os povos, só será alcançada com a mobilização e motivação da sociedade, definindo um sistema alternativo de vida com padrões de comportamento, de produção e de consumo que atendam às necessidades básicas de cada indivíduo e às prioridades coletivas determinadas através de processo democrático (BARROS, 1999).

Portanto, nos dias atuais, fala-se muito a respeito do chamado desenvolvimento sustentável. Basicamente um desenvolvimento que preserve o meio ambiente, levando em consideração as necessidades de preservação das gerações presentes e futuras. O termo está presente na grande maioria dos discursos políticos e é frequentemente relacionado à atividade turística e às discussões acerca do uso do patrimônio natural ou cultural de uma comunidade.

Sachs (1993) considera o termo desenvolvimento sustentável como uma atualização do eco-desenvolvimento usado desde a década de setenta. Considera, também, que para se planejar devem-se considerar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

- a) **Sustentabilidade Social:** civilização com maior equidade na distribuição de renda e bens, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;
- b) **Sustentabilidade Econômica:** deve-se tornar possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados;
- c) **Sustentabilidade Ecológica:** ampliar a capacidade dos recursos da Terra; limitar o consumo de combustíveis fósseis; reduzir o volume de resíduos e poluição; autolimitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definir normas para uma adequada proteção ambiental;
- d) **Sustentabilidade Cultural:** incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de eco-desenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para a cultura, o local e o ecossistema.

O autor destaca, ainda, que ocorre a materialização do eco-desenvolvimento quando tecnologias incorporadas, o trabalho alocado e os recursos derivados do processo são provenientes do meio e reinvestidos em benefício dos atores sociais envolvidos de maneira

direta. Destaca, também, que a produção deverá estar centrada na geração de bens e serviços essenciais à vida, negando o caráter acumulativo do modo de produção capitalista.

Anualmente, aumenta o consumo mundial, o lixo, a explosão de recursos naturais e a pobreza. Se os países em desenvolvimento exercerem seu direito de crescer e aumentar os padrões de consumo, a geração de resíduos aumentará drasticamente. Cabe à sociedade a adoção de técnicas de gerenciamento ambiental, como o reaproveitamento de resíduos, a busca de tecnologias mais limpas que evitem os desperdícios e, principalmente, a revisão do paradigma vigente nas relações de produção e consumo.

A partir do exposto e dado à importância do desenvolvimento de forma sustentável, deve-se buscar o equilíbrio entre as dimensões econômica, social, ambiental e institucional e que, principalmente, viabilize formas conjuntas de atuação e relacionamentos entre todos os atores sociais envolvidos, pois o alcance destas condições lograria contribuições para a geração do desenvolvimento sustentável. O próximo tópico apresenta o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento sustentável.

2.1.3 O turismo sustentável – uma visão atual

Os conceitos de sustentabilidade, definidos a princípio pelo *World Commission Development and Environment* (WCDE, 1993), são uma vertente de qualquer tipo de desenvolvimento, incluindo o turismo. O turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para melhorar a qualidade de vida das comunidades visitadas ou receptoras, para oferecer aos visitantes uma elevada qualidade de experiências e manter a qualidade do ambiente em que tanto a comunidade anfitriã como os visitantes dependem.

O *World Wide Found for Nature* (WWF, 1992) considera que o turismo sustentável engloba o turismo e sua respectiva infra-estrutura, aos quais se aplicam os seguintes princípios: a) utilizar os recursos naturais, sociais e culturais de forma sustentável; b) manter as diversidades naturais, culturais e sociais; c) apoiar as economias locais; d) realizar pesquisas e monitoramento; e) reduzir o consumo excessivo e o desperdício; f) integrar o turismo no planejamento estratégico; g) envolver as comunidades locais; h) consultar pessoas envolvidas e o público; i) treinar pessoas; e, j) fazer um *marketing* responsável.

O conceito de turismo sustentável pode ser definido da seguinte forma, na opinião de Oliveira (2002, p. 8):

[...] Quando praticado de uma forma que promova a qualidade de vida das populações residentes no local de destino; respeite a sócio-diversidade da comunidade receptora, por meio da conservação da herança cultural das populações locais; e conserve os recursos naturais e paisagísticos desse local.

Este conceito considera os diferentes *stakeholders* (públicos que têm algum tipo de interesse nos resultados das ações praticadas pelas organizações públicas, privadas ou do terceiro setor), levando em conta as seguintes características: respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo destas comunidades; respeito às condições naturais; conservação dos patrimônios culturais e ambientais; interação educacional, quando o turista incorpora na sua vida valores preservacionistas, culturais, étnicos, religiosos, históricos e ambientais; e interdisciplinaridade, pois o patrimônio natural é o mosaico resultante da interatividade dos diversos saberes das ciências.

Já a OMT (2003, p. 24) define turismo sustentável como

[...] aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras ao mesmo tempo em que protege e amplia oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Neste sentido, Sousa *et al.* (2006) considera que o turismo de forma sustentável deve ser ecologicamente aceitável, financeiramente viável e justo com as comunidades locais sob uma perspectiva social e ética, além de preservar as tradições e heranças culturais e proporcionar melhor qualidade de vida para as comunidades locais. As características do turismo sustentável guardam estreita relação com os critérios de responsabilidade social, econômica, ética, legal e filantrópica.

Para que ocorra o turismo sustentável é necessário, também, que haja em paralelo a cooperação e coordenação entre os setores, público e privado, durante o planejamento e a implementação dos projetos, a fim de que o desenvolvimento seja direcionado para o alcance de objetivos comuns. Isto é necessário porque no setor turístico a implementação de políticas e planos é de responsabilidade conjunta dos dois setores. Cabe ao governo a responsabilidade pela política, planejamento e pesquisa, oferta de infra-estrutura básica, desenvolvimento de atrativos turísticos, fixação e fiscalização de padrões para serviços e instalações, regulamentação e fiscalização do uso da terra e da proteção ambiental, determinação de

padrões para a educação e o treinamento para o turismo. Além disso, deverá manter a segurança e a saúde públicas e desenvolver ações de *marketing* das destinações turísticas.

O setor privado é responsável pela oferta de: hospedagem, operações de viagem, passeios e outros empreendimentos turísticos comerciais, atrativos turísticos e atividades de *marketing* relacionadas a estas ofertas. Portanto, é essencial o compromisso político, tanto do setor público quanto do privado, pelo desenvolvimento do turismo, de um modo planejado e sustentável (OMT, 2003). Por esta razão, é necessário que os diversos atores que interagem na atividade turística da região participem da identificação dos problemas e das oportunidades do setor, bem como na busca de ações para impulsionar o turismo sustentável na localidade.

Complementando, Zouain *et al.* (2005) afirmam que a essência do desenvolvimento do turismo é uma parceria entre os diversos interessados nesta atividade. Isto porque a opção pelo desenvolvimento econômico por meio do turismo é complexa, pois, além de ser uma atividade multi-setorial, traz impactos ambientais, econômicos e sociais necessitando de políticas públicas eficazes para que possa ser sustentável em longo prazo.

Segundo Santos e Teixeira (2008, p. 3), o turismo constitui-se em

[...] uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável à medida que potencializa as chamadas vocações regionais, promove a utilização de recursos naturais e culturais, dinamiza e integra setores da economia local e regional. Adicionalmente, os agentes empresariais promotores do turismo precisam estar articulados ao poder público, para que este se torne atraente não só pela qualidade da infra-estrutura que será oferecida, bem como pela capacitação das pessoas que operam esse setor.

Com o objetivo de minimizar cada vez mais os impactos provocados pela atividade do turismo em nível local, devem-se observar algumas dessas variáveis, principalmente pelos órgãos públicos de planejamento e aprovação de projetos turísticos no Brasil, destacando-se, principalmente: planejamento do uso de solo; controle do desenvolvimento e da construção; estimativa do impacto no meio ambiente; fiscalização de áreas designadas para proteção e desenvolvimento; e leis de crimes contra o meio ambiente (SWARBROOKE, 2000).

Portanto, vale salientar que é de extrema importância que todas estas proposições, realmente venham a se concretizar, pois poderá proporcionar o desenvolvimento das atividades turísticas de forma sustentável e competitiva. Neste contexto, é de extrema importância abordar no próximo tópico a competitividade do turismo.

2.1.4 A competitividade do turismo

As vantagens da concentração geográfica, segundo Katz (2000), são conhecidas na teoria econômica desde fins do século XIX, quando Marshal introduziu o conceito de externalidades por aglomeração para destacar as vantagens que a empresa obtém por estar perto de outras. A proximidade de fornecedores, a disponibilidade de informação comercial e tecnológica e a facilidade de obtenção de recursos humanos reduzem o custo operacional da empresa.

Ainda, segundo Katz (2000), hoje em dia, não se analisa a importância da proximidade geográfica somente em termos da existência dos recursos humanos, das informações ou da força do efeito multidisciplinador ou redução de custos de transação; analisa-se a importância da proximidade em termos de aprendizagem. A aprendizagem por interação entre empresas é importante, sobretudo, para a difusão do conhecimento específico e tácito que ocorre de forma espontânea (por imitação) ou organizada, através da criação de instituições coletivas de capacitação, investigação e geração de informações. Ambas são responsáveis pela inovação.

O turista atual apresenta um comportamento, como consumidor, diferente do passado, devido ao aumento de sua qualificação e experiência, buscando mais a qualidade. Devido à sua qualificação e à grande oferta existente, o turista possui maior poder de decisão e conhece a relação preço X qualidade dos produtos, a partir do que ele agrega na satisfação de suas necessidades.

A satisfação de cada necessidade dos turistas requer a prática de atividades distintas que, por sua vez, necessitam e implicam a utilização de recursos, atrativos, infra-estrutura, equipamentos e serviços também diferentes. Os produtos turísticos de um país ou região, na maioria dos casos, se concentram em âmbitos geográficos bem definidos, onde são desenvolvidas as atividades que constituem o processo de produção. Afirmção corroborada por Gutierrez e Bordas (1993) quando citam que a concorrência nos mercados turísticos internacionais se estabelece entre *clusters*, definidos como conjuntos de atrativos, com destacados diferenciais turísticos, dotados de equipamentos e serviços de qualidade com excelência gerencial e concentrados em espaço geográfico delimitado. Portanto, apresentam-se aos distintos mercados consumidores de turismo como produtos finais, com tarifas diferenciadas na forma de pacotes, em alto nível de competitividade internacional e/ou nacional. Um país ou região pode conter um ou mais *clusters*, dependendo de sua extensão. Assim sendo, a competitividade se produz em âmbitos locais ou *clusters*.

Segundo Thomazi (2006) os atrativos naturais e/ou culturais deverão associar-se bons hotéis e serviços receptivos. Entretanto, um conjunto de elementos como aeroporto, traslado, estética do entorno, equipamentos receptivos, gastronomia, hospitalidade da comunidade receptora, informação, sinalização, centros comerciais, serviços de assistência e segurança em geral, todos aliados ao grande motivador das viagens – a competitividade dos preços –, é que determinará a satisfação dos consumidores turistas e influirá na percepção final que se tem da qualidade de cada *cluster*. Portanto, vale salientar que mesmo que todo esse conjunto de elementos apresente nível satisfatório e, portanto, competitivo, basta que um deles seja negativo para comprometer a qualidade do produto final do *cluster*.

Neste atual contexto de mudanças surgem novas prioridades e com elas a necessidade de desenvolvimento de novas práticas de gestão. Assim, as políticas turísticas devem introduzir novas estratégias para adaptar o setor às profundas transformações que estão sendo produzidas. Por isso, a busca contínua pela perfeição e competitividade se converte no fator-chave para que se tenha êxito a longo prazo de um determinado destino ou localidade, bem como nas organizações turísticas pertencentes ao *trade* (OMT, 2001).

Na atividade turística, as estratégias adotadas para o êxito maior da competitividade devem estar baseadas no sistema analítico compatível com as variáveis econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, com vistas à sustentabilidade do destino no qual operam.

A partir do exposto até aqui, especificamente aos aspectos peculiares ao turismo, contemplando: conceitos e definições; evolução; turismo no Brasil; turismo na Paraíba e suas atrações; a importância do turismo para o desenvolvimento sócio-econômico de uma região; turismo e desenvolvimento local; desenvolvimento sustentável; o turismo sustentável – uma visão atual; e a competitividade do turismo; surge a necessidade de abordar, nessa próxima seção, alguns aspectos teóricos acerca da governança, contemplando: o surgimento da expressão *governance*; a amplitude da expressão governança e seu uso geral; governabilidade e governança; aspectos gerais da governança pública; governança e a Nova Gestão Pública no contexto internacional; governança na gestão pública brasileira; governança e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e, por fim, a governança e o Programa de Regionalização do Turismo na Paraíba.

2.2 Governança

2.2.1 O surgimento da expressão “governance”

O termo ou a expressão “governance” surge a partir de reflexões conduzidas e, principalmente, pelo Banco Mundial devido ao processo de aprofundamento em relação ao conhecimento das condições que garantem um Estado cada vez mais eficiente. Diniz (1995, p. 400), salienta que “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas públicas”. Nesses termos, a capacidade governativa não seria apenas avaliada pelos resultados das políticas governamentais, mas também pela forma pela qual o governo exerce o seu poder.

Segundo o Banco Mundial (1992, p. 22), em seu documento *Governance and Development*, a definição geral de governança é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. Ou seja, é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, implicando, também, na capacidade desses governos em planejar, formular e implementar as políticas públicas, cumprindo na realidade suas funções. Nesse tocante, dois pontos abaixo descritos merecem real destaque:

- a) A idéia de que uma “boa” governança é requisito fundamental para um desenvolvimento de forma sustentável, que incorpora ao crescimento econômico, questões como a equidade social e também os direitos humanos (SANTOS, 1997); e

[...] A questão dos procedimentos e práticas governamentais na consecução de suas metas adquire relevância, incluindo aspectos como o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privada na formulação de políticas ou ainda a abertura maior ou menor para a participação dos setores interessados ou de distintas esferas de poder. (BANCO MUNDIAL, 1992 *apud* DINIZ, 1995, p. 400).

Diante do exposto, o surgimento da expressão “governance” também passou por um processo evolutivo, levando à criação do termo que hoje é chamado de governança, tornando o seu uso de forma mais ampla e geral, sendo aplicado em vários campos e com significados distintos. Portanto, por fazerem parte de todo um processo evolutivo, o tópico abordado e o seguinte são complementares.

2.2.2 A amplitude da expressão governança e seu uso de forma geral

Na análise científica, um dos grandes e sérios problemas é a imprecisão dos conceitos e definições acerca da palavra governança. Com a palavra, parece estar acontecendo um movimento de uso amplo da expressão sem que sua utilização esteja cercada do cuidado analítico que requer. Portanto, é necessário precisar o seu significado no contexto em que é aplicada, pois o uso da expressão de forma equivocada pode levar a distorções acerca da sua real significância. Além disso, vale salientar que governança tem aplicação em vários campos, com sentidos totalmente diferentes.

Segundo Matias-Pereira (2008, p. 38), os aspectos freqüentes evidenciados nessa literatura sobre a governança estão relacionados

[...] à legitimidade do espaço público em constituição; à repartição do poder entre aqueles que governam e aqueles que são governados; aos processos de negociação entre os atores sociais (os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e mecanismos de coordenação); e à descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

Portanto, torna-se altamente relevante, neste contexto, abordar as diferentes formas de uso acerca da expressão governança, conforme apresentadas a seguir:

- a) **Governança enquanto Estado mínimo:** baseado na necessidade da redução dos déficits públicos, esse uso da governança refere-se a uma nova forma de intervenção pública e ao papel dos mercados na produção dos serviços públicos (STOKKER, 1997);
- b) **Governança corporativa:** oriunda das teorias do *management*, a governança corporativa acentua a necessidade de eficácia, assim como a *accountability* na gestão dos bens públicos (TRICKER, 1994 *apud* MATIAS-PEREIRA, 2008);
- c) **Governança enquanto Nova Gestão Pública (NGP):** a NGP prega a gestão e os novos mecanismos institucionais em economia, através da introdução de métodos de gestão do setor privado e do estabelecimento de medidas incitativas (*incentives*) no setor público;
- d) **Boa governança:** utilizada originalmente pelo Banco Mundial com referência às suas políticas de empréstimos, a boa governança é uma norma que supõe a eficácia dos serviços públicos, a privatização das empresas estatais, o rigor orçamentário e a descentralização administrativa;
- e) **Governança enquanto sistema sociocibernético:** a governança das sociedades modernas é uma combinação de todo tipo de atividades e estruturas de governo. Estas combinações

podem ser vistas como “respostas” destas sociedades às demandas dúbias dos governos (KOOIMAN, 1993);

- f) Governança enquanto conjunto de redes organizacionais:** a governança refere-se à “*managing networks that are self-organizing*”. Considerando que o Estado é um dos atores (e não mais o único e exclusivo ator) no sistema mundial, redes integradas e horizontais (ONGs, redes profissionais e científicas) modelam o ambiente desse sistema (RHODES, 1997).

Após ter seguido todo esse processo evolutivo acerca dos conceitos e aplicações da expressão governança, pois a sua amplitude poderá levar a interpretações bastante equivocadas, é de extrema importância mostrar a diferenciação entre governança e governabilidade, que será abordada no tópico seguinte.

2.2.3 Governabilidade e governança

A palavra governo é um substantivo que tem como significados: autoridade; administração superior; sistema político que rege um Estado. Já o ato de governar, segundo Motta (1991, p. 15), significa

[...] tomar decisões sobre alternativas de ação para a sociedade. Tais alternativas têm como base, em princípio, o interesse público expressado coletivamente, de acordo com um processo administrativo onde demandas e apoios são convertidos em normas, produtos e serviços. Resultando uma distribuição de direitos e deveres, benefícios e custos, fundamentados na autoridade.

Já na visão de Nogueira (2001, p. 99), governar é a ação de “deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões ou, ainda, de comandar e mandar nas pessoas”.

Neste sentido, os conceitos de governança e governabilidade aparecem de forma sistemática na literatura contemporânea sobre o Estado e políticas públicas. Dessa forma, a capacidade política de governar, que quer dizer governabilidade, e seria resultante da interação entre a legitimidade do Estado e do governo com a sociedade, e a governança, por sua vez, decorreria da capacidade administrativa e financeira, num contexto mais amplo, do governo de realizar políticas (MATIAS-PEREIRA, 2008).

A abordagem política está voltada aos modos de governo e dedica-se às relações de poder estabelecidas na conformação dos ambientes e às condições para a realização das

políticas públicas. A ênfase política da Teoria da Governança, segundo Mayntz (2000 *apud* BENTO, 2003), aponta três fases de desenvolvimento. No final dos anos 1960, passa-se a configurar como teoria de planeamento, com carácter prescritivo. Na década seguinte, em função da diminuição do entusiasmo com o planeamento clássico, a governança passa a servir como um instrumento teórico de análise empírica dos contextos, capaz de influenciar a configuração dos instrumentos de política. Posteriormente, já na década de 1980, a teoria de governança passou a ser utilizada no processo de implementação de políticas.

A administração e a política, no contexto de um Estado democrático e comprometido com o bem-estar (embora já não mais como anteriormente), encontram-se intimamente ligadas, na medida em que o sucesso dos projetos e programas da administração e do governo elaborados dependem, em última análise, do apoio da população e de sua legitimidade. Eficientes e sofisticados instrumentos de gestão, profissionais competentes e especializados, normas e competências bem definidas não são capazes, por si só, de assegurarem a eficiência administrativa (BENTO, 2003).

Diante do contexto, a questão da governabilidade ganha novos contornos e dimensões, tornando-se muito mais complexa e o êxito das políticas governamentais necessita, também na sua essência, de estratégias, de articulações e de coalizões que deem sustentabilidade e legitimidade às decisões, o que deverá ser feito por aquele que detém o poder, independente do grupo ou partido político que represente ou linha ideológica a que se vincule. Portanto, sabe-se que não é tarefa simples fazer distinções precisas entre os dois conceitos – governabilidade e governança –, mas pode-se, assim, delimitar o campo de atuação de cada uma delas.

Genericamente, a condição de governabilidade observa-se pelas condições de poder de um governo, vinculados à sua legitimidade para formular e implementar políticas públicas perante a sua postura e diante da sociedade civil. Estas condições, mesmo intrinsecamente ligadas às condições de governança, são mais abrangentes e que Araújo (2002, p. 6) define como “as próprias condições substantivas/materiais de exercício do poder e de legitimidade do Estado e do seu governo derivadas de sua postura diante da sociedade civil e do mercado (em um regime democrático)”.

Mantendo a mesma linha de raciocínio, Brito (2002, p. 260) centra sua definição como foco na sociedade e detalha melhor o conceito de governabilidade, como segue:

[...] La gobernabilidad es la disposición de la sociedad a aceptar los productos del sistema político y de las decisiones de sus gobernantes y representantes políticos como vinculantes; la disposición a actuar y desarrollarse dentro de un marco institucional que considera adecuado. Esto es así cuando ese marco refleja los líderes y representantes – a través del proceso político – y han quedado plasmadas

en el Estado, como leyes y normas y como políticas públicas a través de determinados estilos de gestión y de determinadas rutinas y dispositivos administrativos y procedimentales.¹

A governabilidade fundamenta-se no suporte político dos governos e, em função destes, às instituições voltadas a sustentar um conjunto de políticas sociais e ambientais. A Teoria da Governança foca-se nas ações, acordos e contratos constituídos nas redes dos *stakeholders* (diversos atores sociais) que exercem padrões de conduta e comportamento anteriores com vistas à solução de conflitos posteriores. Os *stakeholders*, que exercem padrões de conduta e comportamento anteriores com vistas à solução de conflitos posteriores, são contatados através de organizações pertencentes aos grupos de interesses da organização, nos quais as futuras gerações, o ambiente natural e as espécies não humanas como grupo de interesses primários.

Portanto, pode-se entender a governabilidade como sendo acordos ou relações que dão condições de governar e a governança são os acordos que constroem uma forma de coordenar um sistema, criando condições para implementação eficiente das políticas.

Ainda segundo Santos (1997), o termo governabilidade refere-se ao desenho institucional, distinto, portanto, de governança, basicamente ligada à atuação dos atores sociais e sua capacidade no exercício da autoridade política, se observadas as três dimensões envolvidas no conceito de governabilidade, apresentadas por Diniz (1995, p. 394), que salienta que:

[...] a capacidade do governo para identificar problemas críticos e formular políticas públicas adequadas ao seu enfrentamento; capacidade governamental de mobilizar os meios e recursos necessários à execução dessas políticas, bem como à sua implementação; e a capacidade de liderança do Estado sem a qual as decisões tornam-se inócuas.

No entanto, dois aspectos ficam bastante claros na visão do autor: governabilidade está situada no plano do Estado e representa um conjunto de atributos essenciais ao exercício do governo, sem os quais nenhum poder será exercido; já a governança tem um caráter mais amplo, pois pode englobar dimensões presentes na governabilidade.

¹ A governabilidade é a disposição da sociedade em aceitar os produtos do sistema político e das decisões de seus governantes e representantes políticos como participantes; a disposição para atuar e desenvolver-se dentro de um marco institucional que considera adequado. Este é assim quando esse marco reflete os líderes e representantes – através do processo político – e ficaram plasmadas no Estado, como leis e normas e como políticas públicas através de determinados estilos de gestão e de determinadas rotinas e dispositivos administrativos e procedimentais.

Para Melo (*apud* SANTOS, 1997, p. 341), refere-se

[...] ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, à definição do *mix* apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas.

Como bem salienta Santos (1997, p. 341), o conceito de governança “não restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco ao funcionamento eficaz do aparelho do Estado”. Dessa forma, a governança refere-se aos padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de agregação e articulação de diversos interesses, tais como os partidos políticos e grupos de pressão, como também redes sociais informais (de fornecedores, famílias, gerentes), hierarquias e associações de diversos tipos. Ou seja, enquanto a governabilidade tem uma dimensão puramente estatal, vinculada unicamente ao sistema político-institucional, a governança atua num plano bem mais amplo, contemplando a sociedade como um todo.

Já Bento (2003, p. 85) enfatiza que “a distinção entre governabilidade e governança remete à distinção entre reforma do Estado e reforma do aparelho do Estado, no sentido que esta tem por finalidade melhorar a governança e aquela, a governabilidade”.

Após essa discussão, segundo a abordagem de alguns autores acerca de governança e governabilidade, é chegada a hora de explorarmos os aspectos gerais da governança na gestão pública.

2.2.4 Aspectos gerais da governança na gestão pública

Neste tópico serão abordados os aspectos gerais da governança na gestão pública, com ênfase em uma abordagem histórica, conceitual e o seu verdadeiro papel.

2.2.4.1 Histórico

Segundo Abrucio (2005 *apud* BRESSER PEREIRA; SPINK, 2005), foi na década de 80 que se iniciou nos Estados Unidos o processo de implantação de reformas administrativa, levando em consideração o modelo de gestão já desenvolvido nas organizações privadas. A

cidade de Sunnyvale, no estado da Califórnia, foi quem primeiro deu início a esse processo de transformação, implementando o processo revolucionário trabalhando a remuneração por desempenho, recompensando seus administradores com base em metas atingidas.

Neste mesmo período, a província de British Columbia, no Canadá, liderou as reformas na governança na gestão pública (em seu país), implantando em suas organizações um modelo de boas práticas, tanto no setor público como no setor privado.

Ainda na mesma década, de acordo com Osborne e Gaebler (*apud* PALLOT, 1998), as reformas no setor público da Nova Zelândia são vistas como as mais fiéis ao caminho empresarial, contudo só em 1986 é que a reforma de forma radical veio acontecer sob forte influência da teoria da escolha pública, na teoria da agência e na análise dos custos de transação.

Segundo Slomski *et al.* (2008), no início da década de 90 foi criado um comitê formal para dirigir os aspectos financeiros da governança corporativa do setor privado do Reino Unido. Daí então foi criado, em maio de 1991, pelo Conselho de Relatórios Financeiros, da Bolsa de Valores de Londres e da Profissão Contábil Britânica, o chamado “*Cadbury Committee*”. O relatório deste comitê (conhecido como *Cadbury Report*) foi então publicado em 1992, no qual apresenta três princípios essenciais de governança corporativa: transparência, integridade e a responsabilidade de prestar contas.

Apesar de o relatório possuir como base à governança corporativa no setor privado, ele foi utilizado, como base para o desenvolvimento da primeira estrutura de governança corporativa para o setor público, pelo Instituto Britânico de Finanças e Contabilidade Pública (CIFPA), no ano de 1995.

Em 2001, ocorreu a última contribuição significativa para o desenvolvimento da governança pública, com a publicação do Estudo 13 do Comitê do Setor Público da Federação Internacional de Contadores (IFAC), o qual está em formas de governança na gestão pública, especialmente no que diz respeito à responsabilidade do grupo governante, detentor do poder, e da entidade controlada pelo setor público.

2.2.4.2 Conceitos e definições

Após a abordagem histórica acerca da governança, faz-se necessária, nesse tópico, a abordagem de seus conceitos, definições e o seu verdadeiro papel.

Para Slomski *et al.* (2008), há uma diferença entre a gestão e a governança, pois a governança não só tem o foco voltado para o negócio, e sim em dar uma visão sistêmica à organização, em supervisionar e controlar todas as ações executivas da administração e em atender de forma plena e efetiva às legítimas expectativas geradas pela prestação de contas e regulação, com interesses que vão além dos limites incorporados.

Neste sentido, a governança pode ser mais bem compreendida através dos principais elementos que a compõem e servem para descrever a boa governança, tais como: responsabilidade na prestação de contas, participação, transparência, administração de relacionamento e, dependendo do contexto, eficiência e/ou equidade.

Já Rosenau e Ernest-Otto (2000, p. 15) fazem um paralelo entre governo e governança e salienta que:

[...] governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto que governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências.

Merece notar, ainda, que a governança é um conceito suficientemente amplo para conter dentro de si a dimensão governamental. Para a Comissão sobre Governança Global (1996, p. 5), governança é:

[...] a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições.

Quanto ao uso da expressão “governança sem governo”, deve existir alguma cautela, pois pode significar, como diz Slaughter (1997), o mantra do novo medievalismo, baseado no fim do Estado-Nação, e o movimento inexorável para instituições supra e subestatais e, sobretudo, para predominância de atores não-estatais. Insurgindo-se contra essa corrente, a mesma autora defende uma nova ordem mundial baseada na existência e no funcionamento de redes trans-governamentais, capazes de permitir que os governos se beneficiem da flexibilidade e descentralização dos atores não-estatais, mas ao mesmo tempo fortalecendo o Estado como ator principal no sistema internacional. Para Slaughter (1997, p. 195),

[...] governança sem governo é governança sem poder, e governo sem poder não funciona. Muitos dos problemas internacionais e domésticos urgentes resultam do poder insuficiente dos Estados para estabelecer a ordem, realizar a infra-estrutura, e prover serviços sociais mínimos. Atores privados podem assumir algum papel, mas não há substituto para o Estado.

Após esta ressalva, e evitando os excessos que a expressão “governança sem governo” pode representar, é possível conceber funções que necessitam ser executadas para garantir o funcionamento do sistema, apesar de que este não tenha produzido organizações e instituições incumbidas explicitamente para que elas sejam exercidas, o que ocorre em sistemas locais mundiais.

A idéia da “governança sem governo” não exige a exclusão dos governos nacionais ou sub-nacionais, mas implica uma investigação que presuma a ausência de alguma autoridade governamental suprema no âmbito internacional. Em outras palavras, Rosenau e Ernest-Otto (2000) salientam que o conceito de “governança sem governo” leva especialmente ao estudo da política mundial, na medida em que nesse domínio é conspícua a ausência de uma autoridade central, embora seja, também, óbvio que um mínimo de ordem e de entendimentos rotinizados está normalmente na conduta da vida humana.

No plano global, para Brigagão e Rodrigues (1998, p. 166),

[...] diplomacia, negociação, construção de mecanismos de confiança mútua, resolução pacífica de conflitos e soluções de controvérsias são os meios disponíveis para chegarmos à casa comum da Governança Global.

Note-se que essa consideração remete exatamente a caracterização da governança como meio e processo capaz de produzir resultados eficazes. Daí pode-se chegar, finalmente, à definição da Comissão sobre a Governança Global (1996, p. 11), que é bastante ampla: “governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns”.

No que diz respeito à governança pública, Kickert (1997) descreve que seu uso tem um significado bem mais amplo do que no seu uso em relação aos negócios e na interpretação orientada para o mercado vinda do conceito de administração. Para ele, a governança pública refere-se, também, à legitimidade e legalidade em que um contexto político e o social representam um papel crucial. Sendo assim, a governança pública é um conjunto de atividades complexas que envolvem a direção de redes complexas em setores políticos da sociedade.

Timmers (2000) considera a governança corporativa na gestão pública como governança governamental e define-a como a proteção ao inter-relacionamento entre a administração, o controle e a supervisão, feita pela organização governamental, pela situação organizacional e pelas autoridades do governo, com o intuito de relacionar objetivos políticos eficientemente e eficazes, bem como, comunicar publicamente e providenciar uma prestação de contas para a sociedade ou em benefício dela com o máximo de transparência possível.

A definição demonstra que a governança governamental é constituída por quatro elementos, ilustrados na Figura 1.

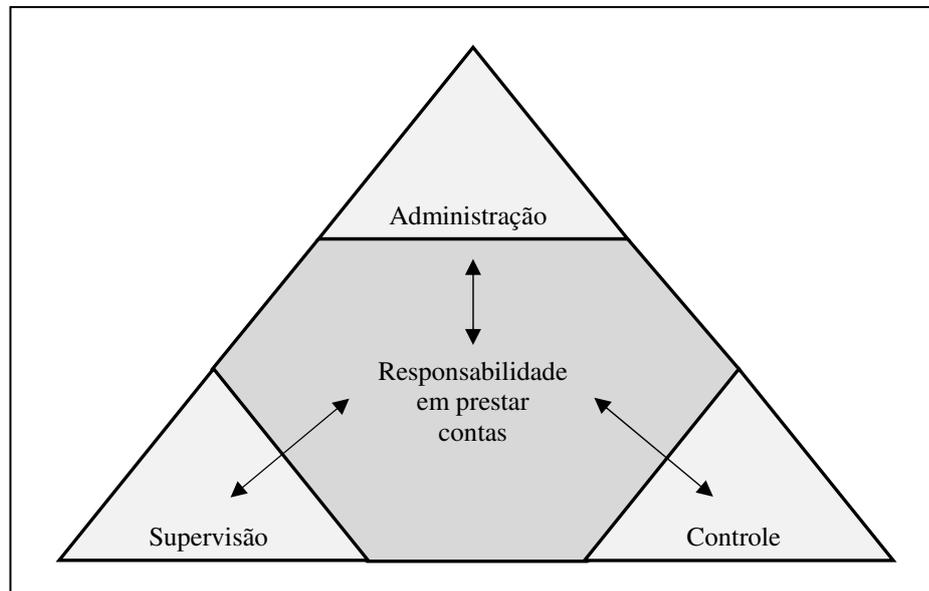


Figura 1. Elementos da governança governamental.
Fonte: Timmers (2000 *apud* SLOMSKI *et al.*, 2008, p. 124).

Algo interessante merece ser destacado, analisando a Figura 1, é que no inter-relacionamento entre a administração, o controle, a supervisão e a responsabilidade na prestação de contas, a responsabilidade governamental interessa-se pela natureza do relacionamento com os participantes da política e em alcançar os objetivos políticos. Para tanto, o governo deveria ter uma visão administrativa, definindo de forma clara os objetivos políticos, as condições prévias tais como: a qualidade; a eficiência; a conformidade com os regulamentos e leis relevantes, e também o controle financeiro.

Mais adiante, governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições. E, finalmente, para a Comissão sobre a Governança Global (1996, p. 2):

No Plano, a governança foi vista primeiramente como um conjunto de relações intergovernamentais, mas agora deve ser entendida de forma mais ampla, envolvendo organizações não-governamentais (ONG's), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais. Com estes interagem os meios de comunicação de massa, que exercem hoje enorme influência.

Portanto, vamos nos ater ao conceito de governança como meio e processo capaz de produzir, realmente, resultados eficazes, sem ser necessária a utilização da coerção. Só que a

governança, na sua essência, não exclui a dimensão estatal; ao contrário, acaba por envolvê-la.

Governança, como citado anteriormente, diz respeito à “totalidade das diversas maneiras” para administrar problemas, com a participação e ação do Estado e os setores privados. Evidencia-se que a dimensão não-estatal é o traço proeminente e de certa forma inédita trazido pela governança ao debate e à formulação de políticas e ações nos planos nacional e internacional. Daí porque, quando se examina o tema da governança, as ONGs surgem com bastante destaque em relação ao seu papel.

Após a abordagem acerca de definições e conceito de governança sob a ótica de vários autores, é necessário que se faça a diferenciação entre governança e a nova gestão pública no contexto internacional. Portanto, o tópico a seguir abordará de forma clara e objetiva essa diferenciação.

2.2.5 A governança e a Nova Gestão Pública no contexto internacional

Neste tópico será apresentada a abordagem da nova gestão pública com o intuito de fazer um comparativo com a governança na gestão pública, demonstrando as possíveis diferenças existentes entre elas e apresentando os principais países considerados de destaques na adoção dessas práticas.

2.2.5.1 A Nova Gestão Pública

O processo de transposição dos conceitos de administração voltada aos negócios da administração pública é chamado de a Nova Gestão Pública (NGP), com uma característica que inclui ênfase no estilo do setor privado praticar a administração. Vale salientar que esse mesmo processo de administração também pressupõe que todas as práticas desenvolvidas no setor privado possam ser aplicadas no setor público.

De acordo com Gruening (2001 *apud* SLOMSKI *et al.*, 2008), o movimento da NGP deu início na década de 70, e os primeiros a participarem foram o Reino Unido, através da então primeira ministra Margaret Thatcher, e os Estados Unidos, através do governo municipal de Sunnyvale, no estado da Califórnia. Logo após, juntaram-se ao movimento os governos da Nova Zelândia e Austrália, e mais tarde o Canadá. Portanto, esses países citados

anteriormente levam destaque por serem considerados os precursores das discussões acerca da governança na gestão pública e NGP no âmbito internacional.

Como resultado de todas essas discussões, foi publicado em maio de 1995 o primeiro relatório de normas na vida pública, que estabeleceu, de forma explícita, os sete princípios da vida pública, como sendo: abnegação, integridade, objetividade, responsabilidade em prestar contas, franqueza, honestidade e liderança.

Diante de toda essa onda de reformas na gestão pública, normalmente definidas como NGP, começa a ser introduzida nesse processo uma mudança cultural, enfatizando objetivos normalmente associados à proteção, ao invés daqueles associados aos gastos. Para tanto, são projetadas para aumentar a concentração da flexibilidade gerencial em dois eixos temáticos principais: delegar a gestão financeira e introduzir novas formas de prestação de serviços e, ainda, contribuíram na busca de disciplina fiscal e de restrição orçamentária, dando poderes aos guardiões do erário público e procurando fixar os valores da linha de base (KELLY; VANNA, 2001).

Neste contexto, a NGP apresenta, segundo Jones e Thompson (*apud* RESENDE, 2005), as seguintes características:

- a) contextualizar o cidadão como um cliente em foco;
- b) dar o sentido claro a missão da organização pública;
- c) delegar autoridades;
- d) substituir normas por incentivos;
- e) elaborar orçamentos baseados em resultados;
- f) expor operações do governo à concorrência;
- g) procurar soluções de mercado e não apenas administrativas;
- h) medir o sucesso do governo pelo cidadão.

Dando seqüência, apresentam-se como princípios:

- a) reestruturação;
- b) reengenharia;
- c) reinvenção;
- d) realinhamento;
- e) reconceituação.

Neste mesmo raciocínio, Bresser Pereira (2005) corrobora descrevendo que o objetivo da NGP é construir um Estado que atenda às necessidades de seus cidadãos; um Estado

democrático de direito, no qual seja inteiramente possível que os políticos possam fiscalizar as atividades dos burocratas e estes perante lei sejam obrigados a lhes prestarem contas, bem como os eleitores fiscalizarem os políticos, e estes também sejam obrigados por lei a lhes prestarem contas. Portanto, é de extrema importância que se faça uma reforma política que dê maior legitimidade aos governos, ao ajuste fiscal, à privatização, à desregulamentação e a uma reforma administrativa que crie os meios para que se obtenha uma boa governança.

2.2.5.2 Diferenças entre a Governança na Gestão Pública e a Nova Gestão Pública

A NGP é uma reforma de Estado que emerge da necessidade de mudanças legais que, na maioria dos casos, foi efetivada no decorrer do processo de mudança de uma gestão burocrática para a gerencial. Vale salientar que para tal processo venha a se efetivar é essencial que ocorra reforma política, ajuste fiscal, privatização, desregulamentação e uma reforma administrativa que crie os mecanismos para se obter boa governança (SLOMSKI, 2008).

Complementando o pensamento anterior, a NGP se apresenta como uma das formas de viabilização da governança na gestão pública e, para que isso venha a ocorrer de forma plena e efetiva, é essencial que ocorra a boa governança.

A governança na gestão pública apresenta como as instituições são governadas e administradas, ocorrendo o inter-relacionamento entre administração, controle, supervisão e responsabilidade em prestar contas. Está baseada nos padrões dos valores dos setores privado e público, tais como: efetividade, eficiência, parcimônia, desempenho, honestidade, justiça, equidade, legitimidade, cumprimento do dever, dentre outros (SLOMSKI, 2008).

Diante do exposto, vale a pena ressaltar que geralmente a NGP antecede a governança, pois é através da implantação das reformas que ocorre a construção de um Estado verdadeiro que venha realmente atender às reais necessidades do cidadão e que, em paralelo, também ocorram as reformas administrativas, pois elas são mecanismos para a consolidação da governança.

Para tanto, faz-se necessário abordar no tópico posterior a governança aplicada à gestão pública brasileira, por se tratar de algo novo e extremamente importante para o contínuo processo evolutivo da democracia brasileira.

2.2.6 Governança na gestão pública brasileira

Após a abordagem acerca da Nova Gestão Pública no âmbito internacional e feita a distinção entre governança e NGP, é altamente importante destacar como a governança se comporta na gestão pública brasileira.

Um dos grandes marcos da política pública brasileira foi o histórico momento da promulgação da Constituição de 1988, atraindo a atenção do mundo, pois foi o primeiro país da América Latina a conduzir as reformas para dar início ao processo de descentralização brasileira e a descentralização natural do Estado, reintroduzindo a discussão acerca do fenômeno da dimensão política.

Segundo Bardhan e Mookherjee (2006, p. 56), a Constituição de 1998 apresentou as seguintes características:

- a) *First - local governments were given significantly more political autonomy from their district-level and national counterparts;*
- b) *Second – local and state governments were given great fiscal autonomy from the union, as the constitution subnational government;*
- c) *Third – local governments were given responsibility (or coresponsibility) for the some of the main aspects of social-services delivery that were municipalized; and*
- d) *Four – local governments became free to institutionalize channels of direct popular participation into public affairs.*²

Vale ressaltar que todo o processo evolutivo que iniciou com a descentralização até os dias de hoje é fruto desta Constituição que, a cada dia, através das reformas política, fiscal e administrativa, busca a tão sonhada governança sustentável.

O processo de modernização da administração pública no Brasil, entre a década de 1930 e a de 1990, seguiu alguns padrões, dentre eles a fragmentação institucional e o distanciamento entre a formulação e a implementação política. A retórica da reforma dos anos 90 teve o seu avanço no que diz respeito à utilização do conceito de governança e dos princípios políticos que orientam as propostas, que compreendem: participação, *accountability* e controle social, mas mostrou-se falha, em especial pela insuficiência de mecanismos de coordenação política. Isso contribuiu de forma direta para manter a fragmentação de ações no campo da gestão pública.

² 1° - governos locais receberam significativamente mais autonomia política de seus semelhantes locais e nacionais.

2° - governos locais e estaduais receberam uma grande autonomia fiscal da união enquanto constituintes de governos subnacionais.

3° - governos locais receberam responsabilidades (ou co-responsabilidades) em relação a alguns dos aspectos principais da prestação de serviços sociais que foram municipalizados.

4° - governos locais ficaram livres para institucionalizar canais de participação popular direta em assuntos públicos.

Neste contexto, em 1995, a reforma do Estado brasileiro foi deflagrada e teve como principal objetivo manter equilibradas as contas públicas e, ao mesmo tempo, elevar a capacidade de ação estatal; a reforma propõe uma nova configuração das estruturas estatais baseadas na substituição do modelo burocrático de administração pública por um modelo gerencial (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Em consonância com experiências internacionais que no tocante estavam sendo implementadas no mundo, dá-se início, assim, a um vasto e amplo processo de revisão das formas de como os serviços públicos estavam sendo prestados no Brasil. Daí, a reforma gerencial no Brasil, inspirada no modelo britânico, também recebeu os princípios da NGP. Sendo assim, o Plano Diretor de Reforma do Estado, fortemente apoiado na NGP e no Novo Serviço Público, incorporou muitos elementos do paradigma neodesenvolvimentista. A implantação da NGP no Brasil procurou delinear um novo padrão de gestão pública, a denominada “administração gerencial”, apoiada nos princípios da flexibilidade, ênfase em resultados, foco no cliente e controle social (MARE, 1995).

Portanto, observa-se que nos últimos quinze anos, no Brasil, no processo de transformação institucional ocorrido, principalmente no setor público, ainda prevalece uma visão do paradigma neoliberal, tendo como principal referência a preocupação com o “ajuste fiscal”. Ajuste esse que eleva cada vez mais as cargas tributárias, que já é uma das mais altas do mundo e, ao contrário, poucas ações sociais como saúde, educação, segurança, dentre outras, foram revertidas para os cidadãos de forma efetiva.

No que diz respeito à governança na gestão pública brasileira, poucos estudos são encontrados e os que existem são focados na tentativa de adaptar os princípios de governança do setor privado para o público, fundamentados nos princípios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), fundado em 1995, como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com o propósito de ser a principal referência nacional em governança corporativa: desenvolver e difundir os melhores conceitos e práticas no Brasil, contribuindo para o melhor desempenho das organizações e, conseqüentemente, para uma sociedade mais justa, responsável e transparente.

Para Bresser Pereira (2001), a boa governança e o desenvolvimento político não estão diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico, de sorte que um país que teve sucesso em termos econômicos, como os Estados Unidos, revela-se atrasado em termos sociais e políticos. A tentativa de ter-se melhor governança do que sugerida pelo nível *per capita*, porém, continua a ser o grande desafio que os países em desenvolvimento raramente conseguem superar.

De acordo com Streit e Klering (2005), as idéias a respeito das noções de governança pública indicam que o conceito faz referência à existência de estruturas, mecanismos e regulamentações para o exercício da administração pública, a uma nova prática, em que o processo é mais importante que os resultados em si, a uma nova forma ou estrutura, com maior enfoque na atuação via redes de organizações ou atores sociais, mais autônomos, independentes e reguladores, e à definição de objetivos conjuntos e de guias de ação.

Assim, a governança pública pode ser entendida, conforme Streit e Klering (2005, p. 8), como:

[...] o governo visando objetivos coletivos de uma sociedade, com o enfoque na coordenação autônoma, independente e responsável de diferentes instituições, redes e atores sociais, utilizando estruturas, mecanismos e regulações justas, coerentes, consistentes e aceitas pela sociedade.

De forma geral, é possível afirmar que os princípios da reforma empreendida no Brasil, explicitamente a partir de 1995 com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, são baseados e inspirados na *New Public Management* (NPM), cujo enfoque central reside na adoção de instrumentos gerenciais privados no âmbito do setor público. Paradoxalmente, o Brasil encontra-se, de fato, inserido no modelo de governança, como consequência de processos de descentralização que modificaram substancialmente a rede de relações Estado-Sociedade.

A gestão pública tem seus alicerces fixados nos princípios da legalidade, cuja premissa básica de todo o gestor é de que “somente é possível fazer o que existe previsão em lei”. Neste sentido, a lei mais recente é denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000), que tem por objetivo fortalecer os principais eixos da administração pública que, segundo Santos (2002), são: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e prestações de contas.

O modelo de reforma do Estado, implementado sob a ótica neoliberal, não se mostrou capaz de resolver adequadamente os problemas sócio-econômicos do país. Portanto, a reforma do Estado brasileiro, na qual está inserida a reforma administrativa, deve ser orientada para o desenvolvimento e levar em consideração a absoluta necessidade e sua construção em novas bases sustentáveis.

Slomski *et al.* (2008, p. 184) apontam como um dos possíveis caminhos para a governança na gestão pública no Brasil a adoção de um Conselho de Administração Municipal para governos locais, de um Conselho de Administração Estadual para governos regionais, de um Conselho de Administração Federal para o governo nacional e, ainda, a

adoção efetiva de um modelo de mensuração de eficiência em atendimento ao princípio constitucional, seriam estes possíveis caminhos para a concretização da Governança Pública no Brasil.

Neste contexto, Ivo (2002) salienta que, para a adoção destes conselhos administrativos em esfera local, regional e federal, e para que estes venham a se concretizarem, é necessário entender as cidades como lugares onde convergem e integram os direitos individuais e do trabalho, que acompanharam o padrão de estruturação fordista e os direitos coletivos de acesso e consumo de bens e serviços urbanos, como condição de reprodução social das classes trabalhadoras do espaço público.

Portanto, a busca constante da transparência na administração pública deve ser vista como uma condição essencial para que o Brasil possa continuar a progredir no processo de desenvolvimento sócio-econômico e na construção da democracia. Neste sentido, a real transparência do Estado torna-se efetiva a partir do momento em que o cidadão tem acesso à informação governamental, o que torna as relações entre o Estado e a sociedade civil mais democráticas.

O Quadro 1, a seguir apresenta uma comparação de perspectivas entre a Antiga Administração Pública, Nova Gestão Pública e Novo Serviço Público.

Quadro 1. Comparação de perspectivas: Antiga Administração Pública, Nova Gestão Pública e Novo Serviço Público.

	Antiga Administração Pública	Nova Gestão Pública	Novo Serviço Público
Princípios teóricos e epistemológicos	Teoria política e social intensificada por ciência social ingênua	Teoria econômica. Diálogo mais sofisticado, baseado na ciência social positivista	Teoria democrática com várias linhas de conhecimento, incluindo positivista, interpretativa e pensamento crítico
Racionalidade predominante e modelos de comportamento humano	Modelo de racionalidade restrito ao “homem administrativo”	Racionalidade técnica e econômica, caracterizada pelo “homem econômico”	Racionalidade estratégica. Múltiplos tipos de racionalidade (política, econômica e racional)
Concepções de interesse público	O interesse público é politicamente definido como o expresso nas leis	O interesse público representa a agregação dos interesses individuais	O interesse público é resultado de um diálogo sobre valores compartilhados
A quem os servidores públicos respondem	Clientes e constituintes	Consumidores	Cidadãos
Papel do governo	“Remar” (estruturar e implementar políticas focando um único objetivo político predefinido)	“Guiar” (atuando como um catalisador para liberar as forças do mercado)	“Servir” (negociar e intermediar os interesses entre cidadãos e grupos da comunidade, criando valores compartilhados)

Quadro 1. Comparação de perspectivas: Antiga Administração Pública, Nova Gestão Pública e Novo Serviço Público.

	Antiga Administração Pública	Nova Gestão Pública	Novo Serviço Público
Mecanismo de alcance dos objetivos	Programas administrativos executados por meio de órgãos do governo	Criação de mecanismos e de estruturas de incentivo para alcançar objetivos políticos por meio da atuação de órgãos privados e organizações sem fins lucrativos	Criação de coalizão entre órgãos públicos, privados e organizações sem fim lucrativo para satisfazer necessidades mutuamente existentes
Abordagem da <i>accountability</i>	Hierárquica: administradores públicos respondem aos políticos eleitos democraticamente	Orientada para o mercado: o acúmulo dos interesses pessoais irá resultar nos resultados desejados por um grupo de cidadãos (ou consumidores)	Multifacetada: servidores públicos devem respeitar a lei, os valores da comunidade, as normas políticas, os padrões profissionais e os interesses dos cidadãos
Discrição administrativa	Descrição limitada permitida por oficiais administrativos	Ampla discrição para permitir alcance dos objetivos empreendedores	Discrição necessária, porém restrita e responsável
Suposta estrutura organizacional	Organizações burocráticas marcadas pela autoridade <i>top-down</i>	Organizações públicas descentralizadas com controle primário de determinados órgãos públicos	Estruturas colaborativas com lideranças compartilhadas interna e externamente
Supostas bases de motivação dos servidores públicos	Pagamento e benefícios, proteções	Espírito empreendedor, desejo ideológico de reduzir o tamanho do governo	Serviço público, desejo de contribuir para a sociedade

Fonte: Denhardt e Denhardt (2003 *apud* MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 126-7).

Em função desta conjuntura, faz-se necessária nesse próximo tópico a abordagem acerca da governança e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, visto que ambos fundamentam-se no processo de interiorização do turismo nos municípios brasileiros.

2.2.7 Governança e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

No Brasil, a atividade turística emerge como fenômeno social a partir da década de 1920. Contudo, a primeira política nacional de turismo foi criada apenas em 1966, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Antes disso, as políticas de turismo estavam restritas a aspectos parciais da atividade, não sendo reconhecidas oficialmente como tal, e estavam basicamente trabalhando no sentido de regulamentar as agências de viagens e turismo. No país, o turismo teve grande parte da sua história vinculada

ao Ministério da Indústria e do Comércio, recebendo incentivos equivalentes àqueles que eram destinados ao setor industrial.

Segundo Garcia e Ashton (2006, p. 2), na década de 80,

[...] os novos avanços em direção a democratização, trouxeram novas necessidades às sociedades brasileiras, com reflexos, no setor público, sendo percebidas através das reivindicações comunitárias por projetos transformadores sociais, econômicos que visem à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Dessa forma, cabe ao Estado desenvolver políticas para atuação governamental em todos os setores, principalmente no de turismo, devido a sua abrangência e complexidade, e à necessidade de contemplação e preservação das características culturais, sociais, econômicas e ambientais da comunidade local.

Até meados da década de 1990, a Política Nacional de Turismo (PNT), na prática, reduziu-se à ampliação e melhoria da infra-estrutura de equipamentos de hospedagem. Em 1991, ocorre a reestruturação da EMBRATUR, transformando-se em Instituto Brasileiro de Turismo, ganhando os atributos de formular, coordenar, executar e fazer executar a PNT (CRUZ, 2001).

É somente no primeiro mandato do Governo Lula, em 2003, que foi criado o Ministério do Turismo, que tem como principal missão desenvolver o turismo como uma atividade econômica de forma mais sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. A EMBRATUR passa a exercer exclusivamente a atividade de divulgação e publicidade da marca Brasil.

Atualmente, a economia mundial aponta, no plano econômico, para a globalização e à competição internacional. A esfera política prega descentralização, visto que as regiões, na busca por se tornarem competitivas, necessitam de uma maior flexibilidade e autonomia para organizar seus próprios arranjos produtivos. No plano social, a globalização da economia faz com que os países reduzam seus custos e saiam do assistencialismo, buscando assim a regionalização (BENI, 2005).

Confirma-se que essa também é uma tendência brasileira, já que, em abril de 2004, foi lançado pelo Ministério do Turismo o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que tem buscado algumas ações nesse sentido. O Plano Nacional de Turismo é baseado nas premissas de parcerias e gestão descentralizada, na busca por desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística,

diversificação dos mercados, produtos e destinos, inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos, bem como visa à adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes, além do incremento do turismo interno e o objetivo de ter o turismo como fator de construção da cidadania e integração social.

O Plano Nacional de Turismo apresenta como vetor estratégico o planejamento participativo. O documento, de acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2003, p. 11), apresenta em sua visão que:

[...] o turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração de emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais e o equilíbrio da balança de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – foi elaborado com base nas orientações do Plano Nacional e é tido como fruto de uma construção coletiva, sendo caracterizado pela participação de atores sociais dos diversos segmentos que compõem o setor turístico. A regionalização do turismo sugere um modelo de gestão descentralizada, com bases de flexibilidade, articulação, mobilização e cooperação. A idéia central é que haja uma política mobilizadora pautada na flexibilidade, para que seja capaz de atender às distintas cidades, aos Estados e ao país como um todo.

De acordo com o documento, o atual modelo de gestão adotado pelo Ministério do Turismo está voltado para a interiorização do turismo nos municípios do Brasil, para as suas riquezas ambientais, materiais e patrimoniais, e para as suas populações, estando pautado na busca de uma gestão compartilhada, obedecendo aos princípios e práticas da “boa” governança, com enfoque principal no desenvolvimento regional, na tolerância e no respeito às diferenças, com vistas à sustentabilidade.

É de se esperar que no Brasil o turismo, como atividade econômica, venha gerar desenvolvimento regional, principalmente em regiões com grande potencial turístico, e que essas políticas de desenvolvimento sejam elaboradas de forma mais participativa e democrática, não deixando de contemplar a valorização dos recursos naturais e minimização dos impactos sócio-ambientais.

Recorrendo à prática de oficinas de planejamento, foram identificadas 116 regiões turísticas contempladas e 441 municípios brasileiros. Dos 87 roteiros turísticos para obtenção de padrão de qualidade internacional (82 indicados pelas Unidades Federais – UFs e 05 da

Rede de Cooperação Técnica) para Roteirização em todo o país, no Nordeste foram identificados 29 roteiros turísticos, envolvendo 190 municípios e na Paraíba foram identificados três roteiros turísticos, envolvendo 25 municípios.

Todo esse trabalho é fruto do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, com o objetivo de estruturar, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira, promovendo inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional e aumentando o consumo do mesmo no mercado nacional. Depois de analisadas as regiões, bem como as potencialidades e necessidades de cada uma destas, levando em consideração o respeito às peculiaridades locais tendo em vista o desenvolvimento turístico regional, para a sua implementação, o programa definiu como base estruturante nove módulos, cujas etapas são:

- **Sensibilização:** Módulo 1 – este primeiro módulo é o módulo inicial e ao mesmo tempo permanente, pois integra todos os demais. Apresenta como objetivos: 1) Buscar a adesão dos órgãos públicos das Unidades Federais (UFs) e órgãos municipais, com foco na regionalização do turismo; 2) Esclarecer o setor público e privado e a sociedade civil sobre a importância e as vantagens de estruturar e aumentar a oferta dos produtos turísticos, melhorar a qualidade dos serviços e equipamentos e agregar valor aos produtos turísticos ofertados; 3) Apoiar as UFs na identificação de lideranças naturais na comunidade e no setor privado envolvidas com atividades turísticas que possam ser incluídas no processo de regionalização, inclusive como animadores e multiplicadores para outras regiões do Estado; 4) Minimizar as resistências a novas idéias e posturas; 5) Promover e ampliar o foco da atividade turística do âmbito municipal para o regional; 6) Promover a inserção e valorização das visões ambiental e sociocultural no processo de regionalização do turismo; 7) Fortalecer as instituições governamentais e não-governamentais locais voltadas às atividades turísticas ou afins, e 8) Consolidar as parcerias formadas, promovendo sua integração e comprometimento com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Como estratégias para atingir tais objetivos recomenda-se: 1) Promover eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar a adesão destes às estratégias e ações do Programa; 2) Identificar lideranças envolvidas com a atividade turística; 3) Apresentar casos de sucesso, para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria

da qualidade dos serviços e equipamentos; 4) Apresentar as vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada, e 5) Difundir informações sobre a importância da inserção e valorização das visões ambiental e sociocultural no processo de regionalização do turismo (BRASIL, 2004).

- **Mobilização:** Módulo 2 – este módulo apresentará o movimento de ação e oportunidade de congregação de pessoas que estejam dispostas a contribuir para construir, em conjunto, uma proposta de desenvolvimento turístico para a região – essa proposta abrangerá as expectativas e necessidades de todos os atores envolvidos, com vistas à melhoria regional e ao bem comum. Apresenta como objetivos: 1) Promover e articular o envolvimento, a participação e o comprometimento dos atores em todo o processo decisório ao longo da cadeia produtiva do turismo; 2) Ampliar a participação dos atores dos três setores: público, iniciativa privada e sociedade civil organizada; 3) Motivar, permanentemente, os atores envolvidos em todas as etapas e fases do processo de regionalização; 4) Integrar os processos já existentes, e 5) Envolver no processo aqueles atores que não têm representatividade. As estratégias para atingir objetivos são: 1) Desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais no processo; 2) Identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas, integrando-os quando possível, e 3) Identificar - por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos – atores importantes, mas que não estão representados no processo (BRASIL, 2004).
- **Institucionalização da Instância de Governança Regional:** Módulo 3 – este módulo tem a finalidade de orientar para criação de uma “Organização”, que deve se encarregar da coordenação, acompanhamento e gestão da regionalização turística. A instalação de uma Instância de Governança no âmbito regional tem os seguintes objetivos: 1) Criar uma interlocução regional para operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; 2) Coordenar todo o processo da regionalização do turismo na região turística, e 3) Descentralizar as ações coordenadas do processo, deslocando-as do Estado ou da União para as regiões turísticas. Para atingir tais objetivos, foram identificadas as seguintes estratégias: 1) Organizar e coordenar os diversos atores para que trabalhem com o foco centrado na região turística, levando em conta as peculiaridades de cada município; 2) Avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores da região; 3) Mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa de Regionalização do Turismo –

Roteiros do Brasil; 4) Trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos; 5) Integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais; 6) Realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa em âmbito regional, e 7) Captar recursos e otimizar seu uso (BRASIL, 2004).

- **Planejamento Integrado e Participativo:** Módulo 4 – este módulo busca, a partir da análise do presente, definir ações que terão influência no futuro, para que sejam atingidos os objetivos propostos. Apresenta como objetivos: 1) Nortear o desenvolvimento da atividade turística na região de forma integrada; 2) Otimizar o uso dos recursos materiais e financeiros e o emprego dos recursos humanos na atividade turística; 3) Evitar a duplicidade e o paralelismo de ações numa mesma região, e 4) Fornecer subsídios aos órgãos públicos para favorecerem a integração e coordenação de ações entre si, a fim de reduzir ou eliminar entraves e barreiras na atividade turística da região. Como estratégias, podem ser identificadas: 1) Articular e negociar com os órgãos governamentais, não-governamentais e iniciativa privada, para que sejam somados esforços nas ações que visem ao desenvolvimento do turismo de forma regionalizada, e 2) Propiciar um fluxo de comunicação entre órgãos governamentais, não-governamentais e iniciativa privada, para que as ações não sejam duplicadas ou realizadas de forma paralela (BRASIL, 2004).
- **Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional:** Módulo 5 – este módulo prevê a elaboração e implementação de diversos projetos específicos, tais como: Projetos de elaboração de roteiros turísticos; Projetos de infra-estrutura turística; Projetos de infra-estrutura de apoio ao turismo; Projetos de promoção e comercialização de produtos turísticos; Projetos de qualificação de serviços turísticos; Projetos de melhoria, recuperação da qualidade ambiental e gestão sustentável dos atrativos naturais e seu entorno, e Outros Projetos afins. Apresentam como objetivos: 1) Ordenar e estruturar a oferta turística de forma regionalizada; 2) Estruturar e dar qualidade aos serviços, à infra-estrutura turística e à de apoio ao turismo; 3) Elaborar e estruturar produtos turísticos; e 4) Promover e comercializar os produtos turísticos, seguindo as estratégias estabelecidas pelo Programa. As estratégias para atingir os objetivos apresentados são: 1) Articular e negociar junto aos órgãos governamentais, não-governamentais, iniciativa privada e outros parceiros inseridos no processo, para elaboração e implementação dos

diversos projetos específicos previstos no Plano Estratégico, e 3) Captar recursos para elaboração e implementação dos projetos específicos (BRASIL, 2004).

- **Sistema de Informações Turísticas do Programa:** Módulo 6 – este módulo tem a finalidade de resgatar e reunir dados confiáveis e atualizados sobre os municípios e as regiões turísticas do País, permitindo sua efetiva circulação entre diversas instâncias. Servirá também para prevê a gestão de informações criadas e coletadas no âmbito do Programa, além de dados gerados a partir de inventariação da oferta turística. A proposta é unir todas as informações em um único banco de dados e difundi-las por meio de uma estratégia de comunicação (BRASIL, 2004).
- **Roteirização Turística:** Módulo 7 – este módulo promove, em nível regional, a integração e o compromisso dos atores envolvidos, o adensamento dos negócios na região, a inclusão social, o resgate e a preservação dos valores culturais e ambientais da região. Apresenta como objetivos: 1) Organizar, integrar e aumentar a oferta turística, gerando novos roteiros com qualidade, ampliando e qualificando os já existentes para comercialização nos mercados nacional e internacional; 2) Facilitar o acesso das micro e pequenas empresas do setor ao mercado turístico regional, estadual, nacional e internacional; 3) Estimular a criação de novos negócios e a expansão dos já existentes, promovendo e incentivando o empreendedorismo na região; 4) Captar investimentos para o setor turístico; 5) Criar, ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos na região; 6) Consolidar e agregar valor aos produtos turísticos já existentes; 7) Identificar, fortalecer e solidificar a identidade regional; 8) Promover o desenvolvimento regional por meio da atividade turística; 9) Organizar os segmentos turísticos, para atender às demandas específicas e 10) Estimular a criação de núcleos solidários da atividade turística. Os principais passos para alcançar tais objetivos são: 1) Desenvolver estratégias para a captação de investimentos; 2) Promoção e capacitação empresarial; 3) Desenvolver programas de qualificação de produtos e serviços ligados à cadeia produtiva do turismo; 4) Realizar ações de cunho educacional para o turismo, como: cursos, palestras, seminários, etc.; 5) Estimular a criação de novos produtos, e 6) Viabilizar a consolidação de roteiros turísticos (BRASIL, 2004).
- **Promoção e Apoio à Comercialização:** Módulo 8 – este módulo se caracteriza pelo desenvolvimento das relações de mercado dos agentes locais. Apresenta como objetivos: 1) Promover os diversos produtos turísticos regionais; 2) Elaborar estudos e pesquisas que orientem os processos de tomada de decisão e avaliem o impacto da

atividade turística na economia regional, estadual e nacional; 3) Disponibilizar, nos eventos turísticos nacionais e internacionais, material promocional dos produtos turísticos brasileiros, contendo diferencial voltado para a comercialização; 4) Aumentar o número de turistas estrangeiros que visitam o Brasil; 5) Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; 6) Aumentar a inserção competitiva do produto turístico brasileiro no mercado internacional, e 7) Aumentar o número de operadores turísticos nacionais e internacionais que comercializam produtos turísticos brasileiros. Entre as estratégias para se alcançar os objetivos propostos, recomenda-se: 1) Participar de feiras e eventos nacionais e internacionais relacionados ao turismo; 2) Realizar e participar de promoções, lançamentos de produtos e outros eventos; 3) Promover a captação e promoção de eventos; 4) Promover eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais acerca do turismo; 5) Criar novos produtos turísticos de qualidade competitiva; 6) Trabalhar temas como compras, cultura, lazer, gastronomia, saúde e esportes; 7) Trabalhar os segmentos turísticos; 8) Criar e desenvolver uma base de dados gerenciais sobre o turismo nacional; 9) Elaborar, produzir, distribuir, a públicos específicos, material promocional e publicitário sobre os produtos turísticos; 10) Divulgar na mídia escrita e falada (jornais, revistas, rádios, TVs) os produtos turísticos; 11) Inserir publicações sobre os produtos turísticos em catálogos e folhetos específicos da segmentação; 12) Criar guias e mapas turísticos; 13) Participar de rodadas de negócios em feiras e outros eventos, e 14) Promover caravanas e *press trip* regionais, estaduais, nacionais e internacionais (BRASIL, 2004).

- **Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa:** Módulo 9 – este último módulo tem como principal finalidade a monitoria e avaliação, visando ao constante aperfeiçoamento e adequação. O Sistema de Monitoria e Avaliação tem como objetivos: 1) Avaliar os objetivos, metas e ações estabelecidas para o Programa de Regionalização do Turismo em nível nacional, estadual e regional; 2) Aperfeiçoar e adequar os objetivos, metas e ações estabelecidas para o Programa, em âmbito nacional, estadual e regional, visando garantir o sucesso destes (BRASIL, 2004).

É importante entender como funciona o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com suas etapas, objetivos e estratégias, mas para se ter uma visão mais próxima da realidade, faz-se necessário abordar no próximo e último tópico do referencial teórico algo relacionado à Governança e ao Programa de Regionalização do Turismo na

Paraíba, visto que as ações fundamentam-se no processo de desenvolvimento do turismo nos municípios paraibanos e, também, por se tratar da região objeto de estudo.

2.2.8 Governança e o Programa de Regionalização do Turismo na Paraíba

O segmento turístico da Paraíba está vivenciando um momento de transformação no processo de desenvolvimento de políticas públicas para a atividade turística. Através de Secretaria Executiva de Turismo e do Desenvolvimento Econômico, foram criadas, em 2007, as instâncias de governança em cinco regiões – Litoral; Brejo; Cariri; Agreste e Vale dos Dinossauros – que passarão a elaborar seus próprios planos e projetos de forma independente das ações do governo do estado da Paraíba. A criação das instâncias de governança é o incentivo para o turismo enquanto atividade econômica, reconhecendo-o como forma de promoção e de desenvolvimento social e cultural para todo o Estado.

Vale salientar que a criação dessas instâncias de governança faz parte da implementação do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, que visa ampliar e qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; enfim, promover o desenvolvimento do turismo nas diversas regiões que compõem cada Estado (PARAÍBA, 2008). Neste contexto, deve-se ressaltar que a elaboração de políticas públicas em bases “sustentáveis” é de essencial importância para o desenvolvimento da atividade turística na Paraíba, já que, com o crescimento acentuado da atividade nos últimos decênios, determinou uma nova relação de interdependência entre os diversos aspectos (sociais, econômicos, ambientais). Portanto, faz-se necessária a aplicação das práticas e princípios da governança, que na sua essência apresentam um caráter mais plural e participativo, levado de forma eficaz, transparente, descentralizado e cooperado, busca o desenvolvimento da atividade turística envolvendo o maior número de atores sociais e, conseqüentemente, maior equilíbrio entre os diversos aspectos.

Ademais, com a consolidação dessas instâncias de governança regional, o setor turístico paraibano poderá superar entraves em seu crescimento, oferecendo produtos e serviços de qualidade com alto valor agregado. Sabe-se que o desenvolvimento desse tipo de atividade é altamente complexo, pois envolve vários setores de outras atividades que estão diretamente interligadas à atividade turística. Portanto, além da criação dessas instâncias de governança, faz-se necessária a capacitação dos diversos atores envolvidos.

A Paraíba, segundo o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2003), possui três roteiros turísticos: ‘Entre o Rio e o Mar – Séculos de Cultura’, que compreende a Região Turística do Litoral e envolve os municípios de João Pessoa, Cabedelo, Conde, Pitimbu, Lucena Rio Tinto, Baía da Traição, Marcação e Mataraca; ‘O Maior São João do Mundo’, que compreende as Regiões Turísticas do Agreste, Cariri, Sertão e Brejo, envolve os municípios de Campina Grande, Bananeiras, Cabaceiras, Monteiro, Patos e Santa Luzia, e o ‘Roteiro histórico e Pré-histórico da Paraíba’, que compreende as Regiões Turísticas do Agreste, Cariri, Sertão e Brejo, envolve os municípios de Sousa, Areia, Ingá, Cabaceiras, Serra Branca, Boa Vista, Pocinhos, Araruna, São João do Rio do Peixe, Vieirópolis, Monteiro e Boqueirão, envolvendo um total 25 municípios (BRASIL, 2003).

Na Figura 2, a seguir, é apresentado o mapa de roteiros turísticos na Paraíba, onde são delineados os três roteiros turísticos acima citados, inclusive compreendendo todos os municípios envolvidos.



Figura 2. Roteiro Turístico da Paraíba.
Fonte: Paraíba (2008).

Após a explanação acerca da Governança e o Programa de Regionalização do Turismo na Paraíba, tópico que finaliza o capítulo e que deu base ao aporte teórico para o desenvolvimento deste trabalho. Portanto, são apresentados no capítulo posterior os procedimentos metodológicos.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Meninos crescem, sonhos amadurecem, viram projetos e depois desaparecem. Felicidade é algo a ver com a simplicidade, nada a ver com as mega-cidades.

Julíndio Macuxi

Este Capítulo apresenta os aspectos metodológicos propostos para o desenvolvimento do estudo, onde foram traçados os procedimentos utilizados para atender à problemática central e os objetivos propostos pela pesquisa no Capítulo 1.

Aqui estão destacados e descritos os elementos metodológicos, a saber: caracterização do estudo; método da pesquisa; população e sujeitos da pesquisa; os dados da pesquisa; instrumentos de coleta de dados; definição das variáveis de investigação; ordenamento, tratamento e análise dos dados.

3.1 Caracterização do Estudo

Este estudo trata-se de uma pesquisa do tipo não-experimental, pois não interfere na realidade, nem manipula variáveis de acordo com as condições anteriormente definidas, estabelecendo relações de causa e efeito.

Quanto ao escopo, este estudo pode ser classificado como pesquisa de campo, uma vez que terá observações coletadas diretamente no local da ocorrência dos fenômenos. Pode ser considerado, também, como um estudo de caso por ser efetuada uma análise mais apurada e precisa da realidade de um fenômeno, que no caso é um estudo acerca do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional em Turismo no Município do Conde – PB.

A decisão pelo estudo de caso se deu por se caracterizar pelo exame profundo e exaustivo de um *locus*, de maneira que permitiu seu amplo detalhamento abordando as questões do tipo “como” e “por que”, bastante utilizadas nas ciências sociais. Também se mostrou mais apropriado por apresentar características de três fundamentos lógicos: para ser um caso decisivo, um caso representativo ou um caso revelador (YIN, 2005).

Quanto aos objetivos ou formas de estudo do objeto, caracteriza-se por uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Exploratória em função de existir pouca literatura sistematizada acerca do tema, especialmente voltada para a governança aplicada ao setor turístico que, além de proporcionar uma visão mais ampla e familiarizada dos fatos e dos fenômenos, obtém informações mais precisas de esclarecimentos, conhecimentos mais aprofundados sobre o problema investigado com vistas a torná-los visíveis e podendo explorar estudos mais recentes acerca da temática (DIEHL, 2004).

Configura-se como descritiva considerando apresentar as características dos fenômenos, objeto de estudo, pois serão solicitados aos participantes seus posicionamentos e

percepções sobre aspectos específicos acerca do tema abordado. A partir daí, serão efetivados registros, analisando-os, classificando-os e interpretando os fatos sem a interferência do entrevistado (DIEHL, 2004).

3.2 Método da Pesquisa

Mediante a pesquisa bibliográfica realizada, definiu-se que as variáveis são qualitativas e quantitativas, considerando que a pesquisa será projetada tanto para gerar resultados confiáveis que permitam auxiliar a análise e a explicação dos achados de pesquisa, como para descrever e interpretar quais as formas de aplicação do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional no Município do Conde – PB.

A metodologia quantitativa, segundo Diehl (2004), caracteriza-se pelo uso da quantificação, tanto na coleta de dados quanto no tratamento das informações, por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentuais, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outras, com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às inferências. Portanto, nesta pesquisa utilizou-se, para a quantificação dos dados, a análise estatística.

Já a pesquisa qualitativa compreende a descrição da complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, como também, busca compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de um determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (MALHOTRA, 2006).

Patrício *et al.* (2000), identificam algumas das principais características comuns aos estudos qualitativos, a saber: os dados são coletados preferencialmente nos contextos em que os fenômenos são construídos; a análise dos dados é desenvolvida, de preferência, no decorrer do processo de levantamento deles; os estudos apresentam-se de forma descritiva, com enfoque na compreensão e na interpretação à luz dos significados dos próprios sujeitos e de outras referências afins da literatura; a teoria é construída por meio da análise dos dados empíricos, para posteriormente ser aperfeiçoada com a leitura de outros autores, mas os estudos qualitativos podem partir de categorias preexistentes; a interação entre pesquisador e pesquisado é fundamental, razão pela qual se exige do pesquisador aperfeiçoamento em técnicas comunicacionais; a integração dos dados qualitativos com dados quantitativos não é

negada, e sim a complementaridade desses dois modelos é estimulada. Portanto, todas essas características acerca da metodologia qualitativa foram utilizadas neste trabalho entre os atores sociais envolvidos.

3.3 População e Sujeitos da Pesquisa

Conforme citado anteriormente, a população e os sujeitos da pesquisa contemplam os atores sociais envolvidos no Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional de Turismo no município do Conde – PB, que são em número de 40 cadastrados na Secretaria de Turismo do Município do Conde – PB. Os atores sociais envolvidos compreendem: representantes do poder público local, iniciativa privada e organizações não-governamentais. Assim, os sujeitos que serviram de base para seleção e contato são 10 atores sociais, sendo: três atores representantes do poder público do município do Conde (Secretaria de Turismo, Cultura e Educação/Planejamento); um ator representante da Associação dos Bugueiros; um ator representante da Associação dos Produtores Rurais; um ator representante da Associação dos Hotéis e Pousadas; dois atores representantes da Sociedade Naturista de Tambaba (SONATA); um ator representante de restaurante e APA; e por fim, um ator representante de reserva ecológico-naturista, os quais são os sujeitos desta pesquisa.

O tipo de amostragem utilizado foi não-probabilística, com base em critério de acessibilidade, envolvimento com a atividade turística, bem como está envolvido no Processo de Institucionalização da Instância de Governança em Turismo no Município do Conde – PB. Assim, foram dez participantes entrevistados, o que possibilitou uma representação positiva à análise confiável das variáveis quanti-qualitativas.

3.4 Os Dados da Pesquisa

Foram coletados tanto dados considerados primários, advindos de informações dos atores sociais da Secretaria de Turismo, Educação, Cultura e Planejamento do Município do Conde – PB, da SONATA, da Associação dos *Buggys*, da Associação dos Hotéis e Pousadas, da APA, da Associação dos Produtores Rurais, como também dados secundários: registros e documentos cedidos pela Prefeitura Municipal do Conde – PB, PBTUR em parceria com o Ministério do Turismo (MTUR), como o estatuto, registros digitais no *site* do Governo da

Paraíba (SETDE), bem como dados referentes à pesquisa bibliográfica realizada em artigos, dissertações, livros, periódicos, jornais e pesquisa *sites* na *Internet*, tanto de trabalhos realizados acerca do Programa de Regionalização de Turismo no Brasil, Programa de Institucionalização da Instância de Governança Regional em Turismo, bem como sobre turismo no âmbito internacional, regional e local, turismo e desenvolvimento sustentável, governança no âmbito internacional, nacional e local e governança em turismo.

3.5 Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de informações primárias foi realizada tanto por meio de entrevistas, baseadas em roteiro semi-estruturado fundamentado pelo questionário disponibilizado no Apêndice 1 deste trabalho, bem como através de observações não participantes. Tal roteiro serviu como base para os questionamentos acerca das variáveis de investigação, mas no decorrer das entrevistas, procurou-se deixar o entrevistado livre para realização de comentários adicionais. Vale ressaltar que os questionamentos e as terminologias presentes no instrumento de pesquisa iam sendo adaptadas ou explicitadas de acordo com a representação dos sujeitos (atores sociais), buscando sempre uma linguagem clara como forma de lograr uma melhor compreensão por parte dos entrevistados.

As entrevistas ocorreram mediante contato direto e pessoal com os sujeitos da pesquisa, onde o pesquisador se responsabilizou pelo planejamento, intermediação da entrevista e pela coleta de dados. As entrevistas, representando um percentual de 25% da totalidade, foram gravadas mediante prévia autorização do entrevistado, para posterior transcrição e análise de discurso.

Para obtenção final do instrumento de pesquisa, foram validados quatro pilotos, os quais foram adaptados e reorganizados de acordo com as necessidades percebidas, tanto no que se refere às terminologias expostas, quanto às informações redundantes questionadas, o que acarretou numa real diminuição do tempo final de entrevista.

O instrumento de pesquisa (questionário) final foi dividido em duas partes: aonde a Variável 1 refere-se à caracterização dos sujeitos e a Variável 2, ao Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, compreendendo três etapas que representam: o Processo de Sensibilização (1ª Etapa); o Processo de Mobilização (2ª Etapa) e, por fim, o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional (3ª Etapa).

No total, foram realizados 20 questionamentos, onde duas questões foram abertas, três de múltipla escolha e 15 respondidas com base numa escala e comentada pelos sujeitos pesquisados. Para medir a opinião dos pesquisados, fez-se o uso da escala Likert, que foi batizada em homenagem ao seu criador. É uma escala amplamente utilizada que exige que os entrevistados indiquem um grau de concordância ou discordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulo. Tipicamente, cada item da escala tem cinco categorias de respostas, com variação do ponto 1 “discordo totalmente” ao ponto 5 “concordo totalmente” (Figura 3).

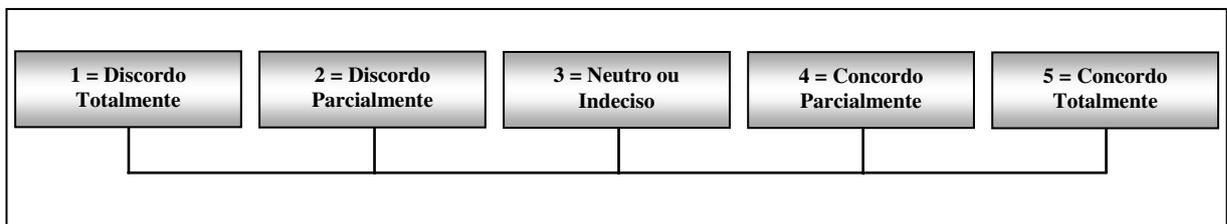


Figura 3. Modelo de Escala de Likert.
Fonte: Elaboração própria (2009).

Portanto, a escolha desta escala justifica-se por apresentar inúmeras vantagens, dentre elas: é fácil de construir e de explicar; e os entrevistados entendem rapidamente como utilizar a escala, o que torna adequada para entrevistas pessoais. Através de técnicas escalares, segundo Marconi e Lakatos (1996, p. 102), pode-se: “transformar uma série de fatos qualitativos em uma série de fatos quantitativos ou variáveis, podendo-se aplicar processos de mensuração e de análise estatística”. A principal desvantagem da escala Likert é que exige mais tempo para ser completada do que outras escalas itemizadas, porque os respondentes têm de ler cada afirmação (MALHOTRA, 2006).

3.6 Definição das Variáveis de Investigação

Esta pesquisa tomou como base três dimensões e 15 variáveis de investigação, compreendendo as etapas de sensibilização, mobilização e Institucionalização da Instância de Governança Regional, de acordo com o Modelo Brasil (2004) as quais estão apresentadas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Dimensões e variáveis da pesquisa.

DIMENSÕES	VARIÁVEIS DA PESQUISA
Processo de Sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção de eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar adesão destes às estratégias e ações do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região que podem fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em apresentar casos de sucesso, para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em apresentar vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada através do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em difundir informações sobre a importância da inserção e valorização das visões ambiental e sócio-cultural no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.
Processo de Mobilização	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação em desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas existentes, integrando-as quando possível ao Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em identificar por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos – atores sociais importantes, mas que não estão representados no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.
Processo de Institucionalização da Instância de Governança	<ul style="list-style-type: none"> - Preocupação em organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com o foco centrado no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, levando em conta as peculiaridades do município; - Preocupação em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; - Preocupação em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo do Município do Conde – PB; - Preocupação em integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa de Regionalização do Turismo para o Município do Conde – PB; - Preocupação em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa de Regionalização em âmbito regional para o município do Conde – PB; - Preocupação em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

Fonte: Brasil (2004).

3.7 Ordenamento, Tratamento e Análise dos Dados

Após a fase de aplicação do instrumento de pesquisa, já mencionada anteriormente, foi realizada a fase de operacionalização da pesquisa, aonde os dados foram organizados, sistematizados, selecionados e separados em categorias que sintetizem as principais idéias e concepções conforme o objetivo traçado na pesquisa, facilitando, assim, a análise e interpretação dos resultados.

Para tratamento dos dados não-quantitativos, tais como os comentários das questões semi-abertas do questionário, entrevistas e conversas informais gravadas, foi adotada a análise de conteúdo que utiliza a seqüência lógica dos enunciados de um texto, seu encadeamento e as regras formais que validam seu raciocínio. Para Bardin (1993, p. 21), a análise de conteúdo é “uma técnica de pesquisa que para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Portanto, a análise de conteúdo é um método apropriado, principalmente quando o fenômeno a ser observado é a comunicação, e não um comportamento ou objetivos físicos, e inclui tanto a observação quanto a análise.

Segundo Malhotra (2006), a unidade de análise pode consistir em palavras (palavras ou tipos de palavras diferentes da mensagem), caracteres (indivíduos ou objetos), temas (proposições), medidas de espaço e de tempo (tamanho ou duração de uma mensagem) ou tópicos (assunto da mensagem). Elaboram-se categorias analíticas para classificação das unidades e a comunicação é decomposta de acordo com regras prescritas.

O uso de várias fontes de evidência permitiu relacionar uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. A vantagem na utilização de fontes múltiplas de evidência foi a possibilidade de desenvolvimento de linhas convergentes e comparativas. Sendo assim, houve uma análise baseada na “triangulação” dos dados que consistiu na combinação e cruzamentos de múltiplos pontos de vistas.

Como os dados primários foram coletados a partir de entrevistas gravadas envolvendo os atores sociais, envolvidos no Processo de Institucionalização de Governança no Município do Conde – PB, a análise dos discursos obtidos foi necessária na intenção de interpretar, também, determinados manifestos que resgatam prováveis questionamentos, experiências, opiniões e conversações acerca do conhecimento presente na instituição.

Todo o esforço para a condução desta técnica de análise foi feito na intenção de ultrapassar o nível de senso comum e dos aspectos subjetivos na interpretação, alcançando, assim, uma vigilância crítica face ao grande número de informações presentes nos documentos e demais evidências. Ainda se referindo à análise de conteúdo, foi utilizada a

técnica de Análise de Avaliação ou Representacional, desenvolvida por Osgood (*apud* MUSSALIM; BENTES, 2006), que tem por finalidade medir as atitudes comportamentais do locutor quanto aos objetivos de que fala (pessoas, coisas, fatos, acontecimentos). O seu pressuposto apresenta uma linguagem que representa e, por consonância, reflete quem a utiliza. Tomando como base o exposto, consideraram-se os indicadores explícitos nas informações para que fossem realizadas as possíveis inferências a respeito do emissor.

Neste sentido, segundo Osgood e Sebeok (*apud* MUSSALIM; BENTES, 2006), as atitudes para realização da análise avaliativa foram relacionadas à predisposição relativamente estável e planejada para que, então, o emissor pudesse reagir sob forma de opinião ou de atos em presença de determinados objetos (pessoas, coisas, fatos, acontecimentos) de maneira previamente determinada. O principal objetivo através desta técnica foi o de avaliar as unidades de significação em termos de direção e intensidade dos juízos de valores selecionados.

No processo de realização desta análise ocorreram algumas dificuldades como a de ultrapassar o nível de dados aparentes e alcançar a compreensão mais real dos significados. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem voltada para fatores mais políticos e históricos capazes de fazer uma interpretação bem mais próxima da realidade de alguns dos atores sociais, levando-se em consideração todo um contexto sócio-econômico e histórico. Não esquecendo, também, que houve a preocupação de analisar todo o conjunto de informações sob uma visão sistêmica. Sendo assim, a análise de conteúdo realizada em cadeia passou a ser extremamente importante para a compreensão do problema da pesquisa.

Utilizou-se, também, da abordagem dialética, pois, segundo Minayo (2000), o ser humano é social e assim sujeito a mudanças, transformações, inclusive à morte e por isso todo processo de construção social possui um caráter histórico. A técnica utilizada teve por finalidade a compreensão da realidade, o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que explica o processo de transformação.

Portanto, as diferentes técnicas de coleta de dados, o material coletado, bem como as diversas formas de análise dos dados realizadas no estudo de caso estão apresentadas no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3. Técnicas de coleta e análise dos dados e os tipos de material coletado.

Técnica de coleta de dados	Material coletado	Análise dos dados
Questionários semi-abertos	Respostas de 20 questões em 10 questionários aplicados.	Percentagens simples das respostas, ressaltando as informações obtidas.
Entrevistas abertas	Aproximadamente 5 horas de gravação com todos os atores sociais envolvidos.	Análise de conteúdo, triangulação de diversas fontes de informação.
Observação direta	Diários de campo em visitas a instituições governamentais, instituições não-governamentais, instituições privadas, aldeias, comunidades quilombolas, comunidade de pequenos agricultores, e todas as praias do Conde – PB.	Processo comparativo e combinatório de informações convergentes e divergentes.
Observação não-participante	Experiências dos valores sócio-culturais da realidade investigada na participação de conversas formais e informais com diversos atores sociais.	Análise de conteúdo
Documentos	Informativos, planos, manuais, recortes de jornais e revistas, material promocional das instituições governamentais, privadas e não-governamentais, e outros.	Processo comparativo e combinatório de informações convergentes e divergentes.

Fonte: Elaboração própria (2009).

Este Capítulo teve como finalidade apresentar os procedimentos metodológicos, o qual compreende os seguintes tópicos: caracterização do estudo; método da pesquisa; população e sujeitos da pesquisa; os dados da pesquisa; instrumento de coleta de dados; definição das variáveis de investigação; ordenamento, tratamento e análise dos dados. Vale salientar que todos esses tópicos abordados são de extrema relevância e subsidiam uma real integração do referencial teórico. Diante do exposto, o Capítulo subsequente apresenta a análise dos resultados do estudo, considerando a definição dos procedimentos metodológicos apresentados nesta dissertação.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os homens e os povos em decadência vivem se recordando de onde vêm; os homens sábios e os povos fortes precisam saber para onde vão.

John M. Richardson Jr.

Este Capítulo apresenta a caracterização da área de estudo, explicita as análises dos dados coletados e os resultados a partir de inferências baseadas nos dados primários, secundários, análise documental e percepção do pesquisador acerca da relação dos resultados obtidos com o referencial teórico utilizado neste trabalho. Para uma melhor compreensão, este ainda se subdivide em duas partes: aonde a primeira refere-se à caracterização dos sujeitos de pesquisa e a segunda ao Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, compreendendo três etapas que representam: o Processo de Sensibilização (1ª Etapa); o Processo de Mobilização (2ª Etapa); o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional (3ª Etapa), e por fim a Síntese do Diagnóstico acerca das análises das etapas de Sensibilização, Mobilização e Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional.

4.1 Caracterização da Área de Estudo

4.1.1 Origem histórica

Quando os holandeses se apoderaram da Capitania da Paraíba, a região onde se localiza a sede municipal era habitada por uma tribo de índios tabajaras. Em 1636, por ordem do governador holandês, seus habitantes foram se alojar na capital, permanecendo ali algum tempo. De regresso, encontrando as aldeias primitivas em ruínas, resolveram fundar um novo povoado, que recebeu o topônimo de Mauricéia, em honra ao Conde Maurício de Nassau (CONDE, 2008).

Quando houve a restauração do governo português, o topônimo foi mudado para Conde, o que não deixava de ser uma recordação do Conde Nassau. A freguesia foi criada em 1668, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. Seu progresso foi rápido, chegando a ser Vila e Sede da Comarca. Houve uma séria rivalidade entre os municípios do Conde e Pitimbu, e talvez, por isto mesmo, entrou em declínio, ficando marginalizada por muito tempo. Em meados de 1900, houve uma reação econômica, fazendo voltar em seus moradores a motivação em contribuir para a evolução do povoado (CONDE, 2008).

4.1.2 Formação administrativa

Distrito criado com a denominação de Conde, em 1768. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito do Conde figura no município de Paraíba. Nos quadros de apuração do Recenseamento Geral, de 01 de janeiro de 1920, figura no município de Paraíba o distrito do Conde de Pitimbu, não figurando o distrito do Conde. Pela Lei Estadual nº 700, de 1930, o município de Paraíba passou a denominar-se João Pessoa. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito figura com a denominação do Conde e permanece no município então denominado João Pessoa.

4.1.3 Alterações toponímicas distritais

O distrito passou de Conde para Conde de Pitimbu, alterado em 1920. Conde de Pitimbu para Conde, alterado em 1933. Conde para Jacoca, alterado pelo Decreto-Lei Estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943. Jacoca para Vila Conde, alterado pela Lei Estadual nº 318, de 07 de janeiro de 1949. Vila Conde para Conde, alterado pela Lei Estadual nº 3107, de 18 de novembro de 1963, quando se deu a sua fundação, tendo o nome da região uma homenagem ao Conde Maurício de Nassau.

4.1.4 Brasão e Bandeira (Prefeitura Municipal do Conde/Plano Diretor 2008)

Abaixo, na Figura 4, são apresentados o brasão e a bandeira oficial do município do Conde – PB, desde a sua emancipação política.



Figura 4. Brasão e Bandeira Oficial do município do Conde.
Fonte: Prefeitura Municipal do Conde.

4.1.5 Fluxo de Turistas na Paraíba e a localização da Paraíba, João Pessoa e o município do Conde no mapa do Brasil

Um dado importante é que, nesses últimos cinco anos, a Paraíba passou a ser bem mais visitada, proporcionando não somente o aumento do número de turistas que a visitam, mas também o incremento do setor nos diversos segmentos, a exemplo da movimentação nos principais aeroportos paraibanos – Castro Pinto, em Bayeux; e João Suassuna, em Campina Grande, que registraram, no período de 2003 a 2008, uma média de crescimento anual de 30% nos seus desembarques de passageiros. Também observou-se uma evolução nos meios de hospedagem em consequência do aumento das ações governamentais. No período de 2003 a 2008, o número desses meios de hospedagem teve crescimento de 21%, saindo de 206 estabelecimentos no primeiro ano para 250 em 2008. Quanto ao número de leitos, houve um incremento no mesmo período acima de 27%, ou seja, passando de 11.810 para 15.026 leitos (PBTUR, 2008).

Vale salientar que, no período de 31 de dezembro de 2008 a 1º de fevereiro de 2009, principalmente na capital João Pessoa e Litoral Sul paraibano, durante as férias e realização da pesquisa de campo, observou-se o crescente número de ônibus de turismo de outros Estados e regiões do Brasil. Também, foi verificada a presença de inúmeros automóveis com placas das mais diversas localidades, bem como inúmeros congestionamentos em lugares e horários que, na sua normalidade, não são tão freqüentes, assim como minutos a mais em filas de bancos, caixas eletrônicos, supermercados, padarias, dentre outros. Neste contexto, será que a crise econômica mundial, a alta do dólar e as freqüentes chuvas nas outras regiões do país nesse período levaram a todos esses fatos? Ou será que as diversas ações governamentais, através de seus órgãos de fomento à atividade turística na Paraíba, começaram a colher frutos de vários anos de investimentos?

Em virtude do aumento crescente da exploração da atividade turística no estado da Paraíba, faz-se necessário apresentar na figura 5, de forma espacial, a localização geográfica do município do Conde – PB, num contexto regional, expondo algumas das principais capitais brasileiras e suas respectivas horas de vôo, partindo do aeroporto Castro Pinto para as capitais em destaque, bem como para o mercado europeu.



Figura 5. Visão espacial do município do Conde – PB, em relação aos principais destinos turísticos.
 Fonte: Material Promocional – Tambaba Country Club Resort (2009).

4.1.6 Dados gerais sobre o município do Conde

4.1.6.1 Localização e acesso

O município do Conde está localizado na Microrregião Conde e na Mesorregião da Mata Atlântica Paraibana, no litoral sul. A sede do município tem uma altitude de aproximadamente 112 metros, ficando a distância de aproximada de 17 km da capital João Pessoa. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pela rodovia BR-101 e pela PB-104. Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com o município de Alhandra, a Leste com o município de João Pessoa e a Oeste com o município de Pitimbu.

4.1.6.2 Aspectos socioeconômicos

A área do estado da Paraíba é de 56.439.838 Km², representando 3,62% da Região Nordeste e 0,66% de todo território brasileiro. A população total da Paraíba é de 3.642.395 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2007, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A densidade demográfica é de 61,05% habitantes por Km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,738, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2008).

Já o município do Conde possui área de 173 Km², representando 0,3064% do Estado, 0,0111% da região e 0,002% de todo território brasileiro, com população de aproximadamente 20.864 habitantes, de acordo com IBGE (2006). Seu IDH é de 0,613, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2008).

São registrados nove domicílios particulares permanentes, com banheiros ligados à rede geral de esgotos; 1.749 domicílios particulares permanentes, com abastecimento ligado à rede geral de água; e 1.319 domicílios particulares permanentes possuem lixo coletado. Existem 38 leitos hospitalares, em oito estabelecimentos de saúde prestadores de serviço ao Sistema Único de Saúde (SUS). O Ensino Fundamental possui 4.320 matrículas e o Ensino Médio 403 (CPRM, 2008).

Nas articulações entre instituições encontra-se o convênio de cooperação com entidades públicas nas áreas de educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, turismo, habitação e meio ambiente. Encontra-se informatizados os dados de saúde, controle de execução orçamentária, cadastro de alvarás, cadastro de Imposto Sobre Serviços (ISS),

cadastro imobiliário (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU), folha de pagamento, cadastro de funcionários e contabilidade, esta que é terceirizada. Observa-se a existência de favelas ou assemelhados. Possui incentivos para atração de atividades econômicas, benefícios tributários relativo ao IPTU, benefícios tributários relativos ao ISS, concessão de terras e programa ou ação de capacitação profissional.

Verifica-se descentralização administrativa com formação de conselhos nas áreas de saúde, assistência social, e Fundo Municipal nas áreas de saúde e assistência social. Existem atividades sócio-culturais como bibliotecas públicas, clubes, associações recreativas, estádios e ginásios poliesportivos (CPRM, 2005).

4.1.6.3 Aspectos fisiográficos

O município do Conde está inserido na unidade Geoambiental dos “Tabuleiros Costeiros”. Esta unidade acompanha o litoral de todo o Nordeste e apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora com encostas abertas e suaves e fundos com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural.

O clima é do tipo “Tropical Chuvoso” com verão seco. O período chuvoso inicia no outono, tendo início em fevereiro e término em outubro. A precipitação média anual é de 1.634,2 mm. A vegetação é predominantemente do tipo “Floresta Subperenifólia”, com partes de “Floresta Subcaducifólia” e “Cerrado/Floresta”.

Os solos dessa unidade Geoambiental são representados pelos “Latosolos” e “Podzólicos” nos topos de chapadas e topos residuais; pelos “Podzólicos com Frigipan”, “Podzólicos Plínticos” e “Podzóis” nas pequenas depressões nos tabuleiros; pelos “Podzólicos Concrecionários” em áreas dissecadas e encostas e “Gleissolos” e “Solos Aluviais” nas áreas de várzeas (CPRM, 2005).

4.1.7 Águas superficiais

O município do Conde encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Gramame. Os principais cursos d’água são os rios Gramame, Água Boa, Guriji, além dos

riachos da Bica, Ipiranga, Estiva e Pau Ferro. O principal corpo de acumulação é o açude Gramame/Mamuaba, com 56.937.000 m³. Todos os cursos d'água têm regime de escoamento perene e o padrão de drenagem é o dentrítico (CPRM, 2008).

4.1.8 Praias

O município do Conde possui oito praias que compreendem segundo a Prefeitura do Conde – Plano Diretor (2008):

- 1) **Barra de Gramame** – é uma enseada cercada por um paredão rochoso, rodeada por coqueiros e um maceió de águas calmas e mornas, com recifes, areia clara e fofa. É a primeira praia do Distrito de Jacumã e por onde passa o rio Gramame, que agrega valor turístico ao local e serve de fonte de renda para ribeirinhos que vivem em chalés à beira do rio e sobrevivem da pesca e do turismo. O rio Gramame divide a praia e serve de marco da divisa entre o município de João Pessoa e o Distrito de Jacumã (Figura 6, ANEXO 3);
- 2) **Praia do Amor** – praia situada ao norte do município do Conde e limita-se com a praia de Barra de Gramame. Desenvolveu-se para o lado sul até a Ponta de Jacumã. Apresenta falésias até encontrar a desembocadura do rio Gurugí que forma um remanso muito apreciado pelos turistas. Na parte sul encontram-se falésias e uma enseada que termina na Ponta de Jacumã, aonde existe um arco esculpido em pedra (Figura 7, ANEXO 3);
- 3) **Jacumã** – praia pertencente à comunidade homônina que se situa em uma zona rebaixada do tabuleiro. Inicia na Ponta de Jacumã, rochosa, formada pelos calcários da Formação Maria Farinha e termina ao sul com falésias da praia de Carapibus. Apresenta estirâncio muito largo e na sua margem possui construções residenciais e barracas de exploração comercial. Possui um dos mais animados carnavais do litoral paraibano, bem como uma casa de show que tem como grande atrativo a dança ao estilo da “lambada” (Figura 8, ANEXO 3);
- 4) **Carapibus** – localizada numa enseada tendo ao norte falésias que continuam ao sul da praia de Jacumã. Ao centro possui uma lagoa formada em zona rebaixada ao tabuleiro, onde a praia apresenta um estirâncio mais largo. Ao sul termina por uma ponta rochosa que aparece nas marés baixas. Praia com recifes, ondas calmas, falésias e areia fina. Abriga diversas casas de veraneio. Com águas transparentes a praia de Carapibus reserva

a opção de mergulho em piscinas de corais, que contempla várias espécies de peixes coloridos, onde se pode também fazer passeios de *buggy* e barco (Figura 9, ANEXO 3);

- 5) **Tabatinga** – localiza-se numa enseada ao centro da qual se encontra a Lagoa Preta, formada na parte rebaixada do tabuleiro, onde o estirâncio é largo. Ao norte encontram-se falésias até o limite da praia de Carapibus e ao sul falésias que aparecem até o limite da praia de Coqueirinhos. Abriga diversas casas de veraneio e reserva para o visitante um banho de sol entre águas do rio e do mar ou ainda praticar *camping* (Figura 10, ANEXO 3);
- 6) **Coqueirinho** – é uma praia que possui largas falésias. No seu limite ao norte, por onde melhor se acessa a praia, uma zona rebaixada, apresenta-se melhor para o banho de mar, pois é onde o estirâncio é mais limpo. Praia com coqueiros, ondas fracas na área próxima ao riacho, ondas fortes mais a frente, areia clara batida e fonte de água mineral. É muito procurada por turistas e surfistas, pela perfeição das ondas. Ainda abriga grutas com formações rochosas e vulcânicas, trabalhadas ao longo do tempo pela ação das ondas (Figura 11, ANEXO 3);
- 7) **Tambaba** – caracteriza-se por apresentar afloramentos dos calcários da Formação Maria Farinha que condicionam a existência de piscinas naturais, muito apreciadas pelos freqüentadores e turistas. Praia com 600 metros de extensão, águas mornas e esverdeadas, e falésias de até 20 metros de altura. É a primeira praia do Nordeste onde o “Naturismo” é oficial. A praia é dividida em quatro áreas distintas: a área (A), onde a nudez é opcional; a área (B), onde a nudez é obrigatória, admitindo “*Top Less*” para as mulheres e as áreas (C) e (D), onde a nudez é obrigatória. Muito freqüentada por turistas de todo o país e exterior. Em outubro de 2008 realizou o 31^o Encontro Internacional de Naturismo. Preserva até hoje a mata virgem em seu entorno e fica inserida em Área de Proteção Ambiental (APA) (Figura 12, ANEXO 3);
- 8) **Barra do Graú** – a Barra de Graú é a última praia do município do Conde. Possui grandes falésias, aonde ocorre o encontro entre as águas do rio e do mar. Seu acesso é difícil e feito através de trilhas. Apreciada por surfistas e também por famílias, apresentando-se como mais uma opção de lazer (Figura 13, ANEXO 3).

Para melhor visualização da localização das praias, comunidades, lagoas, recursos hídricos, estradas, mar, o município e suas fronteiras, a Figura 14 a seguir ilustra melhor o que já foi relatado anteriormente.

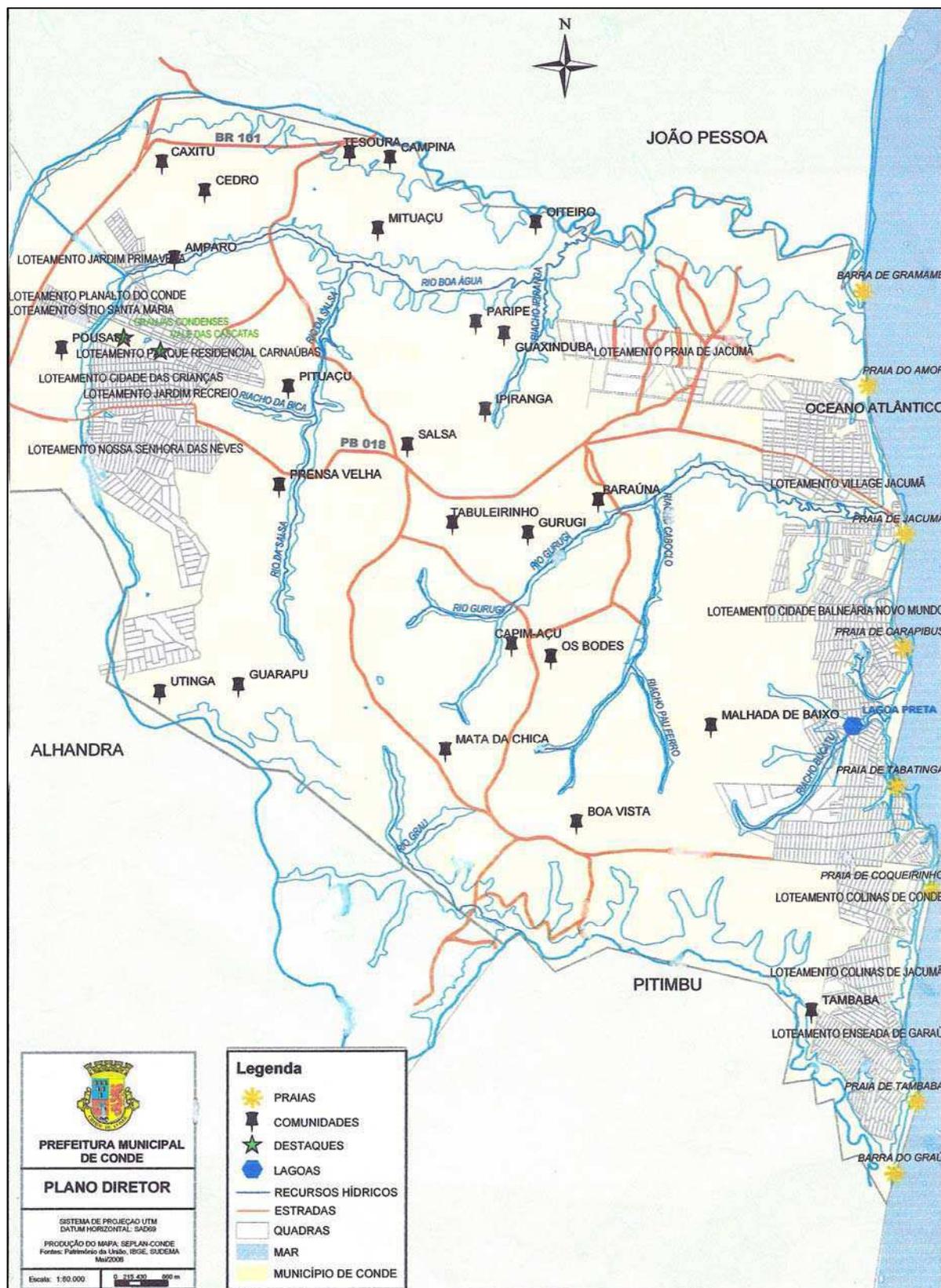


Figura 14. Mapa do município do Conde – PB.
Fonte: Prefeitura Municipal do Conde – Plano Diretor (2008).

4.2 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Este tópico relata uma breve caracterização acerca dos dez sujeitos entrevistados (25%), com informações acerca da instituição a que pertencem, o cargo de ocupação, o sexo, o grau de escolaridade e a profissão.

A Tabela 1 evidencia os dados coletados quanto ao perfil dos entrevistados:

Tabela 1. Perfil dos entrevistados.

Variáveis de Pesquisa	Indicadores	Frequência Relativa (%)
1. Instituição a que pertence	- Pública	30%
	- Privada	20%
	- Terceiro Setor	50%
2. Cargo que ocupa	- Presidente/Diretor	20%
	- Secretário/Gerente	40%
	- Outros	40%
3. Sexo	- Feminino	10%
	- Masculino	90%
4. Grau de escolaridade	- Fundamental incompleto	0%
	- Fundamental completo	0%
	- Médio incompleto	10%
	- Médio completo	20%
	- Superior incompleto	0%
	- Superior completo	30%
5. Profissão	- Pós-Graduação	40%
	- Profissional liberal	0%
	- Servidor público	40%
	- Comerciante	0%
	- Empresário	30%
	- Outros	30%

Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

A pesquisa teve como sujeitos os atores sociais envolvidos diretamente no Processo de Institucionalização da Instância de Governança no Município do Conde – PB, compreendendo tanto servidores públicos, representantes de associações, empresários e outros, que participam diretamente nos processos de tomada de decisão.

Em relação à instituição a que pertencem, tem-se que: 30% pertencem a instituições públicas; 20% pertencem a instituições privadas; e 50% pertencem ao terceiro setor (associações, ONGs, entre outras). Já em relação ao cargo que ocupam, 20% ocupam cargo de Presidente/Diretor; 40% ocupam cargo de Secretário/Gerente; e 40% outros cargos relacionados.

Portanto, evidencia-se a intenção de entrevistar todas as pessoas relacionadas diretamente ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança em Turismo no Município do Conde – PB, tanto aquelas responsáveis por empreendimentos turísticos,

produtores agrícolas, servidores públicos, representantes de associações-chaves, uma vez que todos influenciam na dinâmica do conhecimento e do desenvolvimento da atividade turística no município.

Em relação ao gênero dos entrevistados, a pesquisa coletou as seguintes informações: 10% dos entrevistados são do sexo feminino e 90% são do sexo masculino, ocorrendo predomínio de representação do sexo masculino.

No que tange a informações sobre o grau de escolaridade dos participantes do processo de criação de uma ONG, é importante conhecer tal perfil, pois ele influencia diretamente no processo de desenvolvimento da organização, principalmente quanto às orientações e atuações em prol do coletivo. Portanto, tem-se que 10% possuem o Ensino Médio incompleto; 20% possuem o Ensino Médio completo; 30% possuem curso Superior completo e 40% têm cursos de Pós-Graduação (ou Especialização, ou Mestrado, ou ainda Doutorado). Observa-se que todos os colaboradores têm condições de contribuir com a organização, apresentando graus de conhecimento compatíveis com suas atividades, que exigem conhecimento avançado de acordo com o cargo executado. A maioria (70%) apresenta cursos superiores, onde citaram relacionamentos com as áreas de Administração, Contabilidade, Geografia, Biologia, Sociologia, sendo estas áreas afins às atividades desenvolvidas pelo setor turístico. Vale salientar que, diante das constantes mudanças ocorridas no mercado de negócios, os atores sociais necessitam estar sempre se atualizando e em constante aprendizado.

4.3 Processo de Implementação das Etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

Este tópico caracteriza as etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, compreendendo as três etapas, a saber: Sensibilização, Mobilização e Institucionalização da Instância de Governança Regional, que foram as etapas analisadas nesse estudo.

4.3.1 Primeira Etapa – em relação ao processo de sensibilização

Esta etapa compreende a primeira etapa do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e refere-se ao Processo de Sensibilização.

a) Quanto à preocupação por parte da Governança em promover eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar adesão destes às estratégias e ações do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

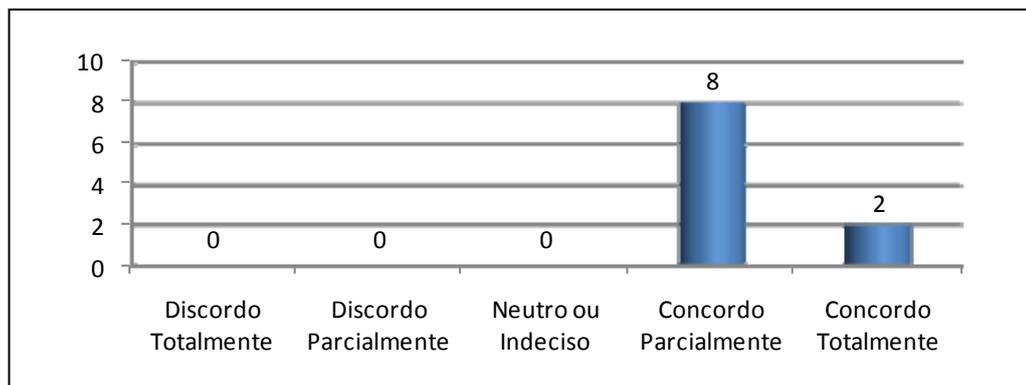


Gráfico 1. Interesse em promoção de eventos.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 1, observou-se que 80% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** que houve à preocupação em promover eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar adesão destes às estratégias e ações do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 20% dos entrevistados **Concordaram Totalmente**. Portanto, observa-se que a maioria (100%) **concorda** que houve a preocupação em promover esses eventos, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Realmente esses eventos aconteceram, só que nem todo mundo ficou sabendo ou foi convidado.

Alguns eventos aconteceram, só que de início eles chamaram os grandes, deixando de lado os pequenos que são a grande parte da população do município.

Eles fizeram alguns eventos, só que como não são freqüentes a coisa esquenta e depois esfria.

Nesse sentido, em relação a promover eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar adesão destes às estratégias e ações do programa, tem-se uma avaliação positiva, só que percebeu-se falhas no processo de comunicação, pois, se bem trabalhado, poderia ter envolvido um maior número de atores sociais envolvidos na atividade turística do município, bem como, um planejamento acerca do número de eventos suficientes para melhor apresentar e buscar adesão destes às estratégias e ações do Programa.

b) Quanto à preocupação por parte da Governança em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região, que podem fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

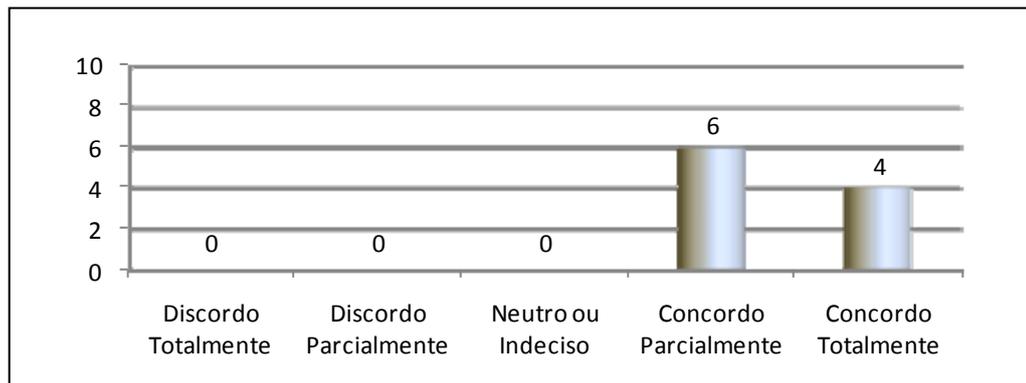


Gráfico 2. Interesse em identificar lideranças envolvidas.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 2, observou-se que 60% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** quanto à preocupação em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região que podem fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 40% dos entrevistados **Concordaram Totalmente**. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Sei que houve essa preocupação, inclusive também de identificar aquelas lideranças que pertencem a associações, comunidades, ONGs, dentre outras, que de cara podem ser contra tudo isso.

Nesse sentido, em relação à preocupação em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região que podem fazer parte do programa, tem-se uma avaliação positiva, só que percebeu-se que, por razões político-partidária, algumas dessas lideranças, que são verdadeiros formadores de opinião e podem atuar de forma efetiva, ainda não se conscientizaram da importância desse Projeto para a localidade.

c) Quanto à preocupação por parte da Governança em apresentar casos de sucesso para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

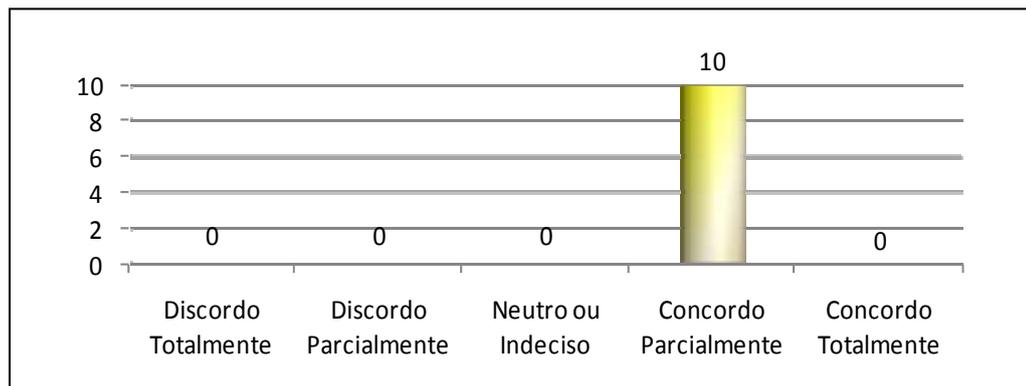


Gráfico 3. Interesse em apresentar casos de sucesso.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 3, observou-se que 100% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** quanto à preocupação em apresentar casos de sucesso, para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em apresentar casos de sucesso, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Eles apresentaram casos de sucesso como Natal e Praia de Pipa no Rio Grande do Norte e Porto de Galinhas em Pernambuco, só que sabemos que nesses dois destinos a atividade turística feita de forma desordenada levou a sérios problemas sociais, culturais e ambientais.

Poderiam ter apresentado casos de sucesso aonde mostrassem as vantagens e necessidade de estruturação, quando postas em prática deram certo e toda população foi beneficiada.

Nesse sentido, em relação à preocupação em apresentar casos de sucesso, para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos para o programa, tem-se uma avaliação positiva, só que poderiam ter sido mais cautelosos ao apresentar esses dois casos como sendo de sucesso, pois apresentam sérios problemas proporcionados pela exploração indiscriminada da atividade.

d) Quanto à preocupação por parte da Governança em apresentar as vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada, através do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

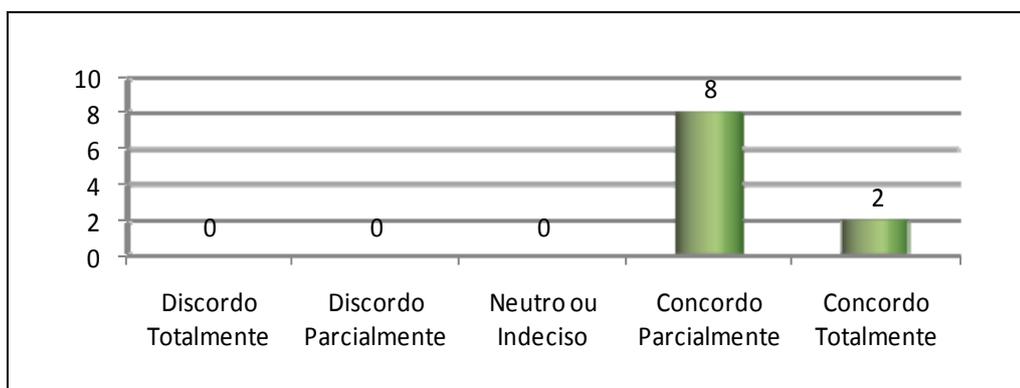


Gráfico 4. Interesse em apresentar as vantagens e os benefícios.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 4, observou-se que 80% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** quanto à preocupação em apresentar vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada através do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 20% dos entrevistados **Concordaram Totalmente**. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em apresentar vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística

de forma regionalizada através do programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Vantagens eu sei que tem, só não sei se esses benefícios chegarão a população mais carente.

Eles só mostraram coisas boas, que tudo é lindo e maravilhoso e sabemos que nada é perfeito e “quando a esmola é grande demais cego desconfia”, será que essa coisa é tão boa assim prá todo mundo?

Sabemos que a atividade turística também traz sérios problemas ao meio ambiente e a sociedade.

Nesse sentido, em relação à preocupação em apresentar as vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada através do programa, tem-se uma avaliação positiva, só que poderiam ter apresentado as vantagens mostrando principalmente os benefícios para toda a população, pois os pequenos comerciantes, pequenos produtores rurais, dentre outros, estão sempre desconfiados, pois geralmente são excluídos do processo.

e) Quanto à preocupação por parte da Governança em difundir informações sobre a importância da inserção e valorização das visões ambiental e sócio-cultural no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

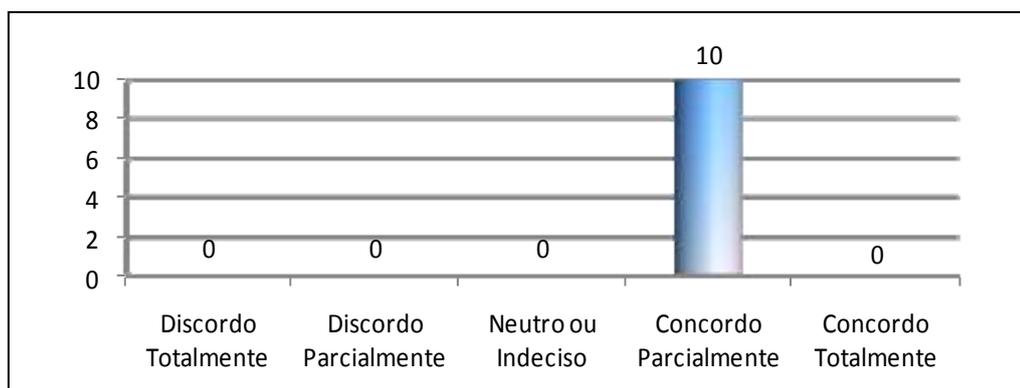


Gráfico 5. Interesse em difundir informações.

Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 5, observou-se que 100% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** quanto à preocupação em difundir informações sobre a importância de inserção e valorização das visões ambiental e sócio-cultural no Processo de Regionalização do

Turismo no Município do Conde – PB. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em difundir informações, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Houve principalmente na visão ambiental para proteger nossas áreas, pois o IBAMA e a SUDEMA são bastante rigorosos. Só que não foi dado muito destaque as questões sócio-culturais que são extremamente importantes nesse processo.

Houve inclusive mostrando a preocupação em promover cursos e oficinas de educação ambiental, resgate dos valores sócio-culturais, pois sem isso não há atrativo para os “gringos”.

Nesse sentido, em relação à preocupação em difundir informações sobre a importância da inserção e valorização das visões ambiental e sócio-cultural do programa, tem-se uma avaliação positiva. Vale salientar que essa difusão das visões ambiental e sócio-cultural é de extrema importância, pois sem isso não há como desenvolver a atividade de forma sustentável. Quanto aos cursos e oficinas a serem ministrados, tem que haver um processo constante, pois, como foi observado em algumas praias, a própria população é quem polui, jogando o lixo em áreas não adequadas mesmo possuindo coletores de lixo. Quanto aos aspectos sócio-culturais, já há a preocupação em resgatar e valorizar os grupos de dança folclóricos já existentes, como o grupo de “coco de roda” da comunidade quilombola do Gurugy e o trabalho feito pela Associação das Marisqueiras, dentre outros.

4.3.2 Segunda Etapa – em relação ao processo de mobilização

- a) Quanto à preocupação por parte da Governança em desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.



Segundo o Gráfico 6, observou-se que 100% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** quanto à preocupação em desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no processo. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em difundir informações, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Até que houve a preocupação em desenvolver essas estratégias, só que não de forma permanente o que acarreta todo um processo de desmotivação dos atores a nível de participação e comprometimento, pois se trata de uma atividade voluntária e a médio e longo prazo e as pessoas têm a cultura de que tudo tem que acontecer amanhã.

O grande problema é que o poder público municipal ainda não está cumprindo com o seu verdadeiro papel, agora só que saber do Plano Diretor porque se não, não vem mais dinheiro.

Sempre fico desconfiado, pois como eles podem cobrar a nossa participação e comprometimento, se eles mesmos muitas vezes não têm e ainda tem mais, ainda vamos trabalhar de graça. O meu tempo é bastante precioso.

Nesse sentido, em relação à preocupação em desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no processo, tem-se uma avaliação positiva. Vale salientar que, no exato momento, a grande preocupação do poder público municipal é mesmo o término do Plano Diretor para a sua aprovação na Câmara, o que é bastante positivo, pois a grande maioria dos atores sociais que está participando do processo decisório acerca do Plano Diretor e, também, está ligada ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional. Vale salientar que as estratégias poderiam estar sendo trabalhadas de forma permanente e aproveitando esse momento para aquecer ainda mais todo esse processo. Daí poderia eliminar a desconfiança e desmotivação acerca de todo o processo por parte dos atores sociais envolvidos.

b) Quanto à preocupação por parte da Governança em identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas existentes, integrando-as quando possível ao Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

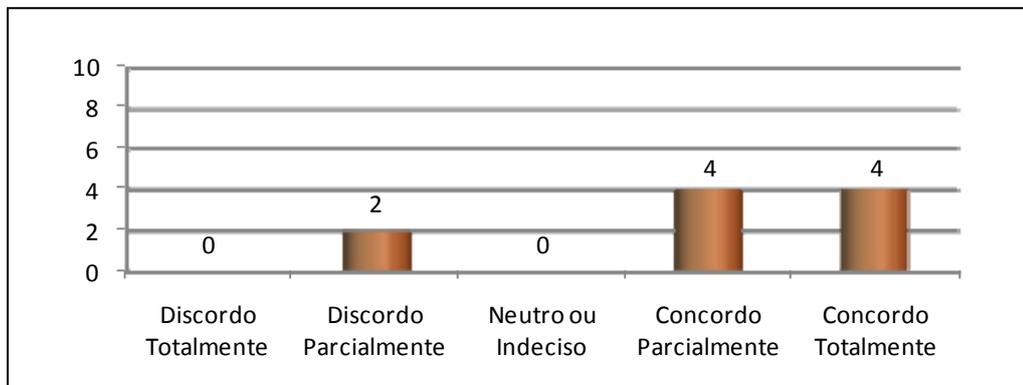


Gráfico 7. Interesse em identificar e analisar os processos.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 7, observou-se que 20% dos entrevistados **Discordaram Parcialmente** quanto à preocupação em identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas, integrando-as quando possível ao Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB; 40% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente**; e 40% **Concordaram Totalmente**. Portanto, observa-se que a maioria (80%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em identificar e analisar os processos já existentes nas

regiões turísticas, integrando-as quando possível ao programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Eles não estão tendo tanta preocupação em identificar e principalmente analisar os processos já existentes, só querem saber de Tambaba, Jacumã e Coqueirinho porque está na mídia. Aqui na área rural eles não estão nem aí.

Eles até que tiveram certa preocupação em identificar e analisar os processos já existentes, só que nesse exato momento a grande atenção está voltada para os condomínios privados e *resorts* dos “gringos”.

Houve essa preocupação inclusive já estamos trabalhando para de integrar os roteiros já existentes ao Roteiro Internacional da Paraíba que compreende João Pessoa, Cabedelo e Conde que já está sendo criado pelo Ministério do Turismo.

Nesse sentido, em relação à preocupação em identificar e analisar os processos já existentes, integrando-as quando que possível ao programa, tem-se uma avaliação positiva. Vale salientar que alguns entrevistados se sentem excluídos por não estarem ainda envolvidos no processo e não serem foco da mídia, levando-os a descontentamento e rivalidades, o que vem a ser um processo inteiramente normal já que existem inúmeros interesses. Um ponto conflituoso acontece em relação à chegada dos condomínios privados e *resorts* de grupos estrangeiros que, na sua grande maioria, estão sendo mapeados e construídos em área de preservação ambiental, mostrando que fatores e interesses econômicos começam a prevalecer em relação aos fatores sócio-ambientais e culturais, gerando indignação, protestos e alguns conflitos por parte de alguns atores sociais envolvidos.

c) Quanto à preocupação por parte da Governança em identificar e analisar os processos já existentes, por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos, ou seja, atores sociais importantes, mas que não estão representados no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

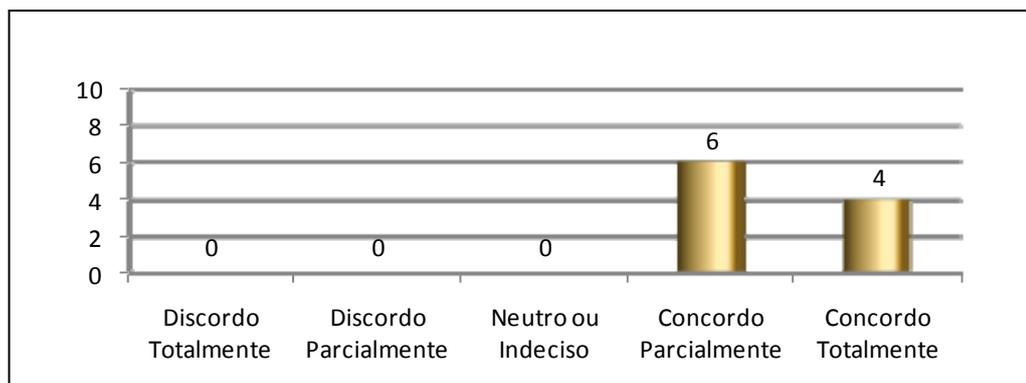


Gráfico 8. Interesse em identificar e analisar os processos já existentes.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 8, observou-se que 60% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente** quanto à preocupação em identificar e analisar os processos já existentes, por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos – atores sociais importantes, mas que não estão representados no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, 40% dos entrevistados **Concordaram Totalmente**. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em identificar e analisar os processos já existentes, por meio de conversas formais e informais junto aos atores sociais envolvidos, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Houve essa preocupação e foram contactados líderes de comunidades quilombola, assentamentos rurais, agricultores, comerciantes, donos de bares, restaurantes, pousadas, bugueiros, reservas naturistas, dentre outros. Só que por questões político-partidárias alguns atores sociais importantes não estão sendo representados.

Houve essa preocupação porque inclusive temos uma equipe de 13 pessoas que estão trabalhando em outros projetos sociais no município, conhecem toda a região e possuem um bom relacionamento com as comunidades.

Nesse sentido, em relação à preocupação em identificar e analisar os processos já existentes, por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos, atores sociais importantes, mas que não são sendo representados no programa, tem-se uma avaliação positiva. Vale salientar que alguns entrevistados se sentem excluídos por adversidades político-partidárias que ainda não foram resolvidas até o momento, levando a um clima de revolta por parte desses atores sociais que se sentem excluídos do processo. Procurou-se argumentar no exato momento em que ocorrera a entrevista. Todo esse projeto que visa a Institucionalização da Instância de Governança no Município do Conde – PB é bem maior que essas adversidades e que quanto mais unidos estiverem em prol de uma causa o movimento estará cada vez mais forte.

Após feita a análise de conteúdo acerca da segunda etapa que se refere ao Processo de Mobilização, faz necessário analisar a terceira e última etapa que se refere ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, que representa a etapa mais importante e mais complexa dentre as outras duas etapas anteriormente analisadas.

4.3.3 Terceira Etapa – em relação ao processo de institucionalização da instância de governança regional

a) Quanto à preocupação por parte da Governança em organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com o foco centrado no

Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, levando em conta as peculiaridades do município, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

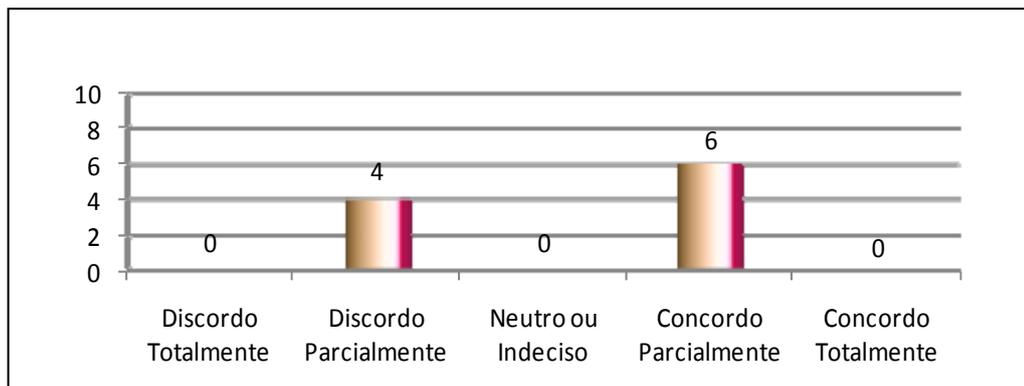


Gráfico 9. Interesse em organizar e coordenar os atores sociais.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 9, observou-se que 40% dos entrevistados **Discordaram Parcialmente** quanto à preocupação em organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com foco centrado no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 60% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente**. Portanto, observa-se que a maioria (60%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com foco centrado no programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

O projeto é fantástico só que em termos de organização e coordenação com foco no Programa está deixando muito a desejar, pois os responsáveis não conseguem nem perceber o foco, pois percebe-se a ausência de um planejamento, bem como o Projeto com foco centrado no Programa.

Mesmo levando em conta alguns aspectos peculiares do município, é bom que seja revisto o verdadeiro papel de alguns atores sociais envolvidos, pois existem pessoas que só estão envolvidas por puros interesses particulares.

Nesse sentido, em relação à preocupação em organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com foco centrado no programa, tem-se uma avaliação positiva só que com um percentual mais baixo (60%) em relação às etapas e variáveis anteriores. Vale salientar que parte dos entrevistados se sentem indignados, pois por ausência de planejamento em toda e qualquer atividade e/ou função é crucial para que se venham lograr

êxito. Outro ponto bastante importante é que eles ficaram de apresentar o projeto e nunca apresentaram. Quando chega à fase onde os atores sociais envolvidos começam a perceber que só existe discurso, e as ações importantes são deixadas em segundo plano, é bom começar a rever certos princípios, mesmo que sempre levando em consideração algumas peculiaridades do município.

b) Quanto à preocupação por parte da Governança em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

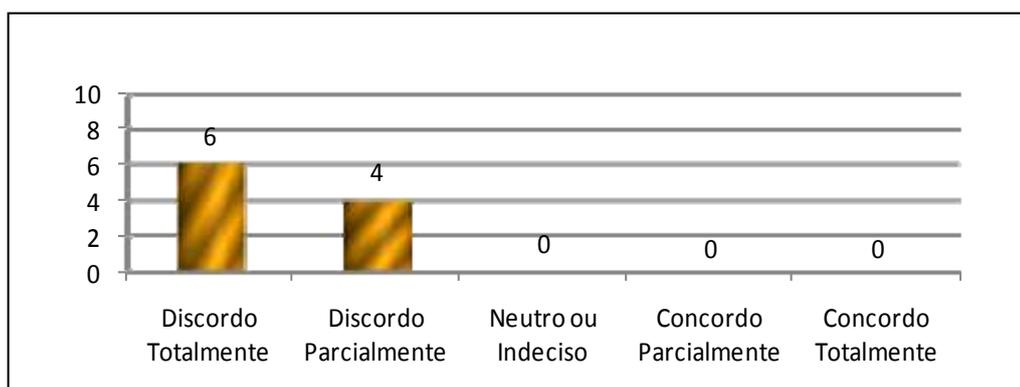


Gráfico 10. Interesse em avaliar e endossar projetos.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 10, observou-se que 60% dos entrevistados **Discordaram Totalmente** quanto à preocupação em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 40% dos entrevistados **Discordaram Parcialmente**. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **discorda** que houve a preocupação em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Como eles vão se preocupar em avaliar e endossar os projetos se esses tais projetos que se dizem em processo de elaboração nunca são apresentados.

Não há no momento nenhuma avaliação nem registro de nada.

No momento tudo isso está parado, pois a prioridade é o Plano Diretor que também nunca tem fim.

Nesse sentido, em relação à preocupação em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no programa, tem-se uma avaliação negativa e com um percentual bastante alto (100%), principalmente em relação às etapas e variáveis anteriores. Vale salientar que parte dos entrevistados se sentem indignados, pois na sua percepção, toda atenção está voltada para o término e posterior votação na Câmara Municipal do Plano Diretor, o que de nada impede a elaboração de tais projetos em relação ao Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

c) Quanto à preocupação por parte da Governança em mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

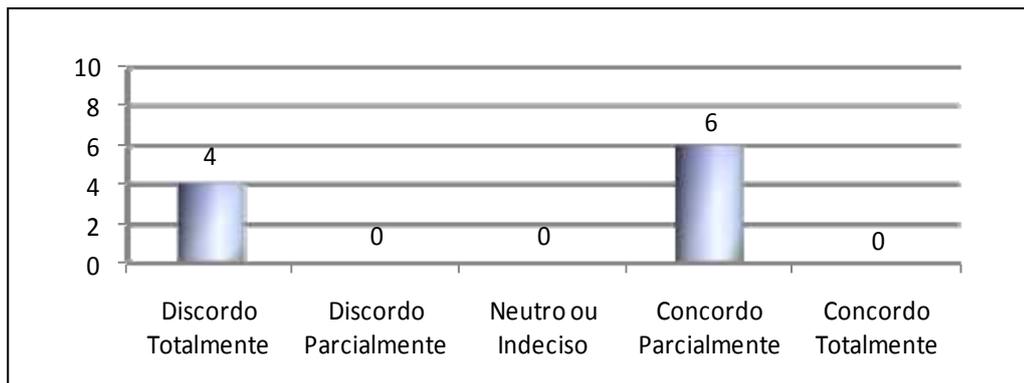


Gráfico 11. Interesse em mobilizar parceiros regionais.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 11, observou-se que 40% dos entrevistados **Discordaram Totalmente** quanto à preocupação em mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 60% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente**. Portanto, observa-se que a maioria (60%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em mobilizar parceiros regionais para integrar o programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Não houve nenhuma preocupação até o momento principalmente por parte do município de Pitimbu, pois eles não querem trabalhar e não ajudam em nada, só querem comer do bolo quando o bolo ficar pronto.

Houve a preocupação só que no momento não estão dando seqüência.

Existe muita ciúmeira por parte do Município de Pitimbu, no litoral Sul e os outros do litoral norte da Paraíba, bem como de possíveis parceiros regionais como Natal – RN e Recife – PE, pois o Conde – PB, hoje, representa a localidade de maior fluxo turístico de todo litoral paraibano e com a duplicação da BR-101, possui grande potencial para desbancar outros destinos interestaduais vizinhos.

Nesse sentido, em relação à preocupação em mobilizar parceiros regionais para integrar o programa, tem-se uma avaliação positiva (60%), principalmente em relação à variável anterior que apresentou 100% de discordância em relação à preocupação em avaliar e endossar os projetos. Vale salientar que parte dos entrevistados percebem a importância da atividade turística para o município e perspectivas futuras, principalmente com a duplicação da BR-101, tornando o destino turístico muito mais próximo de grandes pólos turísticos regionais vizinhos como Natal, no Rio Grande do Norte, e Recife, em Pernambuco. Algo que os deixa inquietos é que não está sendo trabalhado as etapas do Processo de Regionalização da forma devida, e conseqüentemente estarem perdendo novos investimentos na Paraíba, bem como no município do Conde para outras regiões turísticas diretamente concorrentes.

d) Quanto à preocupação por parte da Governança em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo do Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

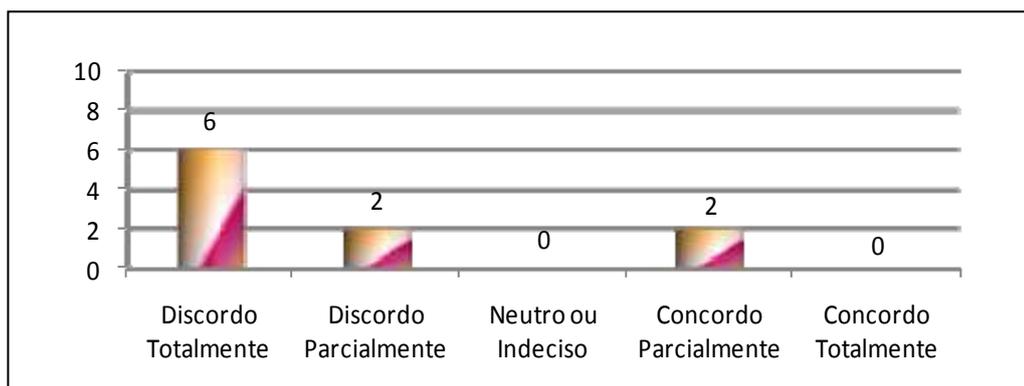


Gráfico 12. Interesse em trabalhar o planejamento e a gestão.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 12, observou-se que 60% dos entrevistados **Discordaram Totalmente** quanto à preocupação em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo do Município do Conde –

PB; 20% dos entrevistados **Discordaram Parcialmente** e 20% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente**. Portanto, observa-se que a maioria (80%) dos entrevistados **discorda** que houve a preocupação em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Houve só que ainda estamos no início do processo.

Em relação ao planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos nada, absolutamente nada foi feito, se etapas ou fases anteriores não foram feitas, imagine essa.

Nesse sentido, em relação à preocupação em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo do Município do Conde – PB, tem-se uma avaliação negativa (80%). Vale salientar que parte dos entrevistados percebem a importância do planejamento e da gestão dos produtos e roteiros turísticos para o município, só que não adianta nem falar nesta fase se fases essenciais anteriores não foram nem trabalhadas, como é o caso da fase de avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no programa, que teve uma avaliação bastante negativa (100%). Evidente que não se trabalha um projeto dessa magnitude nem dessa complexidade, que envolve inúmeros atores sociais, em curto prazo, sabe-se que em médio e longo prazo.

e) Quanto à preocupação por parte da Governança em integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa de Regionalização do Turismo para o Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

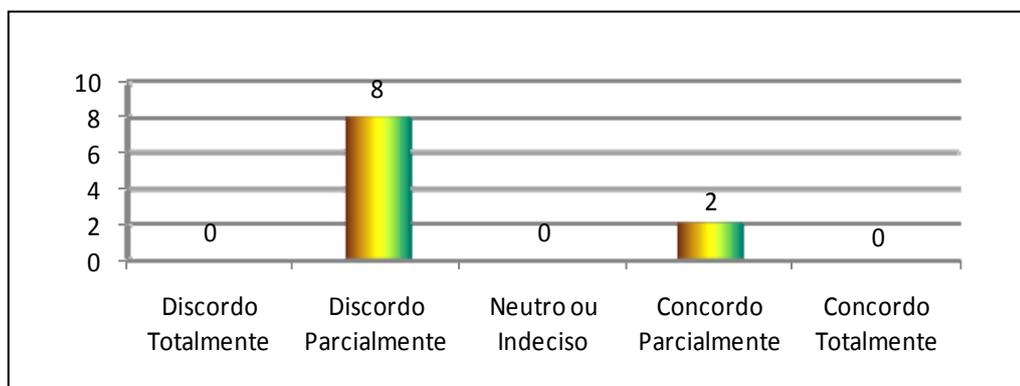


Gráfico 13. Interesse em integrar as ações.
Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 13, observou-se que 80% dos entrevistados **Discordaram Parcialmente** quanto à preocupação em integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa de Regionalização do Turismo para o Município do Conde – PB, e 20% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente**. Portanto, observa-se que a maioria (80%) dos entrevistados **discorda** que houve a preocupação em integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

No caso das ações intra-regionais houve até a tentativa de integração, só que por conta da ciumeira dos possíveis parceiros intra-regionais as coisa ainda não aconteceram como gostaríamos.

Em relação aos parceiros interinstitucionais houve a tentativa de parceria com alguns parceiros, só que como existe inúmeros interesses por trás, cada um fica trabalhando de forma separada e dessa forma não chegam a lugar nenhum.

Nesse sentido, em relação à preocupação em Integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa de Regionalização do Turismo para o Município do Conde – PB, tem-se uma avaliação negativa (80%). Vale salientar que parte dos entrevistados percebem a importância de integrar essas ações intra-regionais, bem como interinstitucionais, pois é aí que o movimento pode ganhar mais visibilidade. Esses possíveis parceiros estratégicos – principalmente os interinstitucionais – podem desenvolver em parceria ações coordenadas e integradas fortalecendo ainda mais o programa. Sabe-se que da união é que vem o fortalecimento de movimentos sociais de tão grande importância para o Estado, bem como para o município em questão.

- f) Quanto à preocupação por parte da Governança em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa de Regionalização em âmbito regional para o Município do Conde – PB, foi questionado:
1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

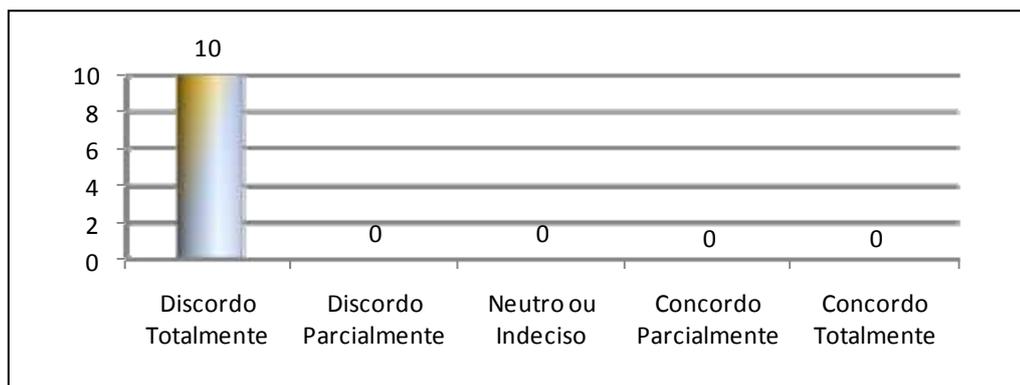


Gráfico 14. Interesse em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais.

Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 14, observou-se que 100% dos entrevistados **Discordaram Totalmente** quanto à preocupação em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa de Regionalização de Turismo para o Município do Conde – PB. Portanto, observa-se que a maioria (100%) dos entrevistados **discorda** que houve a preocupação em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do programa, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Se até o momento não houve a preocupação em elaborar estratégias de forma permanente, imagina se ocorreu acompanhamento, monitoria e avaliação destas.

Nada disso foi feito até agora, há um longo caminho a ser percorrido. Espero que seja votada uma lei para tornar esse projeto uma lei, só assim os que se dizem donos do poder não destruam o que espero esteja sendo imaginado para o do povo.

Nesse sentido, em relação à preocupação em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa de Regionalização de Turismo para o Município do Conde – PB, tem-se uma avaliação altamente negativa (100%). Vale salientar que parte dos entrevistados percebem a grande importância que é o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação não só dessas estratégias, bem como de todo o processo como algo habitual. Relatam, também, que a Paraíba está longe em

relação a esse tipo de trabalho por parte de instituições públicas, mistas e ONGs, por grande parte de seus quadros de funcionários serem formados por pessoas apadrinhadas, sem que o fator competência fosse avaliado.

g) Quanto à preocupação por parte da Governança em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, foi questionado: 1. Discordo Totalmente; 2. Discordo Parcialmente; 3. Neutro ou indeciso; 4. Concordo Parcialmente; 5. Concordo Totalmente.

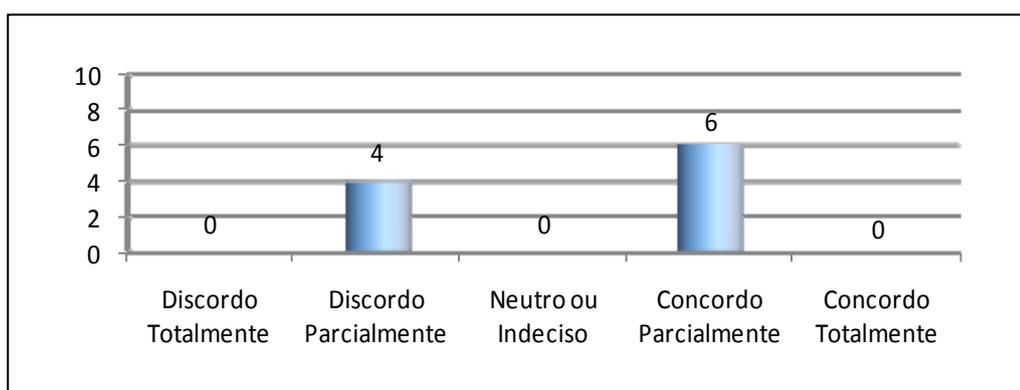


Gráfico 15. Interesse em captar recursos e otimizar seu uso.

Fonte: Pesquisa Direta, Jan-Fev/2009.

Segundo o Gráfico 15, observou-se que 40% dos entrevistados **Discordaram Parcialmente** quanto à preocupação em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, e 60% dos entrevistados **Concordaram Parcialmente**. Portanto, observa-se que a maioria (60%) dos entrevistados **concorda** que houve a preocupação em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, só que alguns entrevistados expressaram em suas falas o seguinte:

Houve essa preocupação em captar recursos, nesse sentido sempre há interesse, só que não está sendo aplicado seu uso e benefício do Programa.

Teve recurso que até veio, chegou na boca do caixa e voltou porque o poder municipal estava inadimplente com o Governo Federal.

Nesse sentido, em relação à preocupação em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, tem-se uma avaliação positiva (60%). Vale salientar que alguns entrevistados percebem que houve a preocupação em captar recursos, só que esses recursos não estão sendo devidamente

otimizados, visto que o seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB apresenta algo bastante preocupante, pois a partir do momento em que essa prática for percebida e/ou denunciada, novos recursos não mais serão liberados, acarretando enormes prejuízos para todos os atores sociais envolvidos na atividade turística da localidade e, conseqüentemente, para toda a população em geral que também deixará de colher os benefícios gerados com o desenvolvimento da atividade turística, caso estivesse sendo gerida obedecendo aos princípios éticos e morais presentes na Constituição Federal do nosso país. Portanto, cabe a esses gestores um pouco mais de consciência, pois eles são simplesmente os representantes do povo e não têm o direito de fazerem uso do poder para utilização de práticas que ferem a dignidade humana.

Para efeito de melhor visualização acerca de todas as análises, bem como dos resultados obtidos, o Quadro 4, a seguir, apresenta uma síntese do diagnóstico acerca das análises das etapas do Processo de Sensibilização, Mobilização e de Institucionalização da Instância de Governança que são às variáveis do objeto de estudo.

4.4 Síntese do Diagnóstico acerca das análises das etapas de Sensibilização, Mobilização e Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional

Nesta seção foram reunidas todas as informações acerca das análises das etapas dos Processos de Sensibilização, de Mobilização e de Institucionalização da Instância de Governança Regional, que já foram analisadas e discutidas, para que a conclusão dos resultados venha proporcionar maior clareza e compreensão.

Portanto, o Quadro 4 apresenta a avaliação de todas as variáveis analisadas na etapa do Processo de Sensibilização, julgados a partir da identificação dos pontos positivos e negativos.

Quadro 4. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa do Processo de Sensibilização.

VARIÁVEIS DA PESQUISA	PONTOS POSITIVOS/NEGATIVOS	AVALIAÇÃO FINAL
a) Promoção de eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar adesão destes às estratégias e ações do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo:</p> <p>1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordaram que houve a preocupação na promoção de eventos com a participação de várias representações .</p> <p>Ponto negativo</p> <p>1. No que se refere a comunicação ocorreram pequenas falhas e alguns atores não ficaram sabendo.</p>	+

Quadro 4. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa do Processo de Sensibilização.

VARIÁVEIS DA PESQUISA	PONTOS POSITIVOS/NEGATIVOS	AValiação FINAL
b) Preocupação em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região que podem fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo: 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordam que houve a preocupação em identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região que podem fazer parte do Programa.</p> <p>Ponto negativo 1. Resistência por parte de algumas liderança por questões político-partidária</p>	+
c) Preocupação em apresentar casos de sucesso, para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo: 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordam que houve a preocupação em apresentar casos de sucesso para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, etc.</p> <p>Ponto negativo: 1. Os casos apresentados apesar de serem um bom exemplo para a abordagem, também já apresentam alguns impactos negativos acerca do tipo de exploração da atividade turística nas localidades.</p>	+
d) Preocupação em apresentar vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada através do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB	<p>Ponto positivo: 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordam que houve a preocupação em apresentar vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada.</p> <p>Ponto negativo 1. Alguns atores sociais vêm com desconfiança se esses benefícios realmente irão proporcionar melhorias para a população mais carente.</p>	+
e) Preocupação em difundir informações sobre a importância da inserção e valorização das visões ambiental e sócio-cultural no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB	<p>Ponto positivo: 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordam que houve a preocupação em difundir informações sobre a importância das visões ambiental e sócio-cultural.</p> <p>Ponto negativo 1. Que não foi dado o mesmo destaque a visão sócio-cultural..</p>	+
TOTAL	-	+

Fonte: adaptado de Brasil (2004).

Diante das informações expostas pelo quadro 4, percebeu-se que em relação a etapa do Processo de Sensibilização todas as variáveis analisadas apresentaram (100%) de concordância, mesmo havendo alguns pontos considerados negativos. Esses pontos considerados como negativos, vê-se como fatos normais e de fácil solução já que se trata de um fenômeno que inicia o seu processo, e sempre apresentam divergências, dúvidas, desconfianças por parte de alguns atores.

Após a exposição da Síntese do Diagnóstico acerca da etapa do Processo de Sensibilização, faz-se necessário a avaliação da próxima etapa que se refere ao Processo de Mobilização.

Portanto, o Quadro 5 apresenta a avaliação de todas as variáveis analisadas na etapa do Processo de Mobilização, julgados a partir da identificação dos pontos positivos e negativos.

Quadro 5. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa do Processo de Mobilização.

VARIÁVEIS DA PESQUISA	PONTOS POSITIVOS/NEGATIVOS	AValiação FINAL
a) Preocupação em desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo: 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordam que houve a preocupação em desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no Processo.</p> <p>Ponto negativo: 1. No momento as estratégias não estão sendo desenvolvidas de forma permanente por priorizarem a aprovação do Plano Diretor.</p>	+
b) Preocupação em identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas existentes, integrando-as quando possível ao Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo: 1. Uma grande maioria dos atores sociais entrevistados (80%) concordam que houve preocupação em identificar os processos já existentes nas regiões turísticas existentes, integrando-os quando possível ao Programa.</p> <p>Ponto negativo: 1. Algumas regiões ainda não foram contempladas e ou integradas.</p>	+
c) Preocupação em identificar por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos – atores sociais importantes, mas que não estão representados no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo: 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) concordam que houve a preocupação em identificar por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos – atores sociais importantes, mas que não estão representados no Processo.</p> <p>Ponto negativo: 1. Ainda permeia alguns conflitos por diversidades político-partidárias, levando alguns atores importantes estarem sendo excluídos.</p>	+
TOTAL	-	+

Fonte: adaptado de Brasil (2004).

Diante das informações expostas pelo Quadro 5, percebeu-se que em relação a etapa do Processo de Mobilização, duas das variáveis analisadas apresentaram (100%) de concordância e uma das variáveis analisadas apresenta (80%) de concordância mesmo havendo alguns pontos considerados negativos. Um dos pontos refere-se ao fato da maioria dos atores sociais envolvidos no Processo também estão envolvidos na elaboração do Plano Diretor que no momento tem maior prioridade e está quase que totalmente concluído. Outro

ponto é que de início nem todas as regiões serão contempladas já que primeiro deve existir a identificação e avaliação dos processos já existentes, e por fim deve-se tentar na medida do possível que as razões de ordem político-partidárias não interfiram diretamente no Processo.

Após a exposição da Síntese do Diagnóstico acerca da etapa do Processo de Mobilização, faz-se necessário a avaliação da próxima etapa que se refere ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional.

Portanto, o Quadro 6 apresenta a avaliação de todas as variáveis analisadas na etapa do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, julgados a partir da identificação dos pontos positivos e negativos.

Quadro 6. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa de Institucionalização da Instância de Governança Regional.

VARIÁVEIS DA PESQUISA	PONTOS POSITIVOS/NEGATIVOS	AValiação FINAL
a) Preocupação em organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com o foco centrado no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB, levando em conta as peculiaridades do município.	<p>Ponto positivo:</p> <p>1. A maior parte dos atores sociais entrevistados (60%) concordam que houve a preocupação em organizar e coordenar os diversos atores envolvidos para que trabalhem com foco centrado do Programa.</p> <p>Pontos negativos:</p> <p>1. Em termos de organização e coordenação dos diversos atores envolvidos para trabalharem com foco centrado no Programa ainda não foi possível, pois alguns atores envolvidos estão participando apenas por interesses meramente particulares.</p>	+
b) Preocupação em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Pontos negativos:</p> <p>1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) discordam que houve a preocupação em avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no Programa.</p> <p>2. Até o momento não foi avaliado nem endossado nenhum projeto, pois ainda não foram apresentados.</p>	-
c) Preocupação em mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	<p>Ponto positivo:</p> <p>1. A maior parte dos atores sociais entrevistados (60%) concorda que houve a preocupação em mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa.</p> <p>Ponto negativo</p> <p>1. Não houve êxito, pois, principalmente, os representantes do município de Pitimbu, só tem interesse quando as coisas estiverem prontas.</p>	+
d) Preocupação em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo do Município do Conde – PB.	<p>Pontos negativos</p> <p>1. Grande parte dos atores sociais entrevistados (80%) discorda que houve a preocupação em trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa.</p> <p>2. Como não ocorreu implementação de etapas anteriores, até o momento no que se refere ao planejamento a gestão dos roteiros turísticos nada foi feito.</p>	-

Quadro 6. Síntese do Diagnóstico acerca da análise da etapa de Institucionalização da Instância de Governança Regional.

VARIÁVEIS DA PESQUISA	PONTOS POSITIVOS/NEGATIVOS	AValiação FINAL
e) Preocupação em integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa de Regionalização do Turismo para o Município do Conde – PB.	Pontos negativos 1. Grande parte dos atores sociais entrevistados (80%) discorda que houve a preocupação em integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa. 2. Além de terem sido feitas poucas tentativas, nada foi concretizado.	-
f) Preocupação em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa de Regionalização em âmbito regional para o município do Conde – PB.	Pontos negativos 1. Todos os atores sociais entrevistados (100%) discordam que houve a preocupação em realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa. 2. Nenhuma etapa foi realizada.	-
g) Preocupação em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.	Ponto positivo: 1. A maior parte dos atores sociais entrevistados (60%) concorda que houve a preocupação em captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa. Ponto negativo 1. Os recursos captados nem sempre são todos aplicados em benefício do Programa.	+
TOTAL	-	-

Fonte: adaptado de Brasil (2004).

Diante das informações expostas pelo Quadro 6, percebeu-se que em relação a etapa do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, duas das variáveis analisadas apresentaram (100%) e duas (80%) de discordância num total de quatro variáveis, três das variáveis analisadas apresentaram (60%) de concordância em relação a um total de sete variáveis. Vale destacar que nessa etapa, que é uma das mais importantes a avaliação apresenta alto grau de discordância, levando a uma análise bastante negativa acerca dessa etapa do Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, mesmo havendo alguns pontos considerados positivos, só que apresentaram percentuais pouco representativos.

Portanto, para que se dê continuidade ao Processo deve-se dar atenção as variáveis das etapas de Sensibilização e Mobilização, pois existe a necessidade de alguns ajustes e assim corrigir as eventuais falhas. No que se diz respeito a última etapa que refere-se ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, considerada a mais importante para este estudo, devem ser revistas todas as variáveis de forma minuciosa, pois a grande maioria apresenta alto grau de discordância e se não forem bem trabalhadas comprometerão todo o Processo de desenvolvimento de uma atividade sustentável para a localidade.

Após terem sido feitas a caracterização da área de estudo, todas as análises dos dados coletados e resultados das duas partes, onde a primeira referiu-se à caracterização dos sujeitos de pesquisa e a segunda ao Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, compreendendo três etapas que compreendem: o Processo de Sensibilização (1ª Etapa); o Processo de Mobilização (2ª Etapa); e, o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional (3ª Etapa), e por fim, a Síntese do Diagnóstico acerca das análises das etapas dos Processos de Sensibilização, de Mobilização e de Institucionalização da Instância de Governança Regional.. Portanto, o próximo e último capítulo deste trabalho de dissertação apresenta as conclusões e recomendações deste estudo.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma. Até quando o corpo pede um pouco mais de alma. A vida não para. Quando o tempo acelera e pede pressa. Eu me recuso, faço hora, vou na valsa. A vida não para. Enquanto todo mundo espera a cura do mal. E a loucura finge que isso tudo é normal. Eu finjo ter paciência. O mundo vai girando cada vez mais veloz. A gente espera do mundo e o mundo espera de nós. Um pouco mais de paciência. Será que é tempo que falta prá perceber? Será que temos esse tempo prá perder? E quem quer saber? A vida é tão rara! A vida não para!

Lenini

5.1 Conclusões

O mesmo turismo que se apresenta como uma atividade que proporciona riquezas, se não for bem trabalhado pode acentuar desigualdades sociais e trazer outros malefícios às comunidades, tais como: a especulação imobiliária, a prostituição, o subemprego, a degradação ambiental, entre outros. Portanto, expectativas geradas a partir da visualização da lucratividade dos investidores privados, e de crescimento econômico e desenvolvimento social do setor público e das comunidades locais necessitam estar alinhadas a um modelo de governança que possibilite a integração de forças sociais, num ambiente aonde a democracia participativa seja prioridade. Seguindo esse mesmo raciocínio a governança regional em turismo apresenta-se como uma necessidade operacional, tanto quanto uma decisão estratégica do Estado.

O presente estudo teve como objetivo principal analisar as formas de adoção do processo de Governança Regional, no que se referem as suas contribuições para a geração do Desenvolvimento Local Sustentável a partir das atividades turísticas desenvolvidas no Município do Conde – PB, e assim se alcançarem os resultados esperados para o Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, que se apresenta como uma das principais contribuições deste estudo.

A metodologia do estudo de caso permitiu fazer uma análise mais apurada e precisa da realidade da organização objeto de estudo, além de levar a melhor compreensão do fenômeno no exato momento em que todo o processo está ocorrendo, principalmente por participar de forma direta e presencial de conflitos, revoltas e reivindicações, por parte de diversos atores, acerca de um projeto que se apresenta como uma alternativa de desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável para a localidade.

A partir dos resultados obtidos e discussões dos aspectos considerados empíricos, em paralelo aos aportes teóricos sobre a literatura pertinente ao tema estudado, é possível afirmar que, de modo geral, as práticas utilizadas no Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional em Turismo no Município do Conde – PB, principalmente, no que se refere aos atores sociais envolvidos, se caracterizam através de um alto grau de dependência em relação aos agentes econômicos, políticos e sociais. Diante do exposto, é evidente que as ações e práticas relacionadas ao Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, segundo o Ministério do Turismo, não são realizadas de forma satisfatória.

No que diz respeito à primeira etapa analisada, que se refere ao Processo de Sensibilização, apesar de alguns problemas apresentados, as análises realizadas acerca das cinco variáveis, apresentaram-se como sendo satisfatórias. Já na segunda etapa analisada, que se refere ao Processo de Mobilização, apesar de alguns problemas apresentados, as análises realizadas acerca das três variáveis apresentaram-se, também, como sendo satisfatórias, mas já demonstrando um decréscimo em relação à primeira etapa, que diz respeito ao Processo de Sensibilização. E, por fim, na terceira e última etapa analisada, que se refere ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional, que é considerada nesse estudo como a etapa mais importante, e nas análises realizadas acerca das sete variáveis apresentam-se como sendo insatisfatórias levando ao comprometimento de todo um projeto que tem grande potencial de ser realizado de forma satisfatória e sustentável.

Vale salientar que uma instância de governança, seja ela de ordem regional ou local, não se consolida, puramente, por decreto ou qualquer outro tipo de dispositivo legal. Sua legitimidade, articulação interinstitucional, e a capacidade técnico-política das representações sociais, que são de extrema importância para o fortalecimento e à efetividade da Instância de Governança Regional. Neste contexto, é necessário também aprimorar as práticas e ações de inter-relacionamento entre os diversos atores sociais envolvidos interessados no desenvolvimento turístico da região de forma sustentável, o que poderá ser alcançado através da criação de uma rede sistemática e permanente de relacionamentos que reúna as representações governamentais a nível estadual e municipal, das organizações empresariais do setor turístico e das representações comunitárias.

Com base nas argumentações, discussões e considerações expostas no decorrer deste estudo entende-se que a questão da governança regional em turismo está ainda em processo embrionário, havendo ainda muito a ser feito para que venha a se tornar realidade. Deve-se considerar que o município do Conde – PB apresenta grande potencial turístico e tem tudo para se transformar num dos maiores destinos em nível regional, federal e internacional que, seja aproveitado a oportunidade de exercício da democracia participativa e, se embasado num planejamento regional de forma consistente, a Instância de Governança Regional poderá se firmar como fonte de referência internacional no que se diz respeito ao desenvolvimento sócio-econômico de uma região ou localidade de forma sustentável. Alguns passos já foram iniciados agora é chegada a hora de convergir esforços para a consolidação deste Projeto, e dar um grande salto qualitativo nas relações entre Organizações Privadas, Públicas, Não-governamentais, e sociedade, logrando alto grau de competitividade e, assim, alcançando o propósito para a localidade, para o estado da Paraíba e, conseqüentemente, para o Brasil.

Finalmente, é importante ser ressaltado que os demais atores sociais envolvidos no Processo de Institucionalização da Instância de Governança no Município do Conde – PB, ao serem entrevistados se alto criticaram, dando a entender que estão conscientes das falhas que cometeram e estão bem cientes de suas responsabilidades. Outra questão importante que deve ser sanada o mais rápido possível é a existência de adversidades político-partidária que interfere diretamente e negativamente em todo o processo e que o desenvolvimento da atividade na região é muito maior que tais questões.

5.2 Recomendações

Portanto, a partir de todas as inferências já explicitadas no decorrer de todo o estudo, recomenda-se que: sejam realizados eventos de forma mais freqüentes para retomar as discussões acerca do Processo de Institucionalização da Instância Regional em Turismo no Município do Conde- PB; que seja fortalecido o comprometimento com os diversos atores que já estão envolvidos no processo, buscando novos atores e parceiros institucionais; que sejam desenvolvidas estratégias permanentes, sempre tomando como base o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, e que estas sejam apresentadas para discussão entre os diversos atores sociais envolvidos, prevalecendo as práticas e princípios de forma transparente, democrática e participativa, levando, conseqüentemente, ao aumento da motivação e auto-estima desses atores; que sejam realizadas as etapas de planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais, apresentando sempre seus resultados e necessidades de ajustes; que seja apresentado, de forma transparente, a utilização dos recursos financeiros, sempre buscando otimizar o seu uso em benefício exclusivamente do Programa; e, por fim, que seja exercido o direito de cidadania desses que são os verdadeiros donos dessa terra, os “Cidadãos Condenses”.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 6. ed. São Paulo: FGV, 2005.

ALLEN, L. R. *et al.* The impact of tourism development on residents, perceptions of community life. **Journal of Travel Research**, XXVII (1), 1988.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2002.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO/PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano na Paraíba, João Pessoa, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, DC, 1992.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BARDHAM, Pranab; MOOKHERJEE, Dilip. **Decentralization and Local Governance in Developing Countries – A comparative Perspective**. Cambridge, Massachusetts and London, England: The MIT Press: 2006.

BARDIN, L. *L'anayse de contenu*. Paris: PUF, 1993.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARRETO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1999.

BARROS, Silvio Magalhães. **Turismo: teoria e prática: turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo**. São Paulo: Atlas, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento regional urbano**. 12 novembro 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br>>. Acesso em: 14 de abril de 2008.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre a eficiência e democratização**. Barueri: Manole, 2003.

BERTON, L. H.; CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Planejamento e governança de um cluster turístico. In: Encontro Nacional da ANPAD, 29, Brasília. **Anais Brasília: ANPAD**, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo (2003). **Programa de Regionalização do Turismo: institucionalização de instância de Governança Regional – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2003.

_____. Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Brasília.

_____. Ministério do Turismo, Brasília, 2004.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2006.

_____. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2007. Brasília.

BRASILCHANNEL. **Negócios e eventos em turismo**. 13 de junho 2002. Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br>>. Acesso em: 21 de abril de 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Uma nova gestão para um novo estado: liberal, social e republicano. **Revista do Servidor Público**. Brasília: ENAP, a. 52, n. 1, jan./mar. 2001.

BRIGAGÃO, Clóvis; RODRIGUES, Gilberto M. A. **Globalização a olho nu do mundo conectado**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

BRITO, Morelba. Buen gobierno local y calidad de la democracia. **Revista Instituciones y Desarrollo**, Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.iigov.org>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2008.

CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento ecológico**. São Paulo: Cultrix, 1993.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde; GOEDERT, Adriano R.; ABREU, Aline de França. **A competitividade local, o desenvolvimento regional e os sistemas nacionais e regionais de inovação: uma proposta metodológica para viabilização do desenvolvimento regional sustentável**. 2005. Disponível em: <<http://www.cchia.ufpb.br/caos/03-candido-goedert-abreu.html>>. Acesso: 05 de março de 2008.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo/atividade marcante do século XX**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUSC, 1996.

CGG – COMISSÃO SOBRE A GOVERNANÇA GLOBAL. **Organização das Nações Unidas**. Nossa comunidade global. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CONDE - Prefeitura Municipal do Conde – Plano Diretor, Conde-PB, 2008.

CORIOLOANO, Neide. **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza: Eduece, 2003.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil, Brasília, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CSORDAS, T.; VILLAR, R. **Preservando o lucro**. São Paulo: Amanhã, 1998.

- CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre a governança corporativa**. 2002. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/cartilha/cartilha.doc>>. Acesso em: 15 de outubro de 2008.
- DE LA TORRE, Oscar. **El turismo, fenômeno social**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Trad. Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- DINIZ, Eli. Governabilidade, governance e reforme do estado: considerações sobre o novo paradigma. In: **Revista do Servidor Público**. Ano 47, v. 120, Brasília, maio/ago. de 1995.
- DOWBOR, L. **Da globalização ao poder local**. Pesquisa e Debate, v. 7, n. 8, São Paulo: Brasiliense, 1996.
- DUMAZEDIER, Joffre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1994.
- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de turismo**. Brasília, 1999.
- _____. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 2004.
- FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Diagnóstico do movimento turístico brasileiro**, São Paulo (FEA-USP), 1998.
- FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.
- FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Millennim, 2000.
- GARCIA, Roslaine K. O.; ASHTON, Mary Sandra G. **Gestão Pública em turismo: a necessidade de uma visão estratégica para o planejamento e a condução da atividade turística de forma sustentável**. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006.
- GRUENING, Genod. Origin and theoretical basis of new public management. *International Public Management Journal*, v.4, p.1-25, 2001. In: SLOMSKI, Valmor *et al.* **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUTIERREZ, E. C.; BORDAS, E. **Análise dos modelos de planejamento e desenvolvimento turístico proposto pela gestão pública no Brasil**. 1993. Disponível em <<http://www.mg.senac.br>>. Acesso em: 18 de junho de 2008.

HARRISON, James J. H. Corporate governance in the NHS – an assessment of boardroom practice. *Corporate Governance*, v. 3, n. 3, July 1998. In: SLOMSKI, Valmor *et al.*

Governança corporativa e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2008.

IVO, Anete B. L. **Governabilidade e governança na América Latina:** teses e paradoxos. VII Congresso Internacional del CLAD sobre la reforma del estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8 -11 de octubre de 2002.

KATZ, Jorge. “**Cluster**” **uma contribuição teórica** - Projeto crescer Minas: um projeto brasileiro. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2000.

KELLY, C.; VANNA, A. J. V. I. A nova gestão pública e as políticas de programação orçamentária do governo. **Revista do Serviço Público**, Brasília: ENAP, a. 52, n. 3, jul./set. 2001.

KICKERT, W. J. M. **Public management and administrative reform in Western Europe.** 1997. Disponível em <<http://www.getcited.org>>. Acesso em: 12 de agosto de 2008.

KISSLER, Francisco G. Heidemann. Governança Pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado Mercado e sociedade? **Revista da Administração Pública**, vol. 40, n. 3. Rio de Janeiro: Maio/Junho 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 de março de 2008.

KOOIMAN, E. **Modern governance-society interactions.** London: Newbury Park, Calif. 1993. Disponível em: <<http://www.catalogue.nla.gov.au>>. Acesso em: 20 de abril de 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do laser e das viagens. Rio de Janeiro: Editora Civilizações Brasileiras S.A., 2000.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática - Fundamentos econômicos do turismo.** São Paulo: Atlas, 2000.

_____. (Org.). **Turismo: teoria e prática – Teoria econômica, comunicação e marketing turístico.** São Paulo: Atlas, 2000.

LEFF, E. **Espistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LE MOS, Leandro Antônio. **Os sete mitos do turismo:** uma análise de alguns conceitos e fundamentos. Porto Alegre: PUC-RS, 1996.

LE MOS, Amália Inês G. (org.). **Turismo: impactos socioambientais.** São Paulo: Hucitec, 1996.

LOUREIRO, Francisco Eduardo. **A propriedade como relação jurídica complexa.** Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MALHEIROS, Telma Maria Marques. **A gestão ambiental pública.** *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24 de abril de 1996.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Proto Alegre: Bookman, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARE, J. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. PR: Câmara da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

MATIAS, Karla Cristinne de Oliveira; COSTA, Márcia da Silva. **Políticas Públicas para a geração de Empregos**: considerações sobre o PROGER Turismo. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/ RJ – 6 a 10 de setembro de 2008.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOTA, Carlos Renato; MOURA DUARTE, Francisco José de C.; BARTHOLO JR. Roberto dos Santos (Org.). **Participação e gestão social**. São Paulo, SESI - Departamento Nacional, 2002.

MOTTA, Paulo Roberto. *Inovación y democratización de la gestión pública*. Caracas: Clad, 1991. (**Série Temas de Conyuntura en Gestión Pública**, n. 5).

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução a lingüística**: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NAISBITT, Jonh. **O paradoxo global**. Quanto maior o sistema, menores e mais poderosos são as empresas. São Paulo: Publifolha, 1999.

NIEFER, A. Sustentabilidade do turismo no destino. Palestra apresentada no III Encontro Estadual dos Secretários e Monitores Municipais de Turismo. Curitiba, 2001. In: SOUZA, M. J. B. de; FERREIRA, E.; SOUZA, C. A. B. **Análise do Plano Nacional de Turismo sob o enfoque do desenvolvimento local sustentável**. X Encontro Nacional de Turismo em Base Local, João Pessoa. Anais João Pessoa: ENTBL, 2007.

NOGUEIRA, E. J. **Redes de relações sociais**: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três grupos etários. Tese (Doutorado em Educação). Campinas, SP: Faculdade de Educação, UNICAMP, 2001.

OLIVEIRA, L. A. Mapeamento semântico do turismo sustentável: arquitetando um novo país. In: **Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável**. Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Saulo Bárbara; LEITÃO, Márcia Cristina da Silva; FILHO, Joaquim Rubens Fontes. **A governança regional em turismo**: Realidade? Estudo de caso sobre o destino Estrada Real. XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro - RJ – 22 a 26 de setembro de 2007.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Educando Educadores en Turismo**. Valencia: Gráficas Graell, 1995.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Movimento real de deslocamentos. Porto Alegre: Bookman, 1999.

_____. **Guia para administraciones locales: desarrollo turístico sostenible**. Madrid: OMT, 2000.

_____. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Guia de desenvolvimento sustentável**. Organização Mundial do Turismo. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes. **Sociologia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PALLOT, J. New public management reform in New Zealand: the collective strategy phase. Elsevier. **International Public Management Journal**, volume 1, number, 1998.

PARAÍBA. Governo da Paraíba/Roteiros do Brasil/Ministério do Turismo. **Paraíba para viagem – Roteiros turísticos pra encantar você**. João Pessoa, 2008.

PBTUR - Empresa Paraibana de Turismo S.A. **Dados históricos, econômicos e sociais**. João Pessoa, 2008.

PATRÍCIO, Zuleica Maria *et al.* **Aplicação dos métodos qualitativos na produção do conhecimento: uma realidade particular e desafios coletivos para compreensão do ser humano nas organizações**. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Administração, 2000, Florianópolis. Anais – Florianópolis: Anpad, 2000.

PORTER, Michael. **Competição – On competition**. Estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RESENDE, Denis A. **Planejamento estratégico municipal e suas relações com as políticas de gestão de cidades e com a teoria da *New Public Management***. Brasília, ENANPAD, 2005.

RHODES, R. **Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability**. Public Administration, 1997, vol. 78, n. 3 Autumn 2000, Blackwell Publishing.

RODRIGUES, A. M. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSENAU, James N.; ERNEST-OTTO, Czempiel. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável: leituras**. São Paulo: Brasiliensis, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Lourival Nery. **Princípios de governança corporativa: aplicabilidade na gestão pública**. Rio de Janeiro: ESG, 2002.

SANTOS, Saulo R.; TEIXEIRA, Maria G. C. **Análise do Plano de Desenvolvimento Turístico no Estado do Maranhão: potencialidades e entraves na gestão de pólo turístico em município estratégico**. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro – RJ, 6 a 10 de setembro de 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA SOUSA, L. **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba**. 2006. Edição eletrônica. Texto completo. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2008.

SLOMSKI, Valmor *et al.* **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUSA, Luziana da Silva. **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba**. 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2006b/lss/index.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2008.

SLAUGHTER, A. M. **The real new world order**. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 5, p. 183-194, autumn 1997.

STOKKER, O. S. Regimes as governance system. In: Oran Young (ed.). **Global Governance: drawing insight from the Environmental Experience**, Cambridge: MIT Press, 1997.

STREIT, Rosalvo Ermes; KLERING, Luís Roque. **Governança pública sob a perspectiva dos sistemas complexos**. Brasília, ENANPAD, 24. 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Trad.: Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

TIMMERS, Hans. **Government Governance: corporate governance in the public sector, why and you?** The Netherlands Ministry of Finance. 9th Free Public Conference. Nov. 2000. Disponível em: <<http://www.minfin.nl>>. Acesso em: 06 de janeiro de 2009.

TRIGO, Luis Gonzaga Godói. **A sociedade pós-industrial e o profissional de turismo**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1999.

URRY, Jonh. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.

ZOUAIN, D. M.; BARBOSA, L. G. M.; MARTELLOTE, M. C. Os impactos econômicos do turismo no município do Rio de Janeiro e suas implicações no desenvolvimento local. In: Encontro Nacional da ANPAD, 29., Brasília. **Anais Brasília: ANPAD**, 2005.

WCED – World Commission on Environment and Development. **Our common future**. New York: Oxford University Press, 1993.

WTTC – World Travel and Tourism Council. **Estatistics**. 2000. Disponível em: <<http://www.wttc.org>>. Acesso em: 25 de abril de 2008.

WWF – World Wide Found for Nature. **Principles for sustainable tourism**. London: U.K.: WWF, 1992.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Anexo 1 – Formulário do Questionário de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Estimado(a) Colaborador(a):

Atualmente, estamos realizando uma pesquisa denominada: “**A Governança Regional em Turismo no Município do Conde – PB: Uma alternativa para uma atividade sustentável**”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), cujo objetivo é analisar as formas de adoção do processo de Governança Regional, no que se referem as suas contribuições para a geração do Desenvolvimento Local Sustentável a partir das atividades turísticas desenvolvidas no Município do Conde – PB. Pedimos gentilmente, que responda o questionário marcando um **X** na opção mais adequada a sua opinião, e caso tenha algum comentário adicional usar a parte destinada a comentários. A primeira variável refere-se ao Perfil dos Colaboradores e a segunda variável ao Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Nesse sentido, solicitamos aos senhores/senhoras toda transparência e empenho possíveis, tendo em vista que as opiniões tornam-se imprescindíveis a realização desse trabalho de pesquisa.

Desde já agradecemos a sua valiosa contribuição.

Atenciosamente,

Danilo de Oliveira Aleixo
Mestrando em Recursos Naturais pelo PPGRN - UFCG

Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido
Prof. Orientador do PPGRN - UFCG

QUESTIONÁRIO

Instituição a que pertence:

Cargo que ocupa:

Variável 1 – Perfil dos colaboradores.

1. Sexo:
 - Masculino
 - Feminino

2. Escolaridade:
 - Fundamental Incompleto
 - Fundamental Completo
 - Médio Incompleto
 - Médio Completo
 - Superior Incompleto
 - Superior Completo
 - Pós-Graduação

3. Profissão:
 - Profissional Liberal
 - Servidor Público
 - Comerciante
 - Empresário
 - Outras. _____.

Variável 2 – Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

A **Sensibilização** é um processo permanente que deve permear todas as outras etapas. Por meio desta ação, desperta-se o interesse e o comprometimento necessário dos atores locais, propiciando a disseminação dos conceitos adotados pelo Programa.

A **Sensibilização** tem também a tarefa de promover a discussão dos conceitos, para que haja um nivelamento quanto ao entendimento dos mesmos. Além disso, é o principal meio de divulgação das Diretrizes Operacionais de Programa.

1ª Etapa – Em relação ao processo de Sensibilização.

A – Houve uma preocupação em Promover eventos com a participação de representantes do setor público, privado, sociedade civil e terceiro setor, para buscar adesão destes às estratégias a ações do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

B – Houve uma preocupação em Identificar lideranças envolvidas com a atividade turística na região que podem fazer parte do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

C – Houve uma preocupação em Apresentar casos de sucesso, para demonstrar as vantagens e necessidades de estruturação e aumento da oferta dos produtos turísticos, melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos para o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

D – Houve uma preocupação em Apresentar vantagens e os benefícios proporcionados pela atividade turística de forma regionalizada através do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde -PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

E – Houve uma preocupação em Difundir informações sobre a importância da inserção e valorização das visões ambiental e sócio-cultural no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

Variável 2 – Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

A **Mobilização** apresenta o movimento de ação e oportunidade de congregar pessoas que estejam dispostas a contribuir para construírem, em conjunto, uma proposta de desenvolvimento turístico para a região – esta proposta abrangerá as expectativas e necessidades de todos os atores sociais envolvidos, com vistas à melhoria regional e ao bem comum.

2ª Etapa – Em relação ao processo de Mobilização.

A – Houve uma preocupação em Desenvolver estratégias permanentes para garantir a participação e o comprometimento dos atores sociais envolvidos no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

B – Houve uma preocupação em Identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas já existentes, integrando-as quando possível ao Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

C – Houve uma preocupação em Identificar - por meio de conversas formais e informais junto aos envolvidos – atores sociais importantes, mas que não estão representados no Processo de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

Variável 2 – Processo de Implementação das etapas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

A **Institucionalização da Instância de Governança** tem a finalidade de orientar para criação de uma “Organização”, que deve se encarregar da coordenação, acompanhamento e gestão da regionalização turística.

Para que isso seja possível, é necessário reconhecer, institucionalizar ou fortalecer uma organização representativa dos poderes públicos, privado, do terceiro setor e da sociedade civil organizada do(s) Município(s) componente(s) da região turística em foco. Ela assumirá o papel de executora desta proposta, denominada aqui de **Instância de Governança Regional**. Poderá ser um fórum, conselho ou outro tipo de colegiado, de acordo com as necessidades, possibilidades e características de cada região turística.

3ª Etapa – Em relação ao Processo de Institucionalização da Instância de Governança Regional

A – Houve uma preocupação em Organizar e coordenar os diversos atores sociais envolvidos para que trabalhem com o foco centrado no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde - PB, levando em conta as peculiaridades do município.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

B – Houve uma preocupação em Avaliar e endossar os projetos elaborados pelos diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

C – Houve uma preocupação em Mobilizar parceiros regionais para integrar o Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

D – Houve uma preocupação em Trabalhar o planejamento e a gestão dos produtos e roteiros turísticos para o Programa de Regionalização do Município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

E – Houve preocupação em Integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais do Programa de Regionalização do Turismo para o município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

F – Houve preocupação em Realizar o planejamento, acompanhamento, monitoria e avaliação das estratégias operacionais do Programa de Regionalização em âmbito regional para o município do Conde - PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

G – Houve preocupação em Captar recursos e otimizar seu uso em benefício do Programa de Regionalização do Turismo no Município do Conde – PB.

1. Discordo Totalmente
2. Discordo Parcialmente
3. Neutro ou indeciso
4. Concordo Parcialmente
5. Concordo Totalmente

Comentário(s): _____

Anexo 2 – Plano Diretor do Município do Conde - PB

LEI PLANO DIRETOR

Quinta-feira, 5 de Junho de 2008

CONDE-PB

PDDM
Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal
Conde - PB

Plano Diretor de conde
Anteprojeto de Lei
Julho/2001
Banco do Nordeste/PBTUR/PRODETUR

Anteprojeto de Lei Complementar Nº /2001

Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município do Conde e dá outras providências.

TÍTULO I DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 1º - A promoção da prosperidade do município do Conde tem como princípio o enfoque da sustentabilidade como pressuposto básico na produção e gestão do seu desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma a garantir:

1. A cidadania, como objeto central das ações do governo municipal;
2. A gestão democrática, participativa e descentralizada;
3. O crescimento econômico pautado em investimentos produtivos que amplifiquem o emprego, a renda e os mercados locais;
4. A articulação das estratégias de desenvolvimento do município no contexto microrregional.
5. A utilização racional e responsável dos recursos naturais, permitindo sua renovação e conservação;
6. Estabilidade institucional às estruturas administrativas da edilidade assegurando-lhe uma gestão eficiente e de qualidade.

Art. 2º - O Plano Diretor de Desenvolvimento é o instrumento norteador e estratégico das políticas da administração municipal, e dos agentes privados que atuam na produção e gestão do território municipal.

Art. 3º - Ele tem como objetivo assegurar o desenvolvimento sustentável do município e as funções sociais da cidade, garantir o uso socialmente justo da propriedade do solo urbano e preservação do patrimônio ambiental e cultural, e promover o bem-estar da população local.

Art. 4º - O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável é o instrumento básico de definição do modelo de desenvolvimento do município, e se compõe de seis diretrizes balizadoras, que são:

- I – Diretriz da Produção Econômica;
- II – Diretriz do Desenvolvimento do Turismo;
- III – Diretriz da Produção da Infra-Estrutura;
- IV – Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos;
- V – Diretriz da Qualificação Ambiental;
- VI – Diretriz do Desenvolvimento Institucional.

Parágrafo único – Para implementação das políticas, programas e projetos públicos ou privados, serão adotadas as diretrizes correspondentes.

CAPÍTULO II DA PRODUÇÃO ECONÔMICA

Art. 5º - A Diretriz da Produção Econômica tem como objetivos gerais promover o dinamismo das atividades econômicas da cidade e do campo, elevar o nível da qualidade de vida, o nível de emprego e o nível de rendimentos da população.

Parágrafo único – A implementação da Diretriz da Produção Econômica se dará através de programas estruturantes que contemplem as atividades agrícolas, a pesca, a pequena agroindústria e a microempresa artesanal.

Art. 6º - Constituem a Diretriz da Produção Econômica projetos e ações estruturantes que viabilizem a ampliação e o fortalecimento da economia do município, com destaque para os seguintes:

1. Elaborar projetos visando à ampliação da área cultivada com culturas frutíferas (maracujá, graviola, caju precoce, mamão, melão, abacaxi) nas áreas de assentamentos rurais das comunidades Gurugi I, Rick Charles, Dona Antônia, dentre outros;
2. Elaborar projetos objetivando a criação e funcionalidade do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Município como vetor de captação e aplicação racional dos recursos disponíveis em fontes oficiais/ONG's;
3. Desenvolver ações fomentadoras do beneficiamento e agregação de valor à produção frutífera;
4. Propor iniciativas na área de criação de pequenos animais (suínos, aves) visando ampliar a oferta local de proteína, criando alternativa de ocupação e renda durante os períodos de desova, e mesmo frente à redução do estoque pesqueiro;
5. Estimular iniciativas na área da produção/beneficiamento do produto pesqueiro (filetagem, acondicionamento, comercialização), objetivando agregar valor e qualidade, aumentando a oferta local e regional do pescado;
6. Estimular iniciativas empresariais e comerciais locais na produção/beneficiamento de produtos de limpeza, conservação e manutenção doméstica, comercial e institucional;
7. Promover ações que contemplem os microempreendimentos e as formas comunitárias de organização da produção;
8. Estimular, em articulação com os demais municípios da costa Sul, ações de fomento às atividades produtivas de artesanato e artigos da cultura local;
9. Promoção de parceria, na instalação de novas plantas industriais de micro, pequeno e médio portes, em segmentos de cadeia produtiva de ramos tradicionais e vocacionais locais.

Parágrafo único – Deverá ser criado e também concedida uma maior funcionalidade ao Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Município como vetor de propulsão dos programas e projetos estruturantes elencados.

CAPÍTULO III DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Art. 7º - A Diretriz do Desenvolvimento do Turismo tem como objetivo maior alicerçar o desenvolvimento turístico sustentável, buscando obter a satisfação dos turistas e cidadãos locais, bem como o retorno dos investimentos com o mínimo de impactos ambientais e culturais.

Parágrafo único – A implementação da Diretriz do Desenvolvimento do Turismo se dará através de programas, subprogramas e projetos estruturantes, cuja função é alavancar o turismo sustentável no município.

Art. 8º - Constituem a Diretriz do Desenvolvimento do Turismo os seguintes programas e subprojetos:

1. Programa de melhoria da infra-estrutura turística e técnica;
2. Programa de reforço e modernização da oferta de equipamentos;
3. Programa de políticas específicas para o turismo.

Art. 9º - O Programa de Melhoria da Infra-Estrutura Turística e Técnica contemplará os seguintes subprogramas e projetos estruturantes:

1. Subprograma para áreas das praias e estuários;
2. Subprograma de ordenação das áreas urbanas da sede municipal;
3. Subprograma para ordenamento das áreas urbanas dos distritos e povoados;
4. Subprograma para a área rural;
5. Subprograma para sítios e áreas especiais.

Art. 10 - Os subprogramas de que trata o artigo anterior serão viabilizados através dos seguintes projetos e ações estruturantes:

1. Reforço da oferta de serviços básicos de interesse turístico, como banheiros públicos, sanitários, terminais turísticos e outros;
2. Ordenamento físico e mecanismos legais para o uso e parcelamento do solo urbano;
3. Ordenamento do uso das praias, já em exploração;
4. Reforço da oferta de serviços básicos como destinação do lixo, segurança pública, patrimonial e física para o cidadão turista;
5. Adequação e melhoramento dos acessos terrestres às áreas de atrativos turísticos.

Art. 11 - O Programa de Reforço e Modernização da Oferta de Equipamento contemplará os subprogramas básicos:

1. Subprograma de fomento às empresas fornecedoras de insumos (hotelaria, lazer, entretenimento);
2. Subprograma de fomento às empresas complementares (serviços especializados: bufet, lavanderia, etc);
3. Subprograma de fomento às empresas do ramo turístico.

Art. 12 - Os três subprogramas de que trata o artigo anterior terão como âncora os seguintes projetos e ações estruturantes:

- I – Fomento à oferta de unidades habitacionais e meios de hospedagem;
- II – Suporte técnico às empresas do mercado turístico de pequeno e médio porte;
- III – Estímulo à criação de empreendimentos de suporte às atividades turísticas como serviços bancários, serviços médicos, câmbio, agências, reparação e manutenção de autos;
- IV – Ações de fomento visando ao reforço do estoque de equipamentos, e serviços complementares ao turismo receptivo.

Art. 13 - O Programa de Políticas Específicas para o Turismo contemplará os seguintes subprogramas elencados:

1. Subprograma de ações de promoção ao turismo;
2. Subprograma de ações de capacitação para a gestão e serviços turísticos;
3. Subprograma de legislação turística;
4. Subprograma de organização institucional das atividades turísticas.

Art. 14 - Os subprogramas de que trata o artigo anterior contemplarão os seguintes projetos e ações:

- I – Estímulo a iniciativas promocionais de divulgação do turismo local, notadamente o ecológico, de aventuras, cultural, desportivo, gastronômico, entre outros;
- II – Elaboração de projetos de sinalização turística, contemplando os aspectos de localização, legibilidade, padronização e funcionalidade, em consonância com a Resolução 689/88 do DENATRAN;
- III – Fomento às ações promocionais de venda dos produtos turísticos;
- IV – Desenvolvimento de capacitação em gestão e serviços turísticos nos níveis básico, médio e superior;
- V – Elaboração de projeto para reorganização das funções do órgão municipal responsável pela pasta do turismo.

CAPÍTULO IV DA PRODUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

Art. 15 - A Diretriz da Produção da Infra-Estrutura urbana tem como objetivo orientar as ações de investimentos em infra-estrutura de suporte às atividades turísticas existentes e potenciais no município, contribuindo concomitantemente para uma desejada melhoria na qualidade de vida da população do município.

Art. 16 - Constituem a Diretriz da Produção da Infra-Estrutura o elenco de programas e subprogramas básicos e de suporte, que garantam o bom funcionamento das atividades urbanas, assegurando a preservação ambiental e a qualidade de vida da população.

Art. 17 - Para implementação dos programas de infra-estrutura básica e de suporte deverão ser indicados como prioritários os seguintes subprogramas e projetos estruturantes:

I - Urbanização da orla marítima, contemplando os aspectos de iluminação, arborização, segurança e salvamento, padronização de barracas, serviços de informação e banheiros públicos, permitindo um acesso com qualidade à população e ao turista;

II - Ações objetivando a ampliação da extensão da rede de iluminação pública aos logradouros e loteamentos;

III - Projeto para melhoramento no acesso às áreas de praia às comunidades rurais;

IV - Projeto para construção de passagens e acesso para deficiente, na sede e distrito, nas áreas públicas e logradouros;

V - Estudos e levantamento para elaboração de projeto executivo de esgotamento sanitário no distrito sede e no distrito de Jacumã, contemplando, também, as áreas urbanas de Gurugi, Tabatinga e Carapibus;

VI - Estudos técnicos que viabilizem a drenagem e redimensionamento da capacidade instalada do cemitério atual, propondo, se necessário, construção de novo equipamento em local mais adequado;

VII - Estudos técnicos para projetos de drenagem e destinação das águas pluviais do centro urbano e áreas periféricas afetadas;

VIII - Ações no sentido de redimensionar o volume de oferta d'água no centro urbano do Conde, Jacumã, Gurugi e áreas de expansão urbana, monitorando sua qualidade e frequência;

IX - Recuperação e manutenção das principais vias de acesso ao distrito sede e às áreas costeiras, e melhorias das estradas vicinais que interligam a sede a outras localidades periféricas;

X - Instalação e estruturação de área para estacionamento de veículos e coletivos urbanos, nas áreas de praias;

XI - Projeto de ampliação do mercado público na sede do município;

XII - Estudos técnicos para elaboração do plano de integração das atividades turísticas do município com os demais centros turísticos da costa Sul;

XIII - Recuperação de áreas degradadas pela ação de resíduos, em áreas de ecossistemas frágeis, sobretudo ao longo dos rios e cursos de água;

XIV - Disposição final dos resíduos sólidos, através do aterro sanitário controlado ou usina de reciclagem e compostagem, com definição de área distante da zona urbana, em local e solo apropriados, de forma que não afete a saúde dos moradores nem contamine os mananciais;

XV - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, tendo como referência a Lei Federal nº 6.766, de 19/12/1979, estabelecendo parâmetros para a divisão e ocupação territorial das áreas urbanas;

XVI - Código de Postura, de modo a estabelecer normas de utilização dos espaços públicos e privados nas áreas urbanas;

XVII - Redefinição do perímetro urbano do distrito do Conde de forma a não estimular a dispersão e não onerar os custos dos serviços de infra-estrutura e de melhorias na cidade;

XVIII - Estabelecimento de parcerias que garantam condições de balneabilidade das praias, com melhores condições de uso e de aproveitamento de suas potencialidades naturais, tanto para o lazer da população local, quanto para o desenvolvimento do turismo;

XIX - Preservação, limpeza e proteção das faixas "non aedificandi" dos rios e córregos, bem como o replantio da vegetação natural nessas faixas;

XX - Arborização das vias principais do lado oposto ao da rede de energia elétrica.

Parágrafo único - As ações de que trata o item I deste Artigo deverão ser efetivadas de conformidade com os Artigos 18 a 22 da lei federal nº 9.636 de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação dos bens imóveis da União.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS BÁSICOS

Art. 18 - A Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos tem como objetivo geral a garantia da oferta dos serviços básicos urbanos relacionados ao atendimento da população local no legítimo exercício da sua cidadania, principalmente aqueles afetos à educação, saúde, moradia, equipamentos comunitários, cultura, desporto, lazer e segurança.

Parágrafo único – A implementação da Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos será viabilizada através de projetos e ações estruturantes pertinentes a cada setor ou área específica.

Art. 19 - Constituem a Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos os programas e projetos seguintes:

1. Programas, subprogramas e projetos estruturantes que garantam educação gratuita e de qualidade nos níveis fundamental e médio à população em faixa escolar.
2. Programas e projetos que propiciem mais qualidade aos serviços públicos de saúde, tanto na preventiva quanto na curativa, garantindo assim a integridade da assistência em todos os níveis de atuação do sistema de saúde no município;
3. Programas, projetos e ações estruturantes que consolidem a produção da habitação de interesse social provida de infra-estrutura de serviços urbanos e equipamentos comunitários para as populações das periferias e áreas urbanas emergentes.

Art. 20 - Dentre os projetos e ações estruturantes a serem concebidos para a implementação da Diretriz da Estruturação dos Serviços Básicos, deverão ser priorizados os seguintes:

1. Elaboração do Plano Diretor de Saúde do município;
2. Implantação de Distritos Sanitários que garantam a integridade de assistência em todos os níveis de atuação do sistema de saúde no município;
3. Qualificação da estrutura de atendimento médico-ambulatorial em termos de equipamento e pessoal para as comunidades rurais e urbanas do município;
4. Maior funcionalidade à capacidade instalada dos equipamentos escolares para o atendimento da demanda futura de matrículas nos níveis fundamental e médio;
5. Qualificação docente nos níveis fundamental e médio da rede pública municipal de ensino;
6. Viabilização de uma maior oferta de moradia de interesse social para as populações de menor poder aquisitivo;
7. Elaboração, em parceria com o IPHAEP, de projetos de revitalização da cultura e do folclore local, objetivando preservar e valorizar o patrimônio histórico-cultural do município;
8. Dotar o efetivo policial de condições operacionais na área da segurança pública municipal;
9. Capacitação de policiais, objetivando o melhor atendimento à comunidade local e aos turistas criando parcerias entre o governo local e o estadual;
10. Implantação de corpo de salva-vidas nas praias do município;
11. Iniciativas que viabilizem uma maior oferta de moradia de interesse social para as populações carentes.

CAPÍTULO VI DA QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Art. 21 - A Diretriz da Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal através da valorização do patrimônio ambiental, promovendo suas potencialidades e assegurando sua perpetuação, a superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, garantindo novas condições de equilíbrio essenciais à sadia qualidade de vida local.

Parágrafo Primeiro - Entende-se como patrimônio ambiental todo o acervo de recursos naturais e culturais.

Parágrafo Segundo - Os espaços, sítios e áreas representativas do patrimônio ambiental devem ter sua utilização e ocupação disciplinadas de forma a garantir a sua integridade e perpetuação nos termos da legislação vigente.

Art. 22 - Integram o Patrimônio Natural os elementos naturais como o ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, bem como os ecossistemas existentes no território do município, indispensáveis à manutenção da biodiversidade, à proteção de espécies ameaçadas, e outras manifestações fisionômicas que sejam de interesse proteger, preservar e conservar como condições de assegurar o equilíbrio da vida no meio rural e urbano.

Art. 23- Integra o Patrimônio Cultural, para efeito desta Lei, o conjunto de bens imóveis, de valor significativo, a exemplo de edificações isoladas ou não (ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, bem como manifestações culturais do tipo tradições, práticas e referências, denominadas de bens intangíveis) que conferem identidade a esses espaços.

Art. 24 - Constituem a Diretriz da Qualificação Ambiental os programas e ações localizados que permitam a superação dos conflitos referentes à utilização, conservação e perpetuação do Patrimônio Ambiental, elencados a seguir:

- 1 Valorização do patrimônio cultural, envolvendo projetos e ações que permitam identificar e classificar elementos de valor cultural, com vistas ao resgate da memória cultural, tais como restauração, revitalização e potencialização de áreas significativas, e criação e/ou aperfeiçoamento de instrumentos normativos para incentivar a preservação;
- 2 Proteção do patrimônio natural com formas de uso e ocupação das áreas de sua proteção, compatibilizando características e peculiaridades inerentes a essas áreas, admitindo, inclusive rezoneamentos de uso nos termos da Lei Orgânica do município;
- 3 Preservação permanente, estabelecendo como prioritárias as áreas já referidas na Lei Orgânica do município, que, pelas suas condições fisiográficas, geológicas, hidrológicas botânicas e climáticas, formam um ecossistema de importância no ambiente natural;
- 4 Proteção integral de unidade de conservação das áreas naturais que se encontram parcialmente descaracterizadas em suas condições originais, e apresentam maior compatibilidade com as transformações urbanas em curso;

Art. 25 - Quanto às unidades de conservação identificadas como parte do Programa de Proteção Integral, deverão ser objeto de rezoneamento, ficando estabelecido:

1. A criação de zona destinada à integração de projetos estratégicos de natureza pública e privada, que permitam o aproveitamento de potencialidades, notadamente no campo da hotelaria, lazer e entretenimento, garantindo a inserção dessas áreas na estrutura urbana e produtiva do município;
2. A criação de zona destinada ao uso e preservação da vida silvestre, como espaço de refúgio da fauna, da flora e dos ecossistemas locais.

Art. 26 - O uso e a ocupação das áreas zoneadas deverão ser autorizados mediante a compatibilização do regime urbanístico estabelecido para o local ou entorno, desde que resguardados os valores naturais intrínsecos que determinaram o estabelecimento das respectivas zonas, observando o que segue:

1. Permissão restrita ao uso e ocupação do solo, mediante seleção de atividades passíveis de implantação dentre aquelas previstas para o local ou entorno;
2. Observação dos padrões urbanísticos relativos aos dispositivos de controle das edificações vigentes para o local ou entorno, conforme estabelecido na Lei Orgânica do município.

Art. 27 - A zona costeira, no território do município, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei.

Parágrafo primeiro – O disciplinamento das construções na faixa costeira do município obedecerá, entre outros, os seguintes requisitos:

- 1 - Nas áreas já urbanizadas ou loteadas, obedecer-se-á a um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares, podendo atingir vinte e quatro metros e noventa centímetros de altura, no limite da faixa mencionada neste artigo;
- 2 - Nas áreas a serem urbanizadas, a primeira quadra da praia deve distar cento e cinquenta metros da maré de

sizígia para o interior do continente, observado o disposto neste artigo;

3 – Constitui crime de responsabilidade a concessão de licença para a construção ou reforma de prédios na orla marítima, em desacordo com o disposto neste artigo.

Parágrafo segundo – As construções referidas no parágrafo anterior deverão obedecer a critérios que garantam os aspectos de aeração, iluminação e existência de infra-estrutura urbana, compatibilizando-os, em cada caso, com os referenciais de adensamento demográfico, taxa de ocupação e índices de aproveitamento, a serem estabelecidos na lei de zoneamento do município.

Art. 28 – A identificação e demarcação das áreas objeto de rezoneamento, previstas no Art. 24, item 2 desta Lei, deverão ser realizadas sob a orientação do órgão responsável pela fiscalização e controle do patrimônio ambiental, observada a legislação pertinente.

Art. 29 - A implementação da Diretriz da Qualificação Ambiental se dará através de:

1. Caracterização, identificação e classificação dos espaços representativos do patrimônio ambiental, os quais deverão ter sua ocupação e utilização disciplinadas;
2. Valorização do patrimônio ambiental como espaço diversificado na ocupação do território, constituindo elementos de fortalecimento das identidades culturais e naturais;
3. Caracterização do patrimônio ambiental com vistas a estabelecer usos sustentáveis, a recuperação de áreas degradadas e a preservação sobre riscos ambientais;
4. Aplicação de instrumentos da legislação ambiental federal e da legislação federal que dispõe sobre a administração patrimonial, através dos órgãos específicos responsáveis;
5. Ações concretas e continuadas de educação e preservação do meio ambiente e dos ecossistemas locais, nas escolas e no âmbito da comunidade;
6. Iniciativas, envolvendo parcerias que assegurem o permanente monitoramento dos recursos hídricos, faunísticos e a biodiversidade, como forma de preservação da vida;
7. Iniciativas que utilizem tecnologias alternativas no preparo e uso do solo agrícola, em substituição às práticas predatórias e de exaustão do solo agrário.

CAPÍTULO VII DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Art. 30 - A Diretriz do Desenvolvimento Institucional tem como objetivo principal assegurar o fortalecimento institucional da prefeitura, permitindo ao gestor municipal conduzir de maneira exitosa o processo de implementação do Plano Diretor.

Parágrafo único – A implementação da Diretriz do Desenvolvimento Institucional será viabilizada através de programas e ações pertinentes a cada setor ou área especificada.

Art. 31 - Constituem a Diretriz do Desenvolvimento Institucional os seguintes programas:

1. Adequação organizacional e modelo de gestão, com o objetivo de fortalecer e aperfeiçoar a estrutura organizacional da prefeitura, contribuindo para um melhor desempenho de suas funções gestoriais;
2. Suporte técnico-operacional que garanta os meios materiais necessários à viabilização das ações inerentes às secretarias e órgãos setoriais no desempenho de suas funções;
3. Capacitação da estrutura gestora da prefeitura, qualificando o seu corpo técnico para organização e gerenciamento das suas ações.

Art. 32 - Os programas estabelecidos no artigo anterior deverão ser implementados através dos projetos e ações seguintes:

1. Elaboração de normas e procedimentos para balizamento das funções gestoras;
2. Concepção e implantação de um modelo gerencial de qualidade no âmbito da prefeitura;
3. Avaliação da estrutura organizacional em relação às funções e ações inerentes aos órgãos e setores;
4. Estabelecimento de normas técnicas e procedimentos para análise/avaliação de atividades levadas a efeito pelos setores;
5. Ações envolvendo mudanças, reformulações e/ou inovações e modelos alternativos de organização e

articulação dos órgãos setoriais;

6. Ações de mudanças e/ou alterações das estruturas existentes, se necessário, mediante procedimentos administrativos e legais pertinentes;

7. Concepção e implementação do sistema de informação e banco de dados da prefeitura;

8. Capacitação e qualificação dos recursos humanos para o gerenciamento, implementação e avaliação das ações decorrentes da implantação do Plano Diretor;

9. Capacitação de recursos humanos de nível operacional para a compreensão e execução de atividades correlatas as suas funções;

10. Informatização da estrutura operacional da prefeitura, adequando os setores estratégicos de tecnologia e informática, em obediência aos padrões de modernidade exigidos;

11. Elaboração de Termo de Referência para o Desenvolvimento Institucional da Prefeitura.

TÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO VIII
DA CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DE DESENVOLVIMENTO

Art. 33 - O Poder Executivo Municipal, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a gestão urbana com qualidade, enviará à Câmara Municipal, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação desta Lei, matéria propondo a criação do Conselho Gestor de Desenvolvimento.

Art. 34 - O Conselho Gestor de Desenvolvimento terá como atribuições permanentes:

I – Acompanhar e avaliar a fase executiva do Plano Diretor;

II – Manifestar-se sobre as políticas, diretrizes e estratégias de zoneamento, produção, ocupação e uso do solo urbano;

III – Pronunciar-se sobre as propostas e iniciativas voltadas para o desenvolvimento do município, originárias do setor público ou privado, notadamente as que contribuam para a melhoria da qualidade de vida local;

IV – Organizar junto aos moradores as discussões sobre a proposta orçamentária e os planos e programas que exijam consulta à população.

Art. 35 - O Conselho Gestor de Desenvolvimento será constituído de 7 (sete) membros efetivos e 7 (sete) suplentes, escolhidos pelas representações comunitárias locais.

Parágrafo Primeiro - A função de Conselheiro, não remunerada, será considerada de relevante serviço público;

Art. 36 - Os Poderes Legislativo e Executivo garantirão:

I - Publicidade quanto aos documentos, e informações relativas ao PDDM;

II - Acesso de qualquer munícipe interessado nos documentos, e informações referentes ao PDDM;

III - Promoção de audiências públicas e debates com a participação da população, de associações e representações dos vários segmentos da comunidade sobre o PDDM.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor emde.....de.....

Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO CONDE

Anexo 3 – Fotos Praias do Município do Conde – PB



Figura 6. Barra de Gramame.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 7. Praia do Amor.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 8. Jacumã.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 9. Carapibus.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 10. Tabatinga.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 11. Coqueirinho.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 12. Tambaba.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 13. Barra do Graú.
Fonte: Arquivo do autor (2009).

Anexo 4 – Fotos Atores Sociais Envolvidos



Figura 15. Visita à comunidade Quilombola Ipiranga (Família de D. Maria) – Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 16. Visita à Aldeia Flor D'Água – Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 17. Entrevista com o ator social Júlio Macuxi – Aldeia Flor D'Água.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 18. Entrevista com o ator social Sr. Chagas – Associação dos Produtores Rurais do Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 19. Entrevista com o ator social Bilú – A Arca do Bilú.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 20. Restaurante A Arca do Bilú.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 21. Entrevista com o ator social José Damasceno – Pousada Zekas.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 22. Entrevista com o ator social George – Cooperbuggy.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 23. Entrevista com os atores sociais Saulo Barreto (esq.) e Paulo Campos (dir.) – Consulado do Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 24. Entrevista com o ator social Rogério – Secretaria de Cultura do Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 25. Entrevista com a atriz social Carmen Porto – Secretária de Educação do Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).

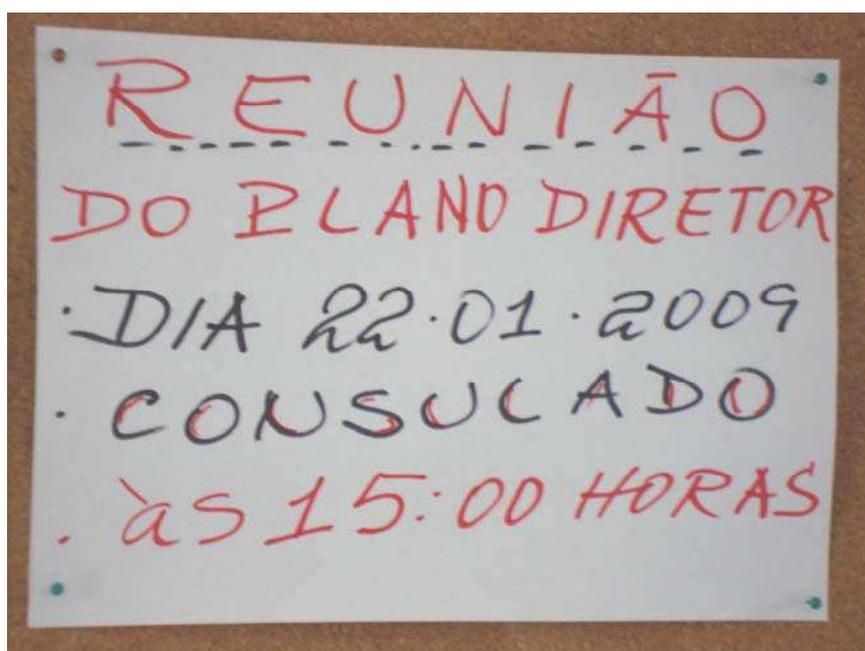


Figura 26. Cartaz de reunião – Plano Diretor do Conde – PB.
Fonte: Arquivo do autor (2009).



Figura 27. José Nilton – Secretaria da Sociedade Naturista de Tambaba – Conde – PB.

Fonte: Arquivo do autor (2009).